

GIOVANNI ANTONIO PINTO ALVES

TRABALHO E SUBJETIVIDADE

O METABOLISMO SOCIAL
DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL

Marília
2008

À Octavio Ianni

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço aos professores Ricardo Antunes, Márcio Pochmann, Gaudêncio Frigotto, Antonio Carlos Mazzeo e Marcos Del Roio, pelos preciosos comentários críticos a este texto, apresentado em 2007 como tese de livre-docência na UNESP-Campus de Marília. Agradeço também o diálogo com Francisco Corsi, José Marangoni Camargo, Simone Wolff, Roberto Leme Batista, Renan Araújo e José Meneleu Neto, membros do Grupo de Pesquisa “Estudos da Globalização” e da RET - Rede de Estudos de Trabalho, e que contribuíram, sem o saber, na plasmação de muitas idéias que me ocorreram no decorrer do tratamento categorial da análise dos dados coletados em pesquisas realizadas nos últimos anos. Ao mesmo tempo, os desresponsabilizo pelas minhas impertinências. Além disso, agradeço o apoio da equipe do Projeto Tela Crítica, Élson Menegazzo, Paulo Mazzini e Lídia Basoli, que participaram das dinâmicas de análises crítica de filmes, atividades que contribuíram para importantes *insights* categoriais que buscam explicar os problemas da nova dinâmica sócio-metabólica do capitalismo do século XXI. Além disso, agradeço o apoio de Augusto Petta, do CES - Centro de Estudos Sindicais, de São Paulo, que me deu a oportunidade de proferir cursos sobre a natureza da reestruturação produtiva do capital, atividade que me instigou a “inovar” no plano teórico-categorial visando a decifrar o enigma da “captura” da subjetividade e do novo (e precário) mundo do trabalho. Finalmente agradeço ao CNPq pela bolsa produtividade em pesquisa, recurso que me propiciou realizar no período de 2004 a 2007, ampla coleta de dados nas categorias de metalúrgicos do ABC paulista e bancários, trabalhadores assalariados que sofreram na última década um intenso processo de reestruturação produtiva, e que colocaram a necessidade de elaborar categorias histórico-analíticas capazes de dar conta do metabolismo social da atual reestruturação produtiva do capital. Este livro é resultado deste esforço teórico-categorial tão necessário para dar conta das novo morfologia social do trabalho no século XXI.

“[...] saberíamos muito mais
das complexidades da vida
se nos aplicássemos a estudar
com afinco as
suas contradições
em vez de perdermos tanto tempo
com as identidades e as coerências,
que essas têm obrigação
de explicar-se por si mesmas.”

JOSÉ SARAMAGO
”A CAVERNA”

“Cada hora, de cada dia,
a gente aprende
uma qualidade nova de medo!”

GUIMARÃES ROSA,
“GRANDE SERTÃO VEREDAS”

Sumário

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO.....1

CAPITULO 1

DIMENSÕES DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

A cooperação complexa da produção do capital.....27

CAPITULO 2

O “espírito do toyotismo”38

CAPITULO 3

A Quarta Idade das Máquinas..... 70

CAPITULO 4

Valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado..... 93

CAPITULO 5

A “CAPTURA” DA SUBJETIVIDADE

Nexo psicofísico e novo panoptismo.....120

APÊNDICE

TRABALHO E SUBJETIVIDADE

Inconsciente estendido e compressão psicocorporal.....140

REFERÊNCIAS177

Apresentação

O objetivo deste livro é apresentar, de forma sistemática, um estudo sobre a natureza da morfologia social da reestruturação produtiva do capital, a partir de pesquisas desenvolvidas nos últimos anos como bolsista-produtividade do CNPq (2004-2007)¹. O livro é um esforço sistemático de organizar no plano teórico-categorial, importantes elementos para explicar as novas conformações da reestruturação produtiva do capital no século XXI. Por isso, ousamos *sugerir* algumas categorias novas como contribuição para explicar a natureza do fenômeno da “captura” da subjetividade do homem que trabalha (sócio-metabolismo da barbárie, cooperação complexa, Quarta Revolução Tecnológica, valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado; inconsciente estendido e compressão psicocorporal).

Coloca-se não apenas a necessidade de uma nova crítica da economia política, mas uma crítica da psicologia das pulsões inscritas na subjetividade humana em desefetivação em decorrência da intensa manipulação que caracteriza o tardo-capitalismo. Colocam-se na ordem do dia os estudos sobre o estranhamento e o fetichismo da mercadoria capazes de incorporar as mutações sócio-metabólicas do capitalismo do século XXI. Ao considerar o capital como um sistema de controle do metabolismo social, István Mészáros, depois de Marx, utiliza a noção de metabolismo social não apenas como recurso metafórico, mas como indicação heurística de que o

¹ A pesquisa intitulada “A tessitura da redundância – a experiência da precarização do trabalho no Brasil”, realizada de 2004 a 2007, tratou dos impactos da reestruturação produtiva nas categorias de trabalhadores assalariados da indústria metalúrgica no ABC paulista e no setor bancário no Brasil, tanto em sua dimensão objetiva, quanto subjetiva. O livro em apreço – apresentado como texto original para concurso de livre-docência na UNESP – Campus de Marília – é parte integrante do relatório final da pesquisa salientada acima. Este texto compõe o arsenal teórico-analítico utilizado para explicar as metamorfoses do trabalho reestruturado no Brasil moderno das últimas décadas.

capital é um sistema de controle do organismo social, articulando em si e para si, de modo contraditório, mente e corpo do homem que trabalha.

A vigência do toyotismo, cujo nexos essencial é a “captura” da subjetividade do homem que trabalha, coloca a necessidade de esclarecermos, numa perspectiva dialético-materialista, a natureza desta “captura”, indo além, portanto, do impressionismo sociológico que a sustenta.

Na Introdução pretendemos apresentar um breve painel da totalidade social concreta no interior da qual surgiu o novo complexo de reestruturação produtiva do capital. Colocamos alguns elementos histórico-estruturais que caracterizam a nova ordem sistêmica do capital nas últimas décadas do século XX. Nos capítulos seguintes, iremos caracterizar o novo complexo de reestruturação produtiva utilizando a seguinte exposição do objeto de estudo:

No capítulo 1, pretendemos tratar das dimensões do novo complexo de reestruturação produtiva que surge sob a “acumulação flexível” e nas condições da produção complexa do capital (inovações organizacionais, tecnológicas e sócio-metabólicas). Neste capítulo salientaremos o caráter inédito do novo complexo da reestruturação produtiva do capital esclarecendo o significado do que denominamos “cooperação complexa” da produção do capital.

O “espírito do toyotismo” permeia o novo complexo de reestruturação produtiva do capital. É o que tratamos no capítulo 2 quando discutiremos as *inovações organizacionais do capital*, salientando o novo “modelo de gestão” do trabalho vivo. Caracterizaremos, de modo breve, o que consideramos ser os princípios organizacionais e o “espírito do toyotismo” para além de sua gênese sócio-histórica. Destacaremos que o nexos essencial do novo modelo de produção do capital é a “captura” da subjetividade. Por isso, a importância de esclarecermos os significados da sua natureza intrínseca.

No capítulo 3 iremos tratar da Quarta Idade da Máquina, a base técnica das *inovações tecnológicas* do capital que incorporam as sinergias da “sociedade em rede” e das possibilidades técnicas abertas por essa Quarta Revolução Tecnológica.

No capítulo 4 iremos tratar das inovações sócio-metabólicas constituídas pela plethora de valores-fetiches que atingem a sociedade burguesa e pelos nexos ideológicas do novo produtivismo que se disseminam pela sociedade burguesa, executando o movimento da empresa para a vida social e da vida social para a empresa (valores sociais do mundo da vida que impregnam o mundo-sistema da empresa). Por outro lado, é importante destacar que as condições do sócio-metabolismo da barbárie (ou processo de dessocialização do trabalho vivo) elaboram o substrato simbólico (e emocional) dos consentimentos espúrios do novo modelo de produção do capital.

Finalmente, no capítulo 5, intitulado “A ‘captura’ da subjetividade”, buscaremos explicitar o significado do nexo essencial do toyotismo, a “captura” da subjetividade do trabalho vivo pelo capital, tratando dos *mecanismos mediativos intra-empresa* (novas formas de pagamento dos salários e trabalho em equipe) que o sustentam.

No apêndice, a título meramente exploratório, como contribuição ao debate nas ciências sociais sobre o conceito de “captura” de subjetividade do trabalho, pretendemos dissertar sobre o significado da categoria de “subjetividade” constituída pelas instâncias psíquicas da consciência/pré-consciência e inconsciente, além de tratar das nuances da “captura” do corpo e da mente, salientando a nova implicação corporal que se manifesta na compressão psico-corporal. Como traço da desefetivação do trabalho vivo no capitalismo flexível, trataremos da doença universal do estresse.

Introdução

A crise do capital que atingiu os países capitalistas centrais, em meados da década de 1970, tendeu a impulsionar, principalmente nas décadas seguintes, uma série de transformações sócio-históricas que envolveram as mais diversas esferas do ser social capitalista. A primeira grande recessão do pós-guerra, em 1973, inaugura o período histórico de *crise estrutural do sistema do capital*, marcada pela sobreacumulação e intensa concorrência internacional¹. Sob o impulso da mundialização do capital, constituiu-se um novo complexo de reestruturação produtiva, buscando instaurar e impor um novo padrão de acumulação capitalista em escala planetária e que se impôs cada vez mais, às corporações transnacionais, imprimindo-lhe sua marca. A dita “acumulação flexível” decorre da necessidade de o capital reconstituir sua base de produção, exploração da força de trabalho e acumulação de valor nas condições de uma crise crônica de sobreacumulação (HARVEY, 1990). O regime de “acumulação flexível” tende a debilitar o mundo do trabalho,

¹ Em “Para Além do Capital”, István Mészáros observa: “[...] a crise do capital que experimentamos hoje é fundamentalmente uma crise estrutural. Assim, não há nada especial em associar-se capital a crise. Pelo contrário, crises de intensidade e duração variadas são o modo *natural* de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. Nesse sentido, a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação *permanente* de todas as crises, mesmo que seus ideólogos e propagandistas freqüentemente sonhem com (ou ainda, reivindicuem a realização de) exatamente isso. A novidade *histórica* da crise de hoje torna-se manifesta em quatro aspectos principais: (1) seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc. (2) seu *alcance é verdadeiramente global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); (3) sua *escala de tempo é extensa, contínua*, se preferir, *permanente*-, em lugar de limitada e cíclica, como foram rodas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia. Seria extremamente tolo negar que tal maquinaria existe e é poderosa, nem se deveria excluir ou minimizar a capacidade do capital de somar novos instrumentos ao seu já vasto arsenal de autodefesa contínua. Não obstante, o fato de que a maquinaria existente esteja sendo posta em jogo com freqüência crescente e com eficácia decrescente é uma medida apropriada da severidade da crise estrutural que se aprofunda”. (MÉSZÁROS, 2002:795-796)

promovendo alterações importantes na objetividade (e subjetividade) da classe dos trabalhadores assalariados (HARVEY, 1992; CHESNAIS, 1996; MÉSZÁROS, 2002).

Uma série de contradições se constituíram no ímpeto da expansão capitalista do pós-guerra. Podemos destacar, por um lado, o desenvolvimento tardio da II Revolução Industrial e da racionalização fordista que desloca um número cada vez maior de trabalho vivo da produção industrial e tende a pressionar a lucratividade das corporações transnacionais por meio do aumento da composição orgânica do capital. No tocante ao trabalho vivo, a constituição do *Welfare State*, no interior do próprio sistema produtor de mercadorias nos países capitalistas centrais durante o pós-II Guerra Mundial, constitui *barreiras* à usurpação capitalista e superexploração da força de trabalho. Essas barreiras, segundo Harvey, podem ser melhor traduzidas por uma palavra: *rigidez* (o que explica melhor o conteúdo oculto da “acumulação flexível”, isto é, sua constituição visou extirpar barreiras à exploração da força de trabalho e facilitar o processo de precarização do trabalho vivo) (HARVEY, 1992).

Por outro lado, no plano dos múltiplos capitais, a partir da década de 1960, podemos citar o aumento da concorrência no mercado mundial. Europa Ocidental e Japão tinham completado seu ciclo de recuperação industrial, estavam com mercado interno saturado e o impulso para criar mercados de exportação para os seus excedentes tinha de começar. Além disso, as políticas de substituição de importações em muitos países recém-industrializados do Terceiro Mundo (da América Latina em particular), associadas ao primeiro grande movimento das multinacionais em direção ao Sudeste Asiático, constituíram uma onda de industrialização capitalista competitiva em ambientes inteiramente novos, onde proliferava a superexploração da força de trabalho (MANDEL, 1983; AGLIETTA, 1979).

No âmago do “núcleo orgânico” e “centro dinâmico” do sistema do capitalismo mundial, ou seja, os Estados Unidos da América, acumulavam-se outras

contradições sistêmicas. Por exemplo, problemas fiscais decorrentes, por um lado, da queda da produtividade e da lucratividade e, por outro, do combate à pobreza e da guerra do Vietnã só seriam sanados com a aceleração da inflação que começa a solapar o papel do dólar como moeda-reserva internacional estável. No período de 1969-1973, os EUA adotam uma política monetária frouxa e a capacidade de imprimir moeda, em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável, contribui para a onda inflacionária. Observa Harvey: “O mundo capitalista estava sendo afogado pelo excesso de fundos; e, com as poucas áreas produtivas reduzidas para investimento, esse excesso significava uma forte inflação.” (HARVEY, 1992) Além disso, a formação do eurodólar na década de 1960 colabora para a redução do poder norte-americano de regulação do sistema financeiro internacional.

Portanto, a “acumulação flexível” surge como estratégia corporativa que buscava enfrentar as condições críticas do desenvolvimento capitalista na etapa da crise estrutural do capital caracterizada pela crise de sobreacumulação, mundialização financeira e novo imperialismo. Constitui um novo ímpeto de expansão da produção de mercadorias e de vantagem comparativa na concorrência internacional que se acirra a partir de meados da década de 1960, compondo uma nova base tecnológica, organizacional e sócio-metabólica para a exploração da força de trabalho.

Segundo David Harvey, a “acumulação flexível” caracteriza-se a partir do confronto direto com a “rigidez” do fordismo. Aquela se apoiaria na “flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” e “caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.” (HARVEY, 1992). Para ele, o conceito de “acumulação flexível” envolveria também rápidas mudanças nos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores (por exemplo, o crescimento do emprego no

chamado setor de “serviços”) como entre regiões geográficas (o surgimento de conjuntos industriais completamente novos na “Terceira Itália”, no Flandres, e nos vários vales e gargantas do silício, na Califórnia, e a vasta profusão de atividades em países recém-industrializados). Finalmente, a “acumulação flexível” se caracterizaria pelo novo movimento de “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista. Diz ele: “Os horizontes temporais da tomada de decisões privadas e públicas se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado.” (HARVEY, 1992).

O conceito de “acumulação flexível”, de acordo com David Harvey, caracterizar o amplo movimento de transformações ocorridas na economia política e cultura do capitalismo mundial que surge a partir da grande crise de meados da década de 1970. É claro que existe perigo em exagerar a significação da categoria de “acumulação flexível”. Primeiro, uma das características histórico-ontológicas da produção capitalista é estar sempre procurando “flexibilizar” as condições de produção, principalmente da força de trabalho. Um dos traços ontológicos do capital tem sido a sua notável capacidade em “desmanchar tudo que é sólido”, revolucionar, de modo constante, as condições de produção; pôr – e repor – novos patamares de mobilidade do processo de valorização nos seus vários aspectos (MARX E ENGELS, 1998; MARX, 1996). Portanto, a produção capitalista é, em si, “acumulação flexível” de valor, que surge ainda em seus primórdios, quando o capital instaura o trabalho assalariado, promovendo a despossessão do trabalhador assalariado das condições de vida, a separação do trabalhador de seus meios de produção, a separação entre “caracol e sua concha” (MARX, 1996). O desenvolvimento do trabalho assalariado é, então, a própria fenomenologia de sua peculiaridade ontológica: ser “flexível” às necessidades imperativas do capital em processo.

É por isso que o novo complexo de reestruturação produtiva que surge sob a “acumulação flexível” apenas expõe, de certo modo, nas condições da crise estrutural do capital, o em-si “flexível” do estatuto ontológico-social do trabalho assalariado: por um lado, a sua precarização (e desqualificação) contínua (e incessante) e, por outro lado, as novas especializações (e qualificações) de segmentos da classe dos trabalhadores assalariados. Ao tratar da grande indústria, por exemplo, Marx conseguiu apreender, ainda em seus rudimentos, um dos desenvolvimentos da categoria da flexibilidade sob a grande indústria. Em “O Capital”, Marx afirma que “[a indústria moderna] exige, por sua natureza, variação do trabalho, isto é, fluidez das funções, mobilidade do trabalhador em todos os sentidos” (MARX, 1996). E ressalta ainda, em outra passagem, “a elasticidade que a máquina e a força humana revelam, quando são simultaneamente distendidas ao máximo pela diminuição compulsória da jornada de trabalho” (MARX, 1996).

Ao propor o conceito de “acumulação flexível”, Harvey o contrapõe à suposta “acumulação rígida” do fordismo. No entanto, é importante salientar que, quando surgiu no começo do século XX, o fordismo chegou a inspirar, como a dita “acumulação flexível” de hoje, uma série de fantasias utópicas e celebrou o revolucionar das condições de produção e de vida material. Por exemplo, naquela época os futuristas associaram o automóvel, a inovação tecnológica que caracterizou a segunda revolução industrial, à modernidade porque ele implicava libertação das restrições do espaço e do tempo (por ironia, é o que Harvey chamaria, décadas depois, para caracterizar o novo movimento de “acumulação flexível”, de “compressão do espaço-tempo”). Na verdade, o fordismo, tanto quanto a “acumulação flexível” de Harvey, aumentaram os poderes de flexibilidade e mobilidade do capital. Assim, após a I Guerra Mundial, celebraram-se as novas formas do dinamismo fordista. Segundo observa Zaretsky, “A publicidade, o financiamento a crédito e a comercialização explodiram. ‘Sensações’ sem fim materializaram-se: jazz, nudismo, aviação,

esportes profissionais, crime organizado. Artistas como Picasso e *performers* como Josephine Baker atingiram uma celebridade que não tinha precedentes.” (ZARETSKY, 2006). Foi nesta época que Antonio Gramsci ficou espantado com a “fanfarra fordista, [...] a exaltação das grandes cidades, o planejamento geral para a conurbação de Milão, [...] a afirmação de que o capitalismo está apenas no começo e que é preciso preparar-se para seus grandiosos padrões de desenvolvimento” (GRAMSCI *Apud* ZARETSKY, 2006). O “fordismo puro” da década de 1920, objeto de reflexão de Antonio Gramsci em “Americanismo e Fordismo”, continha elementos que, mais tarde, o toyotismo, iria recuperar. Como observa Krafcik, “o fordismo puro é, de muitos modos, mais próximo do Sistema de Produção Toyota do que o fordismo recente.” (KRAFCIK *Apud* ZILBOVICIUS, 1999).

Pode-se, então, considerar a “acumulação flexível”, que surgiu em meados da década de 1970, não uma “ruptura” com o padrão de desenvolvimento capitalista passado, mas uma reposição de elementos essenciais da produção capitalista em novas condições de desenvolvimento capitalista e de crise estrutural do capital.

Embora o novo complexo de reestruturação produtiva ou os múltiplos elementos da “acumulação flexível”, descritos por David Harvey, não sejam uma “ruptura” essencial com a lógica da produção capitalista no século XX, constituem-se, de forma inegável, uma nova materialidade do capital na produção, um novo espaço-tempo para a exploração da força de trabalho adequado à nova fase do capitalismo global sob o regime de acumulação financeirizado. O que significa que as novas tecnologias microeletrônicas, aplicadas à produção no interior de novos arranjos de organização da produção capitalista, possibilitaram, no plano material, a constituição de níveis mais elevados de flexibilidade para o capital. Surge, de fato, a partir de meados da década de 1970, um novo tipo de empreendimento capitalista em determinadas regiões do mercado mundial, uma série de experimentos produtivos representando o novo regime de “acumulação flexível”, com o

capital reencontrando-se com seu ser-precisamente-assim. Por exemplo, na década de 1980, uma década rica em inovações capitalistas, salienta-se a “especialização flexível”, na “Terceira Itália”; ou o “kalmarianismo”, na Suécia. Entretanto, o que possui maior capacidade de expressar as necessidades imperativas do capitalismo mundial é a experiência do toyotismo no Japão. É como se, a partir daí, o capital tivesse descoberto o “segredo” (ou o “mistério”) de um novo padrão de produção de mercadorias. No decorrer dos anos 1980, o toyotismo tende a assumir valor universal, surgindo como “produção enxuta” - a *lean production* - uma nova racionalidade produtiva do capital em sua etapa de mundialização (é o que trataremos mais adiante).

Por isso, sob a ofensiva neoliberal e a partir da Terceira Revolução Industrial e da Quarta Revolução Tecnológica, a “acumulação flexível” tem assumido novas proporções, intensidade e amplitude, com a utilização de uma nova base técnica que incorpora os elementos materiais da etapa da “cooperação complexa” e da “sociedade em rede”². A produção do capital, cujo ser-precisamente-assim é ser produção flexível, assume novas determinações, tornando-se intensamente “concreta”. Por isso a “flexibilidade” *não* se restringe apenas à “maior versatilidade possível do trabalhador”. Mais do que sob o fordismo,

² Utilizamos o conceito de Terceira Revolução Industrial para caracterizar o período histórico em que se desenvolve a tecnologia da informação, tendo por base o desenvolvimento da eletrônica: microeletrônica, computadores e telecomunicações. A Primeira Revolução Industrial começou em fins do século XVIII e caracterizou-se pela substituição das ferramentas manuais por máquinas e pelas novas tecnologias como a máquina a vapor e a fiadeira. A Segunda Revolução Industrial, em fins do século XIX, destacou-se pela produção da eletricidade; pelo desenvolvimento do motor de combustão interna, de produtos químicos com bases científicas e da fundição eficiente do aço; e pela invenção do telégrafo e da telefonia. A Terceira Revolução Industrial iniciou-se durante a Segunda Guerra Mundial, com o desenvolvimento da eletrônica e, em meados da década de 1970, com a revolução da tecnologia da informação, tendo por base o desenvolvimento da microeletrônica, computadores e telecomunicações. A Terceira Revolução Industrial, entretanto, se distingue das outras revoluções industriais porque contém em seu desenvolvimento histórico duas revoluções tecnológicas que alteram a natureza da atividade industrial. A Terceira Revolução Tecnológica, usualmente identificada com a Terceira Revolução Industrial propriamente dita, se baseia no chamado “binômio informática/robótica”, sendo portanto o que Adam Schaff denonou de “revolução informática”; e a Quarta Revolução Tecnológica que identificamos com a constituição das redes informacionais (ciberespaço) a partir dos novos avanços das telecomunicações, sendo portanto a “revolução informacional”. Nesse caso, é correto usar a expressão “tecnologia de informação”. Uma característica decisiva da Terceira Revolução Industrial é que computadores, robôs e redes informacionais só tem importância real quando associados aos novos métodos gerenciais (o que coloca a centralidade das inovações organizacionais como o toyotismo). As novas máquinas por si só, não produzem nada de útil numa indústria.

ela tornou-se, no sentido geral, um atributo da própria organização social da produção, uma abstração geral, posta pelo “sujeito” capital, em diversos níveis do complexo de produção de mercadorias, assumindo, deste modo, uma série de particularizações concretas, com múltiplas (e ricas) determinações. Salerno salienta, por exemplo, oito dimensões da flexibilidade: a flexibilidade estratégica, flexibilidade de gama, de volume, de adaptação sazonal, de adaptação a falhas, de adaptação a erros de previsão, flexibilidade social intra-empresa e flexibilidade social extra-empresa (SALERNO, 1995).

Por ter alcançado o seu desenvolvimento concreto mais rico sob o capitalismo global, a categoria da “flexibilidade” não pode ser pensada apenas sob uma forma particular. Entretanto, apesar das múltiplas dimensões da categoria de “flexibilidade”, quando se trata de empresa flexível, o que é estratégico para a acumulação do capital é a flexibilidade da força de trabalho, ou o que Salerno denominou, por exemplo, de flexibilidade social intra-empresa ou extra-empresa, ou seja, aquela flexibilidade relativa à legislação e regulamentação social e sindical, em que um aspecto muito discutido é o que diz respeito à flexibilidade nos contratos de trabalho: a possibilidade de variar o emprego (volume), os salários, horários e o local de realização do trabalho dentro e fora da empresa (por exemplo, mudança de linha dentro de uma fábrica, ou mesmo mudança entre fábricas). Ou ainda, aquela relativa aos regulamentos internos, à representação sindical interna, ao sistema de remuneração e às recompensas, etc. (SALERNO, 1995). Em sua abordagem da flexibilidade, Robert Boyer concentra-se tão-somente na flexibilidade do trabalho, enumerando-a em cinco dimensões: a flexibilidade inerente à organização da produção, à mobilidade interna dos trabalhadores, aos contratos de trabalho, à relação salarial e à regulamentação trabalhista (BOYER, 1986).

O que Harvey denomina de “acumulação flexível” é uma nova ofensiva do capital nas várias instâncias do ser social, visando a constituir um novo controle sócio-metabólico do capital adequado às condições de sua crise estrutural e crise de

sobreacumulação. Na medida em que se solapou o poder organizado do trabalho, surgiram os elementos da “acumulação flexível”, constituindo o novo cenário de desenvolvimento capitalista descrito por ele.

Assim, o complexo de inovações tecnológicas, organizacionais e sócio-metabólicas do empreendimento capitalista, de que iremos tratar mais adiante, possui o caráter de ofensiva do capital na produção visando a constituir novas condições para a acumulação e reprodução ampliada do capital. Naquele momento, tem um importante caráter político: solapar o poder do trabalho organizado visando aumentar a taxa de exploração. Aliás, o empreendimento capitalista da “acumulação flexível” implica níveis relativamente altos de desemprego “estrutural” (em oposição a “ficcional”), o que contribui para abater a capacidade de reação sindical e política da classe trabalhadora às novas condições da acumulação flexível. Além disso, implica em rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical de confronto de classe (o que demonstra seu caráter de ofensiva do capital na produção).

Deste modo, a “acumulação flexível” tornou-se importante elemento da luta de classe na produção e buscou exercer, como observou Harvey, “pressões mais fortes de controle do trabalho sobre uma força de trabalho de qualquer maneira enfraquecida por dois surtos selvagens de deflação, força que viu o desemprego aumentar nos países capitalistas avançados (salvo, talvez, no Japão) para níveis sem precedentes no pós-guerra.” (HARVEY, 1992)

O nexos essencial da dita “acumulação flexível” é ser *movimento reativo* às conquistas da classe trabalhadora e explicitação da nova forma material de subordinação real do trabalho ao capital e dominação de classe (o que explica a proximidade das preocupações do “fordismo puro”, descrito por Gramsci, do novo sistema de produção Toyota, que busca constituir um novo nexos psicofísico ou a “captura” da subjetividade do trabalho pela lógica

do capital adequada ao novo modelo produtivo). A flexibilidade da força de trabalho expressou a necessidade imperiosa de o capital subsumir, ou ainda, submeter e subordinar o trabalho assalariado à lógica da valorização, por meio da perpétua sublevação da produção (e reprodução) de mercadorias (inclusive, e principalmente, da força de trabalho). Mais do que nunca, o foco do novo complexo de reestruturação produtiva a atingir as empresas capitalistas é a gestão do trabalho vivo e da força de trabalho (é o que salientaremos como sendo a “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital). É por isso que a “acumulação flexível” se apóia, principalmente, na flexibilidade dos processos de trabalho e dos mercados de trabalho (e ainda, dos seus produtos e padrões de consumo). A flexibilidade do trabalho, compreendida como sendo a plena capacidade de o capital tornar domável, complacente e submissa a força de trabalho, caracteriza o “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva (é por isso que o debate sobre a flexibilidade é vinculado às características atribuídas ao chamado “modelo japonês” ou, mais precisamente, como salientaremos, ao modo “toyotista” de organização do trabalho e gestão da produção).

A idéia de “acumulação flexível” possui uma ineliminável carga político-ideológica no interior da luta de classes. Ela explicita o elemento que robustece o poder do capital contra a sua parte antagônica, o trabalho assalariado. Embora se saliente o caráter “flexível” da acumulação de capital, o que não se contesta no “sistema da produção flexível”, são as prerrogativas “rígidas” do capital, tendo em vista que é ele quem decide ainda o que produzir e onde alocar os recursos. Inclusive, sob a Terceira Revolução Industrial e a Quarta Revolução Tecnológica, com as novas tecnologias em rede informática e telemática, o que se verifica é que a capacidade de centralização do capital tornou-se maior, expondo a “rigidez” do capital. No local de trabalho, apesar da polivalência operária, proclamada pela ideologia dos novos experimentos da produção capitalista de cariz flexível, tais como o toyotismo, a função social do trabalho assalariado continua restrita e parcial. O trabalhador assalariado

continua sendo, em sua essência, um “indivíduo parcial, mero fragmento humano que repete sempre uma operação parcial” (Marx), apesar do “enriquecimento de tarefas” (Aglietta), ou da “desespecialização” (Coriat). Na verdade, o que o sistema de produção flexível do capital expõe são as dilacerantes contradições objetivas entre a riqueza do possível e a miséria do presente (título feliz de um livro de André Gorz) (CORIAT,1994).

Além disso, o processo político de derrotas históricas da classe trabalhadora ocorridas sob a conjuntura dos anos setenta e oitenta do século XX nos principais países capitalistas, é uma das causalidades históricas fundamentais para a constituição da dita “acumulação flexível” (PETRAS, 1995). A ascensão de políticas neoliberais, a partir de 1979, com a vitória de Thatcher, na Grã-Bretanha, e de Reagan, nos EUA, promove a desregulamentação da concorrência e a liberalização comercial, além de adotar políticas anti-sindicais, impulsionando, deste modo, novos patamares de flexibilidade e contribuindo para instaurar um novo poder do capital sobre o trabalho assalariado. No plano da política internacional e da ofensiva ideológica do capital, a “Queda do Muro de Berlim”, em 1989, e o *débâcle* da URSS em 1991 constituem o ápice da ideologia do capitalismo vitorioso. Portanto, a reestruturação produtiva enquanto “acumulação flexível”, foi, antes de tudo, um resultado sócio-histórico da luta de classes e da série de derrotas das instituições defensivas do trabalho no campo econômico, político e ideológico, no decorrer das décadas de 1970 e 1980.

Por isso, as décadas de 1980/1990, nos países capitalistas centrais, podem ser consideradas as “década das inovações capitalistas”, da flexibilização da produção e da “especialização flexível”. Nessas décadas ocorreram os maiores movimentos de desconcentração industrial, com uma nova divisão internacional do trabalho e uma nova etapa da internacionalização do capital, ou seja, de um novo patamar de concentração e centralização do capital em escala planetária. O capital migrou para áreas de baixos salários da Ásia (onde ocorreram, segundo a tabela 1, significativo incremento da produtividade do

trabalho no período 1992-2003) . É a época dos novos padrões de gestão da força de trabalho, tais como *just-in-time* / *Kan-ban*, CCQ's e Programas de Qualidade Total, da racionalização da produção. Portanto, são décadas de impulso e consolidação da dita “acumulação flexível” e do novo complexo de reestruturação produtiva cujo “momento predominante” é o toyotismo.

Na década de 1980, apesar de o crescimento capitalista nos países da OCDE ter-se mantido aquém dos índices da *golden age* (de 1960-73), seus resultados para o capital nos países capitalistas centrais (EUA, Europa Ocidental e Japão) parecem ter sido positivos: a inflação declinou, os lucros recuperaram-se e as finanças governamentais se estabilizaram nos principais países (GLYN, 1995). Na década de 1990, nos ditos “países emergentes” da América Latina, as reformas neoliberais derrubaram a hiperinflação, promoveram a privatização de empresas estatais, criando-se um ambiente favorável para a recuperação dos lucros das grandes empresas e dos investimentos do capital financeiro. Na virada para o século XXI, apesar da instabilidade financeira mundial decorrente da mundialização do capital, cujos principais exemplos foram a crise mexicana (em 1994), a crise asiática (em 1997) e a crise russa (1999), os resultados de crescimento da economia capitalista nos EUA na última metade da década passada e o crescimento exuberante da República Popular da China na década de 2000 contribuíram com notáveis resultados de lucratividade das corporações transnacionais.

Ao mesmo tempo, nas décadas de 1980/1990, tornou-se clara a situação de debilitação do mundo do trabalho. O resultado histórico da mundialização do capital e da “acumulação flexível” sobre o mercado de trabalho é deveras impressionante: instaurou-se um novo patamar de desemprego estrutural e proliferação do trabalho precário nos principais países capitalistas. Na década de 2000 pode-se dizer que um espectro ronda o capitalismo mundial, o espectro das novas formas de exclusão social, e surgem novas clivagens de desigualdades (uma “nova pobreza”) no interior do centro capitalista. Como atestam vários

autores, a expansão da insegurança do trabalho passou a ocorrer em diversos níveis: insegurança no mercado de trabalho, no emprego, na renda, na contratação e na representação. (MATTOSO, 1995; VASAPOLLO, 2005; ANTUNES, 2006; POCHMANN, 2001). Na verdade, o que ocorre é a explicitação histórica da própria condição da classe do proletariado: a *insegurança*, a situação de estar à mercê do acaso, submetido ao “poder das coisas” (o mercado) (MARX, 1996).

Tabela 1
A produtividade do trabalho 1992-2003

Regiões	Taxa de crescimento da produtividade
Mundo	10,9%
América Latina e Caribe	1,2%
Ásia Oriental	75,0%
Ásia Sul Oriental	21,6%
Ásia Meridional	37,9%

Fonte: OIT/FMI Apud DEL PONT (2006)

Deste modo, a mundialização do capital, a “acumulação flexível” e o neoliberalismo constituíram nas últimas décadas de capitalismo global, um novo (e precário) mundo do trabalho complexificado, fragmentado e heterogeneizado (ANTUNES, 1995; 1999; ALVES, 2000). Iremos denominar o novo metabolismo social que surge das novas condições históricas de reprodução expandida do capital de *sócio-metabolismo da barbárie*, um dos elementos causais que contribuiu para a debilitação do movimento social do trabalho e para a crise do sindicalismo nos principais países capitalistas.

- O sócio-metabolismo da barbárie

O sócio-metabolismo da barbárie se caracteriza pelo metabolismo social de *dessocialização* por meio do desemprego em massa e exclusão social, processo de

precarização e institucionalização de uma nova precariedade do trabalho, que sedimenta a “cultura do medo”. Na verdade, o que denominamos de *barbárie social*, que se distingue de outras formas de barbárie histórica, emerge com o fim da ascensão histórica do capital que alterou, radical e irremediavelmente, as condições de reprodução expandida do sistema mundial do capital, empurrando para o primeiro plano, como salienta Mészáros, “suas tendências destrutivas e seu companheiro natural, o desperdício catastrófico” (MESZAROS, 2003).

No “Manifesto Comunista” de 1848, Karl Marx e Friedrich Engels salientaram um conceito de “barbárie” posta como determinação reflexiva da civilização do capital - o que significava que o desenvolvimento natural do capitalismo tendia a ser interrompido por uma epidemia de superprodução. Dizem eles: “A sociedade vê-se de repente retransportada a um estado de momentânea barbárie [...] E por que? Porque a sociedade possui civilização em excesso.” (MARX E ENGELS, 1998)

A *barbárie histórica* do capitalismo em sua fase de ascensão era um momento necessário, “um estado de momentânea barbárie”, caracterizada pela destruição de parte das forças produtivas, um elemento necessário para a continuidade da própria acumulação de capital. Pela primeira vez na história, o elemento de barbárie histórica, isto é, a destruição das forças produtivas, faz parte do próprio modo de produção (o que não ocorria em nenhum dos modos de produção anteriores). Por isso, Marx caracterizou o capital como sendo a “contradição viva”, tendo em vista que, se por um lado a sociedade burguesa, como observa Lukács, é a sociedade que se torna cada vez mais social (o que é um elemento do processo civilizatório), por outro lado, devido as suas *crises sistêmicas*, ela tende a *obstaculizar*, com intensidade e amplitude, o desenvolvimento do ser genérico do homem, *dessocializando-o* pelo trabalho estranhado. O estado de barbárie decorre da “civilização em

excesso”. Eis a suprema “contradição viva” do capital com impactos decisivos no próprio metabolismo social da modernidade capitalista (LUKÁCS, 1978; MENEGAT, 2003; 2006).

Na medida em que ingressamos na fase de descenso histórico do capital, caracterizada pela sua intensa expansividade e incontrolabilidade, agudizam-se as “contradições vivas” do capital, visto que a mundialização do capital contém um elemento de “civilização em excesso”, instigando, portanto, o estado de barbárie. Entretanto, altera-se a natureza da crise capitalista. Ela assume um caráter estrutural que tende a acirrar as contradições sistêmicas do capital. A crise estrutural do capital altera a temporalidade da barbárie histórica que não se restringe tão-somente a um “momentum” de interregno da acumulação de capital, mas torna-se a nova temporalidade sócio-metabólica. Portanto, o capitalismo em sua etapa de crise estrutural instaura o que podemos chamar de estado de “barbárie social” que contém os elementos de negação contínua da própria civilização (o sistema mundial do capital é um sistema social “afetado de negação”).

O que denominamos de sócio-metabolismo da barbárie explicita as dilacerantes “contradições vivas” do capital. Uma delas, que procuramos salientar, é a contradição objetiva entre uma produção de mercadorias cada vez mais social (por exemplo, a constituição da “empresa em rede” explicita a dimensão socializada da produção capitalista), e uma sociedade cada vez mais dessocializada pelo precário mundo do trabalho. A outra contradição dilacerante explicitada pelo sócio-metabolismo da barbárie é a contradição intrínseca à própria natureza do novo complexo de reestruturação produtiva do capital, isto é, a contradição entre aguda racionalização intra-empresa e intensa irracionalidade social, visível, por exemplo, no clamor paradoxal do sistema toyota de produção contra o desperdício na sociedade do capital em que domina a taxa de uso decrescente dos bens e serviços produzidos pela sociedade (MÉSZÁROS, 2002). Nesse caso, o novo complexo de reestruturação produtiva se interverte em complexo de reestruturação da produção destrutiva

do capital, na medida em que as inovações tecnológico-organizacionais e sócio-metabólicas estão subordinadas aos ditames de orientação lucrativa da lógica imanente do capital. Por exemplo, ao auto-intitular-se *lean production* ou “empresa enxuta”, o toyotismo expõe seu caráter de produção destrutiva, ativando, como salienta Mészáros, “o selvagem mecanismo de expulsão em quantidades massivas de trabalho vivo do processo de produção”. Um dos traços paradoxais do novo complexo de reestruturação produtiva do capital é ativar, por um lado, intensos dispositivos de envolvimento estimulado do trabalho vivo com a lógica da produção do capital (o que temos caracterizado como “captura” da subjetividade do trabalho) e, por outro lado, ao mesmo tempo, tornar uma proporção cada vez maior do trabalho vivo força de trabalho supérflua do ponto de vista do capital (MÉSZÁROS, 2002).

No cenário da produção destrutiva, o desemprego em massa e a exclusão social atingem principalmente a juventude (vide Gráfico 2), elemento de futuridade da reprodução social. Talvez essa seja a expressão mais candente do trabalho estranhado que *dessubstancializa* o ser genérico do homem (como diria Marx nos “Manuscritos” de 1844); é exemplo-mor da dessocialização que *desejetiva* o trabalho vivo. Nas últimas décadas, como observa Mészáros, o desemprego “não é limitado a um ‘exército de reserva’ à espera de ser ativado e trazido para o quadro da expansão produtiva do capital, como aconteceu durante a fase de ascensão do sistema, por vezes numa extensão prodigiosa. Agora a grave realidade, do desumanizante desemprego assume um caráter crônico, reconhecido até mesmo pelos defensores mais acrílicos do capital como ‘desemprego estrutural’, sob a forma de autojustificação, como se ele nada tivesse a ver com a natureza perversa do seu adorado sistema.” (MÉSZÁROS, 2002;2003).

Gráfico 1



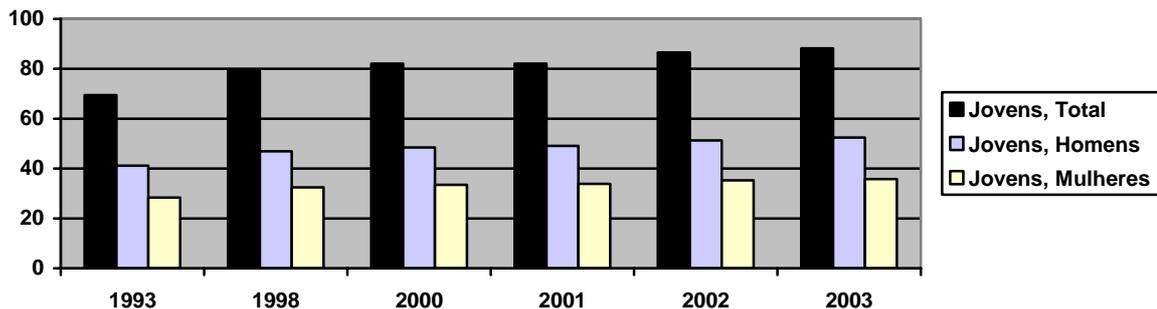
Fonte: OIT Apud DEL PONT (2006)

O crescimento da produtividade do trabalho nas últimas décadas, por conta das inovações tecnológico-organizacionais do capital, significou uma tendência à diminuição relativa do trabalho vivo na produção social, no interior de uma ordem mercantil sob predomínio da acumulação financeirizada que preserva a obrigação de trabalhar. Longe de representar uma liberação favorável a todos, próxima de uma fantasia paradisíaca, o aumento da produtividade do trabalho social tornou-se uma ameaça, contribuindo não apenas para a rarefação do emprego, mas para a precarização dos estatutos salariais. Apesar da escassez do emprego, o trabalho estranhado continua necessário de maneira muito ilógica, cruel e letal, não mais à sociedade, nem mesmo à produção, mas, precisamente, à sobrevivência daqueles que não trabalham, não podem mais trabalhar e para os quais o trabalho seria a única salvação. (FORRESTER, 1996) O sócio-metabolismo da barbárie cria, deste modo, um novo patamar de estranhamento para milhões de desempregados e trabalhadores precários, homens

e mulheres desvinculados das promessas da modernidade, numa época de “pós-modernidade”.

Gráfico 2

Desemprego da Juventude no Mundo (1993-2003)



Fonte: OIT (Elaboração do Autor)

A dessubstancialização do ser genérico do homem por sua dessocialização ou defetivação do trabalho ocorre não apenas com o desemprego crônico e da exclusão social, mas também com a instauração do processo de *precarização* dos estatutos salariais e a institucionalização da *nova precariedade* do trabalho (VASAPOLLO, 2005). A ofensiva do capital na produção por meio do novo complexo de reestruturação produtiva significa a reposição da subsunção real do trabalho ao capital. Em seu movimento sócio-ontológico, o “sujeito” capital tende a debilitar, a longo prazo, o trabalho assalariado, atingindo a classe dos trabalhadores assalariados. As tendências da mundialização do capital, neoliberalismo e “acumulação flexível”, apontam que o “sujeito” capital tende a desenvolver, no plano contingente, a “negação” das barreiras, constituída pelo trabalho no interior da vigência do capital contra a sanha da valorização exacerbada. As novas formas de produção do capital aprofundaram, de modo real, o que está posto, desde o início, como forma: a subsunção do trabalho ao capital (MARX, 1985). No bojo da subsunção real, o capital *debilita* e corrompe,

com mais intensidade e densidade, em sua operação de reposição da subsunção formal, a subjetividade de classe do complexo vivo do trabalho (o que irá caracterizar, como salientaremos adiante, o toyotismo, como “momento predominante” do novo complexo de reestruturação produtiva). Agudiza-se, deste modo, o fenômeno social do estranhamento, posto como condição histórico-ontológica da classe dos trabalhadores assalariados e do mundo do trabalho vivo.

Temos utilizado a expressão “ofensiva do capital” para caracterizar o nexo essencial da dita “acumulação flexível” e das tendências políticas e sociais de desenvolvimento do capitalismo em sua fase de descenso histórico. A rigor, a ofensiva do capital sobre o trabalho assalariado é intrínseca à própria lógica da valorização (seria uma tautologia dizer “ofensiva do capital sobre o trabalho assalariado”). Um é apenas a negação do outro, em que o “sujeito” capital aparece, cada vez mais, enquanto “trabalho morto”, isto é, poder social estranhado e insuportável, não controlado pela humanidade e que a domina. Entretanto, a “supressão” tendencial, e nunca realizável no interior da lógica da valorização, do “trabalho vivo” não anula a centralidade ontológica da categoria trabalho, isto é, a centralidade da significação “trabalho” (como anunciam Habermas, Gorz e Offe), posto que o que tende a emergir, de novo, é apenas o “sujeito” capital enquanto “trabalho morto”. Nesse caso, o trabalho tende a surgir, com a emergência do “sujeito” capital, como pressuposto negado, no sentido lógico (e ontológico), isto é, como trabalho estranhado dilatado e universal (MARX, 1996; FAUSTO, 1989; ALVES, 1999).

- A acumulação por espoliação

No livro “O Novo Imperialismo” (2004), David Harvey nos apresenta o conceito de “acumulação por espoliação”, em que busca caracterizar a cena capitalista da

virada para o século XXI. O novo conceito explicaria o que denominamos de sócio-metabolismo da barbárie. A mundialização do capital, a acumulação flexível e o neoliberalismo tenderiam a repor, *cum grano salis*, como motor da acumulação, as práticas predatórias da acumulação “primitiva” ou “original”. Elas não são mais relegadas a uma “etapa originária” tida como não mais relevante ou, como disse Rosa Luxemburgo, como de alguma forma “exterior” ao capitalismo como sistema fechado. O que Harvey denomina “acumulação por espoliação” seria uma característica fundamental da atual dinâmica histórica do capitalismo global (LUXEMBURG, 1983).

Entretanto, a acumulação capitalista sempre se utilizou da atividade predatória, fraudulenta e violenta, principalmente na acumulação capitalista no dito Terceiro Mundo. Trata-se de uma atividade oculta que é intrínseca à reprodução ampliada do capital. Por exemplo, na exposição de sua obra “O Capital”, se Marx parte de certos pressupostos iniciais e cruciais correspondentes em termos amplos aos da economia política clássica (mercados competitivos de livre funcionamento com arranjos institucionais de propriedade privada, individualismo jurídico, liberdade de contrato e estruturas legais e governamentais apropriadas, garantidas por um Estado que facilita e também garante a integridade da moeda como estoque de valor e meio de circulação), aos poucos, Marx vai desvelando a dimensão oculta da exploração da força de trabalho e da desigualdade estrutural entre capital e trabalho, negando a harmonia pressuposta no credo de liberais e neoliberais de “paz, propriedade e igualdade”. E por fim, num dos últimos capítulos do livro I de “O Capital”, intitulado “A Assim Chamada Acumulação Primitiva” (observe-se o título “A Assim Chamada...”), Marx trata da “acumulação primitiva”, desvelando o segredo oculto do capital, ou melhor, o segredo oculto da economia política. Para os economistas burgueses a “acumulação primitiva”, que Adam Smith denominou de *previous accumulation*, é uma acumulação precedente à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de

produção capitalista, mas sim seu mero ponto de partida. Ora, o que a exposição dialética de Marx sugere é que a atividade predatória, fraudulenta e violenta *não* é apenas uma dimensão ontogénica do modo de produção capitalista, relegada a uma etapa histórica primitiva e originária. Pelo contrário, a “assim chamada acumulação primitiva” é uma dimensão sócio-estrutural intrínseca à reprodução ampliada do capital que o discurso da economia política clássica oculta (MARX, 1996).

Citando Hanna Arendt, David Harvey observa que “os burgueses perceberam, alega Arendt, ‘pela primeira vez, que o pecado original do simples roubo, que séculos antes tornara possível a ‘acumulação de capital’ (Marx) e dera início a toda acumulação anterior, tinha eventualmente de se repetir para que o motor da acumulação não morresse de repente.” (HARVEY, 2004) O que significa que a “acumulação primitiva” não apenas já ocorreu, como continua ocorrendo e, nas condições da crise estrutural do capital e seu sócio-metabolismo da barbárie, explicita sua dimensão sistêmica.

Mas não é do nosso interesse tratar da ampla gama de processos que constituem hoje a “acumulação por espoliação”. O que é mais visível no capitalismo global seriam as fraudes, escândalos financeiros e especulação fraudulenta nos mercados de ações. Como observa Harvey, a “acumulação por espoliação” pode ocorrer de uma variedade de maneiras, havendo em seu *modus operandi* muitos aspectos fortuitos e casuais. Em síntese, “acumulação por espoliação” significa “a liberação de um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero) O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo.” (HARVEY, 2004)

O que nos interessa salientar é a afinidade compositiva entre sócio-metabolismo da barbárie (o complexo social de dessocialização e desefetivação do ser genérico do homem que surge a partir da degradação ampliada do mundo do trabalho) e vigência da “acumulação por espoliação”, principalmente no plano do metabolismo social. As

práticas sociais da “acumulação por espoliação”, o conjunto de coerções e apropriações de capacidades, relações sociais, conhecimentos, hábitos de pensamento e crenças (o que André Gorz irá denominar, ao tratar do trabalho imaterial, de “saber cotidiano”), além da apropriação e a cooptação de realizações sociais e culturais as mais diversas, constituem hoje elementos das inovações sócio-metabólicas do capital. Elas sedimentam a sociabilidade da predação e a cultura do medo que constitui um ambiente social (e emocional) propício para os novos consentimentos espúrios pressuposto do novo modelo produtivo.

Portanto, uma de nossas hipóteses é que existe um vínculo orgânico entre “acumulação por espoliação” e as novas práticas empresariais de “captura” da subjetividade do trabalho vivo e da força de trabalho, com destaque para a ampla gama de mecanismos organizacionais de incentivo à participação e envolvimento de empregados e operários na solução de problemas no local de trabalho. A apropriação/espoliação da criatividade intelectual (ou emocional) não apenas de empregados e operários, mas de clientes, consumidores e usuários de produtos e serviços instigados a “agregar” valor à produção da mercadoria são exemplos da sociabilidade de predação que caracteriza o metabolismo social do capitalismo global. David Harvey observa que a mercadificação por atacado, ou uso lucrativo, da natureza em todas as suas formas envolve espoliação em larga escala: “A transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual envolve espoliações em larga escala (a indústria da música é notória pela apropriação e exploração da cultura e da criatividade das comunidades).”(HARVEY, 2004).

Além disso, o processo de precarização dos estatutos salariais é um dos elementos compositivos da “acumulação por espoliação”. É ela que explica, por exemplo, as práticas neoliberais que utilizaram o poder do Estado para impor processos de “flexibilização” do trabalho, mesmo contrariando a vontade popular (o que demonstra a articulação visceral entre Estado e mercado). Nas palavras de Harvey - “A regressão dos

estatutos regulatórios destinados a proteger o trabalho e o ambiente da degradação tem envolvido a perdas de direitos” (HARVEY, 2004).

- A mundialização financeira do capital

Para Harvey, a “acumulação por espoliação” saiu de sua “condição clandestina” e se tornou hoje a forma dominante de acumulação com respeito à reprodução ampliada, tornando-se “cada vez mais acentuada a partir de 1973, em parte como compensação pelos problemas crônicos de sobreacumulação que surgiram no âmbito da reprodução ampliada.” (HARVEY, 2004). Neste momento, ele sugere um vínculo orgânico entre “acumulação por espoliação” e mundialização financeira. Diz ele: “O principal veículo dessa mudança foi a financialização e a orquestração, em larga medida sob a direção dos Estados Unidos, de um sistema financeiro internacional capaz de desencadear de vez em quando surtos de brandos a violentos de desvalorização e de acumulação por espoliação em certos setores ou mesmo em territórios inteiros.” (HARVEY, 2004).

Ora, o novo complexo de reestruturação produtiva, que surge sob a dita “acumulação flexível” e que possui vínculos sócio-metabólicos com a “acumulação por espoliação”, é um elemento compositivo do novo estágio do desenvolvimento capitalista que Chesnais irá denominar “mundialização do capital” e a qual ele identifica com a constituição de um “regime de acumulação predominantemente financeirizado”. O que significa que o predomínio da “financeirização” foi o principal veículo de constituição da dita “acumulação por espoliação”, tendo em vista que incrementou a velocidade, intensidade e amplitude do ser-precisamente-assim do capital, propiciando, deste modo, um salto qualitativo em seu potencial ofensivo sobre o trabalho assalariado. O capitalismo mundial, sob a dominância financeira e a vigência das políticas neoliberais, tendeu a promover a perpétua sublevação das

condições de produção (e reprodução) das mercadorias (o que explica as condições sócio-históricas da flexibilização do trabalho) (CHESNAIS, 1998).

Em seu livro “A mundialização do capital”, de 1994, Chesnais salienta o poder das corporações transnacionais, as empresas de capital concentrado, verdadeiros “agentes” do capital em geral. São elas que tendem a impulsionar o novo modo de acumulação do capital, a dita “acumulação flexível”, e que expressam a perpétua sublevação e a interminável incerteza e agitação do “sujeito” da modernização capitalista: o capital. O capital não pode subsistir sem revolucionar, de modo constante, os meios de produção. A intensa e incansável pressão no sentido de revolucionar a produção tende a extrapolar, impondo transformações nas “condições de produção” (ou “relações produtivas”), “e, com elas, em todas as condições e relações sociais” (MARX E ENGELS, 1998; BERMAN, 1987). É deste modo que o novo complexo de reestruturação produtiva surge, em sua dimensão contingente, como uma ofensiva do capital na produção, (re)criando novos mundos do trabalho, instaurando novas provocações sócio-históricas para a classe dos trabalhadores assalariados.

Em 1994, Chesnais ainda unia, em suas análises, a teoria da mundialização do capital à teoria da internacionalização, entendida como teoria da formação e da expansão do grande grupo industrial transnacional, que inclui tanto o setor manufatureiro quanto o conjunto das grandes atividades de serviços. Só depois, por volta de 2000, como ele próprio reconhece na “Apresentação” à edição brasileiro do livro “A finança mundializada”, é que iria salientar a centralidade fundamental da finanças na dinâmica do novo capitalismo flexível (ora, nos dois últimos capítulo do livro de 1994 e no livro “A mundialização financeira”, de 1998, ele já começa a superar a abordagem da teoria da internacionalização). O que se colocava não era apenas a internacionalização dos grandes grupos industriais, mas sim a alteração na dinâmica sistêmica do capital que aparece como regime de acumulação

predominantemente financeirizado. O capital-dinheiro, concentrado nas mãos dos grandes bancos e fundos de pensão, estava, segundo ele, em vias de estabelecer sua ascendência sobre o capital industrial. Assim, a fase de crescimento sustentado dos EUA, chamada de *New Economy*, uma conjuntura específica da potência hegemônica americana, só ocorreu porque havia, segundo Chesnais, um regime institucional internacional que lhe servia de suporte. No começo da década de 2000, Chesnais sugere a teoria do regime de acumulação financeirizada que explica os novos fenômenos do capitalismo global nas últimas décadas do século XX e começo do século XXI (CHESNAIS, 2005).

Para Chesnais, o atual regime institucional internacional de dominação do capital resulta do jogo combinado de dois processos que se reforçam mutuamente, segundo ele, em um movimento de interação que já dura mais de trinta anos. De um lado, o que salientamos como sendo processo de financeirização da economia capitalista. Diz ele: “O reaparecimento e consolidação de uma forma específica de acumulação de capital, na qual uma fração sempre mais elevada conserva a forma dinheiro e pretende se valorizar pela via das aplicações financeiras nos mercados especializados (a forma resumida D-D’ salientada por Marx).” (CHESNAIS, 2005) Por outro lado, as políticas neoliberais, que, a partir de Margaret Thatcher e de Ronald Reagan, pelos Estados do G-7, contribuíram para a elaboração e execução de políticas de liberalização, de desregulamentação e de privatização. Diz Chesnais: “Na virada dos anos 90, o desmoronamento da União Soviética e a queda do ‘socialismo real’ burocrático dominou as últimas fases das negociações da Rodada do Uruguai levadas no interior do GATT e determinou o vasto mandato à OMC pelo Tratado de Marrakesh de 1993.” (CHESNAIS, 2005)

Entretanto, na Apresentação à edição brasileira do livro “As finanças mundializadas”, organizado por ele, em 2005, Chesnais nos diz que a mundialização capitalista da era neoliberal entrara numa nova fase. Se nas últimas duas décadas do século

XX, as firmas multinacionais, os grandes bancos e os fundos de investimento dos países da Tríade (EUA, União Européia e Japão) foram os principais beneficiados, para não dizer exclusivos, nos anos 2000, ele observa que é na condição de capital concentrado, “em qualquer lugar onde ele se forma ou se consolida”, que as instituições do regime liberalizado, desregulamentado e privatizado operam. O que Chesnais sugere é que não podemos mais enxergar a mundialização tão-somente como a projeção sistêmica da hegemonia norte-americana (o que não deixa de ser a auto-crítica do próprio livro que permanece centrado na posição e no papel dos Estados Unidos, ainda que destacando o papel ativo do capital europeu como importante beneficiário da mundialização). E, observa Chesnais, “A irrupção da China como potência econômica e política é fator de primeira ordem na configuração das relações sistêmicas mundiais...(o caso da Índia é diferente e não chamaria por si só um deslocamento deste ponto de vista). Outro fator de renovação é a reconfiguração dos oligopólios mundiais, na qual participam países que pertencem a diversas “regiões-continentes” do mundo.” (CHESNAIS, 2005).

Nesta Introdução buscamos apresentar um breve painel da totalidade social concreta no interior da qual surgiu o novo complexo de reestruturação produtiva do capital. Colocamos alguns elementos que caracterizam a nova ordem sistêmica do capital nas últimas décadas do século XX. Nos capítulos seguintes, nosso objetivo é caracterizar o novo complexo de reestruturação produtiva.

Capítulo 1

Dimensões da Reestruturação Produtiva

A Cooperação Complexa da Produção do Capital

O modo de produção capitalista desenvolveu-se e expandiu-se pelo mundo pela constituição de métodos de produção da mais-valia relativa no interior dos quais o capital busca resolver as contradições que surgem da perpétua necessidade de auto-valorização do valor. Na seção V de “O Capital”, intitulada “A Produção de Mais-Valia Relativa”, Marx caracteriza os métodos de produção de mais-valia relativa como sendo a cooperação, manufatura e grande indústria (MARX, 1996).

O movimento de posição (e reposição) dos métodos de produção de mais-valia relativa denomina-se reestruturação produtiva, em que o capital busca novas formas de organização do trabalho mais adequadas à auto-valorização do valor. Cooperação, manufatura e grande indústria não são apenas formas históricas de organização da produção capitalista, substituídas ao longo do tempo histórico por outras formas avançadas de organização capitalista da produção. Na verdade, cooperação, manufatura e grande indústria são formas históricas de organização do capital que se repõe em cada fase de desenvolvimento do capitalismo. Os princípios da cooperação (trabalhador coletivo), manufatura (divisão do trabalho) e grande indústria (maquinaria) são repostos em sua processualidade dialética, em cada etapa histórica de desenvolvimento capitalista. Por isso, o fordismo-taylorismo,

“ideologia orgânica” da organização do trabalho e da produção capitalista no século XX, que surge na etapa da grande indústria, ao invés de ser mero “retorno da manufatura”, é a reposição desta forma de organização da produção capitalista (a manufatura) nas condições materiais da grande indústria (MORAES NETO, 1989). Na etapa da grande indústria se repõe também, do mesmo modo, o princípio constitutivo da cooperação: o trabalhador coletivo do capital. Portanto, a grande indústria é a forma histórica em que o capital, como “contradição viva”, atinge seu pleno desenvolvimento categorial. Por isso, a vigência contraditória de ideologias de racionalização do trabalho vivo (fordismo-taylorismo e toyotismo) nas condições da organização da produção capitalista baseada no princípio do trabalho morto.

A reestruturação produtiva do capital no século XX foi marcada pelas inovações fordistas-tayloristas que alteraram a morfologia da produção de mercadorias em vários setores da indústria e dos serviços. No campo organizacional da grande indústria, fordismo e taylorismo tornaram-se “mitos mobilizadores” do processo de racionalização do trabalho capitalista. A introdução dos novos “modelos produtivos” foi lenta, desigual e combinada, percorrendo a maior parte do século XX. A produção em massa (ou o fordismo) altera de modo significativo a vida social, transfigurando as condições de produção (e de reprodução) social da civilização humana, atingindo de forma diferenciada países e regiões, setores e empresas da indústria ou de serviços. O que surge, hoje, com o novo complexo de reestruturação produtiva, cujo “momento predominante” é o toyotismo, é mais um elemento compositivo do longo processo de racionalização do trabalho vivo que teve origem com o fordismo-taylorismo.

O novo complexo de reestruturação produtiva do capital, que se desenvolve nas condições da grande indústria em sua fase tardia, é constituído por “todo orgânico” cujos elementos compositivos são as inovações organizacionais, inovações tecnológicas e inovações sócio-metabólicas. Elas surgem na etapa histórica de desenvolvimento da grande indústria

“afetada de negações” que denominamos “cooperação complexa”.

Utilizamos o conceito de “cooperação complexa” não o contrapondo à grande indústria, como “quarta forma social”, como faz Francisco Soares Teixeira, nem o considerando, em seu conteúdo categorial, como “pós-grande indústria”, como faz Ruy Fausto (TEIXEIRA, 1999; FAUSTO, 1989). Pelo contrário, o que se põe com o que denominamos de “cooperação complexa” é a etapa histórica tardia da grande indústria “afetada de negação” no interior da qual se desenvolvem elementos pressupostos negados de uma nova etapa do processo civilizatório humano-genérico. A “cooperação complexa” seria uma etapa de desenvolvimento crítico da grande indústria “afetada de negação” ou um novo espaço-tempo sócio-histórico da produção (e reprodução) do capital sob as condições críticas da grande indústria no interior da qual estão pressupostas, como pressupostos negados, elementos da pós-grande indústria (o que implicaria pensar uma materialidade sócio-produtiva para além do capital).

Ao utilizarmos o conceito de “cooperação complexa” indicamos importantes alterações na morfologia do novo complexo de reestruturação produtiva do capital e na dinâmica sócio-metabólica da produção do capital decorrentes, por um lado, da revolução informacional ou melhor, revolução das *redes* informacionais; e, por outro lado, da nova configuração da luta de classes e da hegemonia pós-fordista de cariz neoliberal.

1. 1 Cooperação complexa e “unidade orgânica” da produção do capital

A constituição das redes informacionais como nova base técnica da produção de mercadorias tem promovido importantes alterações no processo de trabalho e na produção do capital. Por exemplo, a denominada “empresa em rede” e a constituição do novo trabalhador coletivo alteraram o *modus operandi* do controle do trabalho capitalista. Com a

revolução informacional e as novas possibilidades de constituição de redes e de integração dos sistemas de produção e de serviços como observa Lojkine, “o controle do trabalho [...] não pode ser limitado às relações entre ‘a fábrica e o cronômetro’, entre operários e chefes ou, ainda, entre a fabricação e a concepção, quando a informática discute, atualmente, as antigas divisões entre todas as funções da empresa (do departamento de estudos aos serviços pós-venda), para não mencionar as relações entre empresa que empreita e sub-empregadoras, empresa industrial e empresas de serviços (laboratórios de pesquisa, bancos de dados integrados, etc.) (LOJKINE, 1995).” O que Lojkine constata é a expansividade da relação-capital cujo controle sócio-metabólico não se limita mais ao local de trabalho ou às instâncias da produção propriamente dita, expondo os claros limites gnosiológicos dos estudos da sociologia industrial e do trabalho que se restringem, ao tratarem da reestruturação produtiva, meramente à fábrica ou mesmo à cadeia produtiva propriamente dita (Lojkine nos alerta que a revolução informacional ou a revolução das redes informacionais coloca em xeque a “fixação dos pesquisadores da sociologia industrial sobre o campo empírico das interfaces diretas homem-máquina, nos estudos consagrados ao trabalho”). Na verdade, como iremos salientar no capítulo 3, as novas “máquinas” informacionais deslocam a problemática da relação interface homem-máquina para relação interface homem-homem (o que expõe, de certo modo, a dimensão crucial do processo de subjetivação sob a “cooperação complexa”).

A reestruturação produtiva do capital, além de conceber a produção como totalidade social, integra hoje, com mais intensidade e amplitude e portanto, numa dimensão qualitativamente nova, inovação tecnológica, inovação organizacional e inovação sócio-metabólica como momentos constitutivos do “todo orgânico” da produção do capital. Por isso, a necessidade candente da investigação crítica articular, como momentos compositivos inelimináveis da reestruturação produtiva do capital, as dimensões da inovação tecnológica, inovação organizacional e inovação sócio-metabólica, numa perspectiva de conceber a

produção do capital cada vez mais como produção social ou ainda, produção de subjetividade às avessas por meio de novas mediações tecnológico-organizacionais (é o que tentaremos esboçar nos próximos capítulos).

Entretanto, a elevação da “unidade orgânica” da produção do capital como totalidade social a um nível qualitativamente novo, nas condições da “cooperação complexa”, ocorre devido, não apenas à revolução das redes informacionais, mas à nova configuração da luta de classe e dominação do capital no sistema mundial. Nas condições do capitalismo neoliberal, o capital torna-se uma força social mais dominante que nunca, tanto no sentido da implicação político-estatal, quanto da dominação político-ideológica, expondo, com mais intensidade e amplitude, o “todo orgânico” da produção do capital. As derrotas históricas das forças sociais e políticas do trabalho, a crise do Welfare State e a ofensiva neoliberal nas instâncias político-ideológicas deram ao capital a maior liberdade possível, sem a qual não poderia afirmar-se como sujeito fora e dentro do processo de trabalho. O movimento exacerbado do capital tende a dar um sentido “integrista” à nova *racionalização* do mundo, que se confunde com *modernização* e perpassa a totalidade da vida social como instância da produção de valor (pelo menos no plano do discurso ideológico dos valores-fetiches, que obnubilam a intensa irracionalidade social). Nas últimas décadas, o aparato hegemônico neoliberal tem constituído um novo terreno ideológico, que impulsiona uma “reforma das consciências e dos métodos de conhecimento”. Ao tratarmos do espírito do toyotismo e de seu nexos essencial, a “captura” da subjetividade, iremos constatar que o toyotismo é também um “fato filosófico”. É nesse sentido que Gramsci nos diz: “quando se consegue introduzir uma nova moral adequada a uma nova concepção do mundo, termina-se por introduzir também esta concepção, isto é, determina-se uma reforma filosófica total.” (GRAMSCI, 1984)

Portanto, com a “cooperação complexa” da produção do capital instaura-se uma etapa histórica de intensa socialização da produção social e de agudização das

contradições do sistema mundial do capital, em que a linha de demarcação entre as instâncias das inovações tecnológicas, organizacionais e sócio-metabólicas tende a tornar-se ainda mais tênue. Nesse caso, a idéia de produção do capital incorpora a totalidade social com os limites entre produção, circulação, distribuição e consumo tornando-se deveras sutis (nesse caso, as idéias de *flexibilidade* e *integração* explicitam, no plano lingüístico, alterações materiais ocorridas na forma social da produção do capital). O capital, como categoria social abstrata, torna-se mais efetivo na sua forma de ser. Com a “cooperação complexa” ocorre o movimento de absolutização do capital. Nesse sentido, constitui-se a *produção como totalidade social*, em que a idéia de rede informacional, que está na empresa, mas também na escola e no lar, aparece como seu lastro tecnológico. As mutações sócio-materiais do capitalismo global alteram as determinações categoriais do ser social.

1. 2 Cooperação complexa e trabalhador coletivo do capital

A revolução das redes informacionais instaura, com maior concreção, o *trabalhador coletivo* do capital, que articula em si, com mais intensidade e amplitude, por meio das redes informacionais, trabalho material e trabalho imaterial. A categoria de “trabalhador coletivo” aparece, pela primeira vez, no capítulo intitulado “Cooperação” na seção V de “O Capital”, de Karl Marx. O trabalhador coletivo é o trabalhador combinado “que possui olhos e mãos a frente e atrás e, até certo ponto, o dom da unicidade e que faz avançar o produto global mais rapidamente...”, é como Marx apresenta o ente social que nasce da cooperação (“conours de forces”, como disse Destutt de Tracy) (MARX, 1996). A nova potência de forças que decorre da fusão de muitas forças numa força global é um atributo do “trabalhador coletivo”. Marx salientava que a cooperação permite estender (e estreitar) o tempo-espaço, constituindo pelo trabalhador coletivo, uma nova força produtiva social do

trabalho ou força produtiva do trabalho social (MARX, 1996).

Marx observa que “os trabalhadores não podem cooperar diretamente sem estar juntos, sendo sua aglomeração em determinado local condição de sua cooperação”. Com as redes informacionais tornou-se possível “estar junto” à distância. O trabalhador social ou trabalhador combinado, por meio das novas tecnologias de informação e comunicação, não apenas estendem (ou estreitam) o espaço-tempo, mas podem virtualmente suprimi-lo, com a constituição de um novo local de cooperação complexa, o ciberespaço (MARX, 1996).

A escala da cooperação é uma variável da grandeza do capital. “A concentração de grandes quantidades de meios de produção – observou Marx – em mãos de capitalistas individuais é, portanto, a condição material para a cooperação de trabalhadores assalariados, e a extensão da cooperação, ou a escala da produção, depende do grau dessa concentração.” (MARX, 1996) O desenvolvimento de uma cooperação complexa decorre do surgimento da grande empresa transnacional de capital concentrado, capaz de articular, numa escala global, pela nova base técnica constituída pelas revolução das redes informacionais, formas inéditas de cooperação ou processo social de trabalho combinado.

A constituição do *trabalhador coletivo* ou trabalhador combinado significa, em si, o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho ou da força produtiva do trabalho social. O capitalista compra a força de trabalho individual isolada, mas ao fazê-lo cooperar, obtém um “renda relacional” que provém da força combinada não-paga do trabalhador combinado. A força produtiva social do trabalho, segundo Marx, é uma força gratuita que não custa nada ao capital e, por outro lado, não é desenvolvida pelo trabalhador antes que seu próprio trabalho pertença ao capital. Na verdade, como observa ele, “como pessoas independentes, os trabalhadores são indivíduos que entram em contato com o mesmo capital, mas não entre si.” (MARX, 1996) Na medida em que só começam a cooperar no processo de trabalho como processo de valorização, eles já deixaram “de pertencer a si

mesmos”. E destaca: “Como cooperadores, como membros de um organismo que trabalha, eles não são mais do que um modo específico de existência do capital” (MARX, 1996). Por isso, o trabalhador coletivo aparece como trabalhador coletivo do capital: “A força produtiva que o trabalhador desenvolve como trabalhador social é, portanto, força produtiva do capital” (MARX, 1996).

O modo de produção capitalista coloca a necessidade histórica da transformação do processo de trabalho em um processo social. A força produtiva do trabalho social, como observou Marx, é uma força gratuita, apesar de seu desenvolvimento por meio das redes informacionais ter significado vultosos investimentos em ciência, tecnologia e infraestrutura social. Na verdade, “essa forma social do processo de trabalho apresenta-se como um método, empregado pelo capital, para mediante o aumento da sua força produtiva, explorá-lo mais lucrativamente”. (MARX, 1996)

No aspecto onto-metodológico, a categoria de “cooperação” como modo de organização da produção social possui centralidade na exposição da produção do capital. A “cooperação” é a forma básica do modo de produção capitalista que se repõe em cada etapa de desenvolvimento das formas de organização do trabalho. É por isso que, no livro “O Capital – Crítica da Economia Política”, Marx inaugura a Seção V, em que expõe a produção da mais-valia relativa, com o capítulo XXI, intitulado “Cooperação” (depois ele trataria da “divisão do trabalho e manufatura” e “maquinaria e grande Indústria”). Ao iniciar sua exposição com a categoria de “cooperação”, Marx sugere que a “alma” do complexo de reestruturação produtiva nas empresas é dada pelas inovações organizacionais. Na verdade, a “cooperação” trata de inovações meramente organizacionais na produção de mercadorias, em que o capital, pela nova ordenação espaço-temporal da gestão do trabalho vivo como força de trabalho, constituiria o seu “trabalhador coletivo”.

Portanto, a centralidade onto-metodológica da categoria de “cooperação” na

exposição da estrutura de produção do capital decorre não apenas de ela ser “forma básica do modo de produção capitalista”, mas ser matriz da categoria de “trabalhador coletivo” do capital, “élan vital” da produção de mercadorias, elemento fundamental e fundante do processo de acumulação capitalista. Por isso, na medida em que as inovações organizacionais enquanto forma de reposição da cooperação aparecem como “um método, empregado pelo capital, para mediante o aumento da sua força produtiva explorá-lo mais lucrativamente”, reconstituindo o trabalhador coletivo do capital, elas se tornam inovações axiais em torno do qual se articulam as inovações tecnológicas e inovações sócio-metabólicas.

Ao reconstituir pelas redes informacionais, o trabalhador coletivo, o capital integra, com maior intensidade e amplitude, o “todo orgânico” da produção de valor, constituindo uma sinergia capaz de dar um salto espetacular (e inédito) na produtividade do trabalho social, exploração da força de trabalho e extração de mais-valia (é o que tem demonstrado a produção industrial nas últimas décadas).

Pretendemos abordar nos próximos capítulos, as dimensões do novo complexo de reestruturação produtiva. A divisão sugerida possui função meramente heurística tendo em vista que tratamos de um “todo orgânico”. Iremos expor, primeiro, o complexo de reestruturação produtiva como *inovação organizacional*, destacando o toyotismo como o verdadeiro espírito do novo complexo de reestruturação produtiva e do novo “modelo de gestão” do trabalho vivo; depois, em segundo lugar, trataremos das *inovações tecnológicas*, destacando a constituição da nova base técnica da “sociedade em rede” a partir da IV Revolução Tecnológica, a revolução das novas tecnologias de informação e comunicação, isto é, das redes informacionais; e terceiro, iremos expor as *inovações sócio-metabólicas*, constituídas, por um lado, pela pletera de *valores-fetiches* ou nexos ideológicas do novo produtivismo que se disseminam pela sociedade burguesa (as inovações sócio-metabólicas são um dos aspectos do processo de reestruturação produtiva muito pouco destacado pela

sociologia do trabalho). O toyotismo e sua ânsia pela “captura” da subjetividade, tende a colocar as inovações sócio-metabólicas como uma dimensão crucial da reestruturação produtiva no século XXI.

Dimensões da Reestruturação Produtiva

Inovações Tecnológicas
Inovações Organizacionais
Inovações Sócio-metabólicas

Na exposição do novo complexo de reestruturação produtiva, iremos salientar as inovações organizacionais baseadas no espírito do *toyotismo*, “ideologia orgânica” da nova reestruturação produtiva do capital que se dissemina nas empresas e na sociedade burguesa. É o toyotismo que constitui a base organizacional e ideacional-valorativa da nova materialidade sócio-tecnológica instaurada pelo capital. Por um lado, as inovações organizacionais explicitam as virtualidades da nova base técnica do capital dada pela IV Revolução Tecnológica, a revolução das redes informacionais. As novas máquinas da III Revolução Industrial, baseadas nas inovações tecnológicas da informática, robótica e telemática, contribuem para o desenvolvimento do arcabouço técnico-organizacional do toyotismo. Por outro lado, as inovações sócio-metabólicas, terceira dimensão do novo complexo de reestruturação produtiva, constituem a base morfológica das inovações técnico-

organizacionais que consolidam e explicitam suas virtualidades de controle social.

Iremos nos deter nas inovações *interiores* à produção capitalista (*inovações organizacionais; inovações tecnológicas e inovações sócio-metabólicas*), deixando de lado as inovações *exteriores* à produção do capital. As inovações *exteriores* à produção capitalista, que não iremos tratar neste livro, mas que são importantes elementos compositivos da “totalidade concreta” do novo complexo de reestruturação produtiva, são as inovações econômicas e geo-econômicas (a macroeconomia neoliberal e os novos territórios e espaços do mercado mundial); as inovações político-institucionais (as formas do Estado neoliberal) e as inovações culturais propriamente ditas (o pós-modernismo). Elas compõem o novo bloco histórico no interior do qual emerge o novo complexo de reestruturação produtiva.

Capítulo 2

O espírito do toyotismo

O toyotismo é a “ideologia orgânica” do novo complexo de reestruturação produtiva do capital que encontra nas novas tecnologias da informação e comunicação e no sócio-metabolismo da barbárie, a materialidade sócio-técnica (e psicossocial) adequada à nova produção de mercadorias. Existe uma intensa sinergia entre inovações organizacionais, inovações tecnológicas e inovações sócio-metabólicas, constituindo o novo empreendimento capitalista que coloca novos elementos para a luta de classes no século XXI. Esta é a marca da “cooperação complexa” da nova produção do capital.

Ao tratarmos do toyotismo iremos nos concentrar em expor seus protocolos técnico-organizacionais que são traduzidos em valores e regras de gestão do trabalho vivo nas grandes empresas e que atingem hoje os mais diversos empreendimentos capitalistas, seja da indústria ou dos serviços (inclusive na administração pública). Na verdade, todo empreendimento capitalista tende hoje a ser coagido pela concorrência a adotar procedimentos técnico-organizacionais oriundos da matriz ideológico-valorativa toyotista. Os valores e dispositivos organizacionais do Sistema Toyota de Produção ou toyotismo tornaram-se *sensu comum* da gestão do capital. Por exemplo, mesmo não participando da criação de valor, organizações de serviços e de administração pública (inclusive da instância sócio-reprodutivas) tendem a incorporar valores do neoprodutivismo toyotista¹. Em primeiro lugar,

¹ Na contra-capa do suplemento “Economia” do jornal “O Estado de São Paulo”, de 25 de fevereiro de 2007, tivemos a seguinte manchete: “Por que as empresas querem ser Toyota”. A reportagem, assinada por Cleide

iremos desenvolver uma reflexão sobre o significado do conceito de toyotismo, buscando elaborar uma caracterização que consiga ir além da concepção restrita de toyotismo (ou seja, tratá-lo meramente como “modelo japonês”). Iremos expor sua filosofia de produção e recuperar, de modo breve, sua gênese histórica e significado ontológico para a nova etapa da produção de mercadorias. Nosso interesse é salientar que o pressuposto essencial do novo modelo de gestão da produção capitalista é a “captura” da subjetividade do trabalho vivo. Mais do que o fordismo-taylorismo, o toyotismo tem necessidade de *envolvimento* dos operários e empregados nos procedimentos técnico-organizacionais da produção de mercadorias.

2.1 O espírito do toyotismo

Em primeiro lugar, utilizamos o conceito de toyotismo num sentido preciso e numa perspectiva mais ampla que a maioria dos analistas sociais e sociólogos do trabalho costumam fazê-lo. Reconstituiremos o *conceito*, procurando torná-lo mais adequado à apreensão de processos sociais (e ideológicos) universais que atingem a produção do capital, principalmente nas últimas décadas do século XX. Deste modo, diremos que o toyotismo não é meramente “modelo japonês” ou “Sistema Toyota de Produção”. É claro que a filosofia do toyotismo tem sua *gênese histórica* no Japão, elaborada pelos engenheiros da Toyota. Seus princípios de gestão da produção e do trabalho vivo, entretanto, disseminaram-se pelas mais diversas técnicas de administração flexível do capital. É possível encontrar hoje princípios do

Silva, observava que “até hospitais já seguem o modelo de produção que levantou a montadora”. E diz mais: “Do ramo automotivo ao de alimentos, passando pela prestação de serviços e até hospitais, há uma corrida ao TPS (sigla em inglês para o Sistema de Produção Toyota). Essa filosofia de trabalho ajudará a pôr fim, provavelmente este ano, ao reinado de mais sete décadas da General Motors no topo das maiores fabricantes de veículos.” A reportagem observa que há farta literatura sobre o TPS e até uma entidade, chamada *Lean Institute*, que difunde pelo mundo a filosofia da produção enxuta. A reportagem destaca, sem novidade que no Brasil, autopeças também seguem o exemplo. O depoimento do gerente da Bosch expõe os princípios do TPS (excelência operacional e eliminação dos desperdícios). Diz ele: “A meta é produzir o que o cliente demanda, na hora pedida e na qualidade acertada. Antes, de 1 milhão de peças produzidas, centenas voltavam por problemas

Sistema Toyota de Produção nos mais diversos manuais de auto-ajuda empresarial. No decorrer da década de 1980, o toyotismo apareceu na concepção de *lean production*, tendo sido adotado por várias empresas dos mais diversos ramos de produção capitalista.

As inovações organizacionais do novo complexo de reestruturação produtiva estão impregnadas do espírito do toyotismo. É por isso que iremos partir da filosofia do Sistema Toyota de Produção, tratada de modo sistemático pelo seu criador Taiichi Ohno (1912-1990), cujo livro “O Sistema Toyota de Produção – Além da produção em Larga Escala”, com primeira edição no Japão de 1978 (com edições nos EUA, de 1988 e, na França, em 1989) é o ponto de partida de um complexo ideológico-moral que irá determinar a gestão da produção e a gestão do trabalho no capitalismo global.

Em seu livro, Taiichi Ohno prevê a capacidade de universalização dos princípios do Sistema Toyota de Produção e sua transferibilidade para o mundo do capital. Disse ele: “O Sistema Toyota de Produção, com seus dois pilares defendendo a absoluta eliminação do desperdício, surgiu no Japão por necessidade. Hoje numa época de lento crescimento econômico no mundo inteiro, este sistema de produção representa um conceito em administração que funcionará para qualquer tipo de negócio.” (OHNO, 1997). Na medida em que o Sistema Toyota de produção se dissemina pelo mundo do capital, adaptando-se (e intervindo) no cenário do seu novo sócio-metabolismo, ele torna-se toyotismo ou novo modelo de produção flexível.

Ao escrever “Toyota seisan hōshiki” (título original em japonês do livro “O Sistema Toyota de Produção – Além da produção em Larga Escala”), Taiichi Ohno expõe com minúcias, o coerente conjunto de técnicas do Sistema Toyota de Produção. Ohno não escreve um manual técnico de engenharia de produção, mas sim, um livro de divulgação da filosofia do Sistema Toyota de Produção. Ele visa a esclarecer para o público em geral princípios e conceitos do novo sistema de produção flexível de mercadorias. Utilizando uma

linguagem clara, apela para o bom senso e recorre muitas vezes a analogias no estilo da cultura japonesa. Por exemplo, é comum Ohno fazer analogia entre o trabalho na indústria moderna e os esportes competitivos em equipe. Para ele, o trabalho na manufatura é um jogo em equipe: “Os esportes nos dão muitas indicações úteis”. Na verdade, o trabalho em equipe é essencial para o Sistema Toyota de Produção. Por isso, Ohno chega a fazer a analogia entre o “just-in-time” (ou o trabalho de uma equipe envolvida em atingir um objetivo preestabelecido) e um time de beisebol: “Na manufatura a equipe de produção que tenha dominado o sistema just-in-time é exatamente como um time de beisebol que joga bem em equipe.” (OHNO, 1997). Outra analogia feita por Ohno é entre o trabalho de manufatura e a corrida com revezamento: “O local de trabalho é como uma corrida com revezamento – existe sempre uma área de onde se pode passar o bastão. Se ele é passado corretamente, o tempo total final pode ser melhor do que os tempos individuais dos quatro corredores. Em uma raia de natação, um nadador não pode mergulhar antes que a mão do nadador anterior toque a parede. Na pista no entanto, as regras são diferentes e um corredor mais veloz pode compensar um outro mais lento.” (OHNO, 1997) E mais adiante, acrescenta: “Acho que o mais importante ponto em comum entre os esportes e o trabalho é a contínua necessidade de praticar e treinar. É fácil compreender a teoria com a mente; o problema é lembrá-lo com o corpo. A meta é conhecer e fazer instintivamente. Ter o espírito para agüentar o treinamento constitui o primeiro passo na estrada que leva à vitória.” (OHNO, 1997).

A analogia que Ohno faz entre trabalho e jogo em equipe é deveras sugestiva, tendo em vista que expõe uma dimensão essencial do espírito do toyotismo (que não havia no fordismo-taylorismo): a imprescindibilidade do *engajamento* moral-intelectual dos operários e empregados na produção do capital (o que implica a necessidade da “captura” da subjetividade do trabalho vivo pelos ditames da produção de mercadorias). O toyotismo mobiliza a subjetividade, isto é, corpo e mente. Convém notar que esta implicação subjetiva

do toyotismo entre corpo e mente é peculiaríssima. Como nos diz Ohno, o importante é “lembrar com o corpo” ou “conhecer e fazer *instintivamente*” (o grifo é nosso). Deste modo, o espírito do toyotismo implica não apenas a mobilização total da mente (diz ele que “é fácil compreender a teoria com a mente”), mas a mobilização total do corpo e da mente. Não apenas conhecer e fazer, mas conhecer e fazer *instintivamente*.

É curioso que, ao tratar do trabalho operário, Ohno utiliza analogias com esportes competitivos em equipe (beisebol ou corrida com revezamento), mas, ao expor as façanhas de “dois personagens extraordinários”, Toyoda Sakiichi e Toyoda Kiichiro, fundadores da Toyota Motor Company, fale-nos da “visão de um jogador de xadrez”. Assim, no caso do capitalista individual (ou gestor do capital), Ohno tende a fazer analogia da sua atividade de empreendedor capitalista com esportes competitivos individuais, como o jogo de xadrez (ou ainda as lutas de sumô e de judô). Diz ele que no Japão, “nós não ‘competimos’ nestas atividades [esportes competitivos individuais] e sim ‘procuramos o caminho e o estudamos’ com devoção.” (OHNO, 1997). O que significa que o capitalista (como um artesão individual), “procura o caminho [da redução dos custos e da eficiência visando maior lucratividade – GA] e o estuda” com devoção. A obsessão do empreendedor capitalista pela inovação organizacional da produção do capital visando à eficiência do seu negócio é colocada por Ohno como sendo a atitude de um enxadrista que estuda com devoção seu jogo: “Encontrar um assunto para pensar, olhar fixamente para um objeto até que praticamente um furo o atravesse, e encontrar a sua natureza essencial.” E conclui ele: “Foi assim que Toyoda Sakichi se inspirou e investigou os fatos.” (OHNO, 1997).

Em vista disso, é que Benjamin Coriat irá salientar que o toyotismo é “administração pelos olhos” (CORIAT, 1994). Mas não apenas no sentido de que, como observa Ohno, com a introdução do Sistema Toyota de produção, o desperdício pode ser identificado imediata e especificamente, isto é, torna-se visível; mas que, o olhar fixo do

capital para o trabalho vivo é tão persistente e intenso que “praticamente um furo o atravessa” (o que significa a “captura” da subjetividade do trabalho vivo).

O livro “O Sistema Toyota de Produção – Além da produção em Larga Escala” de Taiichi Ohno é quase um pequeno compêndio de auto-ajuda da nova produção manufatureira. O objetivo de Ohno era tornar o toyotismo um “senso comum” da produção de valor, buscando traduzir, por sua filosofia de produção, materializada em dispositivos técnico-organizacionais, as necessidades orgânicas da produção do capital em sua etapa de crise estrutural. Ao ler o livro de Taiichi Ohno, sob a forma de tradução, primeiro em inglês (1988) e depois em francês (1989), Benjamin Coriat encontrou, segundo ele, a chave para compreender o Japão moderno. Ele descreve o impacto que o pequeno livro de Ohno lhe proporcionou: “Eu me via então 15 anos atrás, quando pela primeira vez li os mestres norte-americanos Taylor e Ford. A impressão e o choque foram da mesma natureza. Eu tive o sentimento de ler enfim e, praticamente em todas as letras, o que há vários anos buscava compreender. A partir de Ohno, da codificação que ele fazia de si mesmo, de sua experiência, pouco a pouco eu me esforcei para reconstruir e juntar todos os pedaços de “japonesices” que havia pacientemente acumulado. Pareceu-me que o que Ohno tinha a dizer era de tão considerável importância que convinha tentar fazer com que ele fosse ouvido também por outros.” (CORIAT, 1994).

Foi a partir deste choque que Coriat iria escrever *Penser à l'envers: Travail et organisation dans l'entreprise japonaise* (publicado na França, em 1991). Nesse livro ele mostra que as descobertas de Ohno e de outros teóricos japoneses devem ser analisadas “como um conjunto de inovações organizacionais, cuja importância e alcance é em tudo comparável às que foram em seu tempo introduzidas por Taylor e Ford”. Segundo Coriat, essas inovações, que incidem tanto sobre a organização do trabalho e da gestão de produção, quanto sobre a gestão de recursos humanos, “criam entre si ligações de coerência, dinâmica,

que constituem um verdadeiro sistema.” Em seu livro, Coriat busca expor o Ohnismo, como ele denomina o Sistema Toyota de Produção, enquanto revolução conjunta de gestão de produção e do trabalho (CORIAT, 1994).

Entretanto, o que Taiichi Ohno expôs com leveza e clareza é o conjunto de experiências inovadoras que vários teóricos japoneses da engenharia de produção, desde o pós-guerra, desenvolveram em busca de uma resposta aos impasses da indústria no Japão. Em torno da Toyota Motor Company, sob a direção de Toyoda Kiichiro, Taiichi Ohno conseguiu elaborar os *princípios* e a *filosofia* de um sistema de produção para além da produção em massa. Ohno conseguiu traduzir em sua filosofia de produção, as necessidades do novo regime de acumulação que surge a partir da crise de superprodução do capital. Tanto que o Capítulo 1 do livro de Ohno se intitula “Começando da Necessidade” e assinala: “O crescimento econômico lento amedronta” (OHNO, 1997).

Embora o Sistema Toyota de Produção, exposto por Ohno, contenha inovações organizacionais cuja importância e alcance são inegavelmente comparáveis às de Taylor e Ford, como sugere Coriat, sua grandeza (e inclusive originalidade) é limitada. Não podemos compará-lo à filosofia do fordismo que inspirou a produção em massa na primeira metade do século XX. Na verdade, o próprio Ohno busca em Ford a inspiração do toyotismo e tenta resgatar, por exemplo, no Capítulo 5, “a verdadeira intenção de Ford”. Além disso, a rigor, o toyotismo, como o fordismo-taylorismo, constitui a linha de continuidade do processo de racionalização do trabalho no século XX.

Em seu livro “Da Grande Noite à Alternativa” (de 1991), Alain Bihn, ao tratar da nova ordem produtiva, sem fazer referência direta ao espírito do toyotismo, caracteriza o novo empreendimento capitalista baseado na *produção difusa*, *produção fluida e produção flexível*. Para ele, são todos os elementos constituídos pela nova morfologia técnico-organizacional da fábrica toyotista.

A *produção difusa* é o que o toyotismo irá salientar por meio da constituição das redes de colaboradores, ampliando a terceirização e as redes de subcontratação. O espírito do toyotismo impulsiona o aumento da utilização da terceirização e do trabalho por encomenda, ou ainda, das formas marginais de trabalho: trabalho em domicílio, trabalho clandestino. Enfim, a “externalização” de uma parte do pessoal realiza-se por meio do apelo à mão-de-obra temporária (o que Vasapollo irá denominar “trabalho atípico”) (VASAPOLLO, 2005; ANTUNES, 1999; GOUNET, 1999). Ora, a fábrica toyotista é uma fábrica enxuta. É a *lean production* que explica o processo de desconcentração e até mesmo desaglomeração das grandes unidades produtivas, da descentralização de sua gestão, cujo controle pela matriz torna-se possível graças ao desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação (BIHR, 1998).

A *produção fluida* implica a adoção, por um lado, do que Bihr denomina de automação de integração (ou gestão informatizada dos fluxos produtivos) e, por conseguinte, de equipes polivalentes/sistema de máquinas automatizadas (e, portanto, também polivalentes). Esta nova organização da produção e do trabalho significa o abandono da organização do trabalho em postos fixos e especializados. Eis o pilar do Sistema Toyota de Produção, que iremos salientar adiante: *just-in-time/kanban* e *autonomação* (ou automação com toque humano, como diria Ohno). Altera-se, deste modo, o perfil sócio-profissional do operador de base, que ganha certa liberdade de movimento e capacidade de iniciativa; como observa Bihr, certa *polivalência* (pois é preciso saber intervir em diversos tipos de materiais) e certa *poliatividade* (mesclando tarefas de fabricação, de discussão, de manutenção trivial, até mesmo, de gestão produtiva). Pode-se dizer que a idéia de produção fluida contém um nexo essencial do espírito do toyotismo, a *fluidéz* subjetiva da força de trabalho, isto é, o envolvimento pró-ativo do operário ou empregado (como salientamos, o nexo essencial do toyotismo, que implica a “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital). O que

consideramos como *cerne essencial do toyotismo* é a busca do “engajamento estimulado” do trabalho, principalmente do trabalhador central, o assalariado “estável”. É por esta “captura” da subjetividade que o operário ou empregado consegue operar, com eficácia relativa, a série de dispositivos técnico-organizacionais que sustentam a produção fluída e difusa. A adoção da produção fluída implica uma reescalada das qualificações e do nível de formação geral e profissional dos operadores de base, além de uma relativa recomposição das funções de execução e das funções de concepção. Ocorre a remodelação da composição sócio-profissional (“técnica”) da classe (BIHR, 1998).

Além disso, como ressalta Alain Bihn, o novo empreendimento capitalista implica a *produção flexível* pela utilização de meios de trabalho aptos para ajustar a capacidade produtiva a uma demanda variável em volume e composição. As inovações tecnológicas, de que trataremos no capítulo seguinte, contribuíram para a utilização de novas máquinas de base microeletrônica capazes de se adaptarem a uma demanda de bens de consumo duráveis ao mesmo tempo mais flutuante e mais diversificada. (BIHR, 1998). Segundo Ohno, “ao se adaptar à diversidade, o Sistema Toyota de produção tem sido muito mais eficiente do que o sistema fordista de produção em massa desenvolvido nos Estados Unidos” (OHNO, 1997). A produção flexível permite que se adote um dos princípios do Sistema Toyota de produção, o nivelamento da produção para reduzir o tamanho dos lotes. Produzir em pequenos lotes significa não operar com uma prensa por muito tempo: “Para responder à estonteante variedade nos tipos de produtos, a matriz deve ser mudada com frequência. Conseqüentemente, os procedimentos de troca de ferramentas devem ser executados rapidamente.” (OHNO, 1997).

A produção flexível, sugerida pelo Sistema Toyota de Produção, implica o *engajamento* laboral. Ao tratar do nivelamento da produção, Ohno expõe a capacidade do toyotismo em se apropriar do *saber-fazer* dos operadores de base e da rede de subcontratação

(ou do que Ohno chama de “firmas cooperadoras”) visando a aprimorar os procedimentos da produção flexível. Diz ele: “A necessidade das trocas rápidas de matrizes foi criada e foram tomadas medidas para eliminar os ajustes – algo nunca discutido nos manuais de operações anteriores. Para fazer isto todos contribuíam com idéias enquanto os operários eram treinados para reduzir os tempos de troca de ferramentas e matrizes. Dentro da Toyota Motor Company e suas firmas cooperadoras, o desejo das pessoas de atingir o novo sistema se intensificou incrivelmente. O sistema se tornou o produto dos seus esforços.” (OHNO, 1997).

A flexibilidade do processo de produção requer simultaneamente uma organização flexível do trabalho, ou seja, salienta-se o que destacamos na idéia da produção difusa: a constituição de polioperadores capazes de assumir multitarefas. O trabalhador deve ser capaz de ocupar diferentes postos de trabalho, de intervir em diferentes tipos de materiais, de inserir-se em diferentes segmentos do processo de trabalho, etc. Fluidez e flexibilidade se conjugam para exigir uma força de trabalho polivalente, qualificada, operando em equipes, que ligam estreitamente operários, técnicos, administradores, etc. (Lojkine observa que jamais se sabe se no modelo Toyota a noção de “flexibilidade” remete à precarização dos estatutos da mão-de-obra ou à sua polifuncionalidade”(LOJKINE, 1995:40).

Mas a produção flexível implica também a *flexibilidade da contratação salarial*, isto é, o afrouxamento das condições jurídicas (legais ou convencionais) que regem o contrato de trabalho (basicamente as condições de contratação e de demissão). Nesse caso, o espírito do toyotismo incentiva a instabilidade salarial ou a constituição de uma nova precariedade do trabalho que permita, de forma ampla, a contratação de trabalho parcial ou trabalho temporário. Além disso, Alain Bihr destaca a *flexibilização do salário direto*, com a adoção de mecanismos de natureza mais concorrencial e vinculados ao “desempenho” individual de cada assalariado. O espírito do toyotismo aparece, deste modo, como elemento de heterogeneização e de cisão da classe e da consciência de classe do proletariado. A

flexibilização do salário, como observa Bihr, implica sua “máxima individualização, a deterioração da sua negociação coletiva ou, pelo menos, seu confinamento ao nível da empresa.” (BIHR, 1998). É claro que Ohno em seu livro “Sistema Toyota de Produção” não trata destas externalidades da produção flexível. Mas a constituição de um precário mundo do trabalho e do sócio-metabolismo da barbárie, que iremos tratar adiante, são pressupostos compositivos das inovações sócio-metabólicas do capital, uma das dimensões do novo complexo de reestruturação produtiva. Aliás, flexibilização da contratação salarial e a constituição de um precário mundo do trabalho, além da flexibilização dos salários com a individualização (e fragilização) do poder de barganha da classe são elementos compositivos das condições objetivas pressupostas da “captura” da subjetividade do trabalho vivo pelo capital.

2.2 Just-in-time

O Sistema Toyota de Produção tem obsessão pela “absoluta eliminação do desperdício”. É uma aguda preocupação que percorre o livro de Taiichi Ohno. O seu objetivo é aumentar a produtividade por meio da eliminação do *desperdício da superprodução*. O discurso ohnista é um *discurso paradoxal*, pois abomina o desperdício de superprodução na sociedade da produção destrutiva e nas condições da crise estrutural de capital, cujo traço essencial é dado pela crise de superprodução ou crise de sobreacumulação. É a ótica da racionalidade intrafirma que contrasta com a irracionalidade social. O toyotismo leva as contradições da sociedade mercantil complexa ao seu paroxismo.

Observa-se, porém, que por trás da lógica ohnista de obsessão contra o desperdício está a velha obsessão fordista-taylorista de incrementar a extração de mais-valia pela eliminação dos tempos mortos. É o capital buscando realizar uma produção em seu

contínuo ideal, sem tempo morto nem interrupções. É a busca pela *eficiência* por meio da obtenção de novos ganhos de intensidade e de produtividade do trabalho. Para Ohno, o ideal da absoluta eliminação do desperdício significa redução de custos. Diz ele: ‘Para reduzir custos é absolutamente necessário que as quantidades produzidas seja iguais às quantidades necessárias.’ (OHNO, 1997) Eis um dos pilares fundamentais do Sistema Toyota de Produção: o *just-in-time*.

Todo discurso de Ohno, embora trate da *gestão da produção*, pressupõe como nexos essenciais, uma *gestão do trabalho vivo* que implica aumento da taxa de exploração. Deste modo, o discurso ohnista é um *discurso dúplice*, pois embora trate da gestão da produção, está tratando, na verdade, da gestão do trabalho vivo como elemento ineliminável da produção de mercadorias na ordem produtiva do capital. Por exemplo, em certo momento, ele observa: “Nos negócios nós estamos sempre preocupados em como produzir mais com menos trabalhadores.” (OHNO, 1997) A obsessão de Ohno contra o desperdício da superprodução e a redução de custos é, de fato, a obsessão em utilizar *menos trabalho vivo*. Ele se pergunta: como podemos aumentar a produção com menos trabalhadores? Ohno não quer aumentá-la com a redução do número de dias trabalhados, mas sim com a redução de número de operários.

Ohno fala da gestão da produção, mas seu “olhar fixo” perfura (ou *perscruta*) o trabalho vivo. Por exemplo, a introdução do *just-in-time* significa a reorganização das máquinas no chão-de-fábrica, estabelecendo um novo fluxo de produção, ao eliminar, segundo ele, “o desperdício de estocar peças”; implica a implementação do que ele denomina sistema “um operador, muitos processos” e que, segundo ele, tende a “aumentar a eficiência da produção em duas ou três vezes” (OHNO, 1997). Ora, os impactos no trabalhador coletivo é imediato: com o novo sistema ocorre a intensificação do processo de trabalho, que é um dos traços marcantes do Sistema Toyota de Produção. Para Ohno, ao

adotar o novo sistema do operário polivalente (ou “operador multi-funcional”, como diz o engenheiro japonês), a Toyota se apropriou tão-somente das habilidades produtivas dos operários japoneses. Diz ele que, se nos EUA um torneiro mecânico é sempre um operador de torno e um soldador é um soldador até o fim, no Japão, diz ele, “um operador possui um espectro mais amplo de habilidades” (OHNO, 1997).

Ohno costuma dizer que necessidades e oportunidades estão sempre presentes. Nesse caso, a necessidade da empresa capitalista de aumentar a produtividade quando a quantidade de produção não está aumentando devido às condições de crescimento lento, significa aproveitar a oportunidade de explorar (e espoliar) o trabalho vivo em sua habilidades produtivas (o que Ohno denomina de “habilidades manufatureiras”). A operação ideológica está em tratar o aproveitamento do amplo espectro de habilidades produtivas dos operadores como sendo uma valorização do trabalho. Diz ele: “Desta forma, o indivíduo pode encontrar valor no seu trabalho” (OHNO, 1997). Ora, eis um traço indelével do toyotismo em sua busca desesperada pela racionalização do trabalho pela “captura” das habilidades produtivas dos operadores multi-tarefas.

Embora diga que no Japão a transição do operador unifuncional para multifuncional ocorreu relativamente sem problemas, Ohno observa que houve resistência inicial por parte dos artífices. Aliás, nas entrelinhas, ao descrever o novo método de produção, o que está pressuposto é a necessidade de contornar a resistência (ou conquistar a anuência) do trabalho vivo, variável essencial para o funcionamento das novas técnicas organizacionais: “Em 1947, organizamos as máquinas em linha paralela ou em forma de L e tentamos fazer com que um operador operasse três ou quatro máquinas ao longo da rota de processamento. Encontramos, porém uma forte resistência por parte dos trabalhadores da produção, embora não tenha havido aumento de trabalho ou das horas trabalhadas. Nossos artífices não gostaram do arranjo que exigia que eles passassem a funcionar como operadores de múltiplas

habilidades. Eles não gostaram de mudar de “um operador, uma máquina” para um sistema de “um operador, muitas máquinas em processos diferentes” (OHNO, 1997). Ora, embora não tenha ocorrido, segundo ele, aumento de trabalho ou das horas trabalhadas, ao funcionarem como operadores de múltiplas habilidades, operando muitas máquinas em processo diferentes, os artífices constataram o incremento da intensificação do trabalho.

É interessante que, logo a seguir, o engenheiro japonês alerta: “É indispensável uma Revolução na Consciência”. Mais uma vez, é perceptível um discurso dúplice. É claro que o conteúdo manifesto de seu discurso trata da produção, mas o conteúdo latente *perscruta* o trabalho vivo. Na ótica do capital, Ohno alerta contra os estoques de matéria-prima, produtos semi-acabados e produtos prontos: “Não há desperdício mais terrível em uma empresa do que a superprodução.” E observa que se deve buscar apenas o que é necessário quando for necessário e na quantidade necessária. Para Ohno, isto depende do que ele chama de uma “revolução na consciência, uma mudança de atitude e de opinião por parte dos empresários.” Entretanto, a nova gestão da produção pressupõe, como nexos essenciais, uma nova gestão do trabalho vivo. Embora Ohno não explicita, é claro que o *just-in-time* e o *kanban* pressupõem uma contra-revolução na consciência operária, uma mudança de atitude e de opinião, isto é, o intenso envolvimento com os valores da empresa.

2.3 Kanban e autonomia

Para Ohno, o *kanban* é a ferramenta utilizada para conseguir o *just-in-time*. O sistema toyota de produção baseado no *just-in-time* é o *método de produção* e o sistema *kanban* é a forma como ele é administrado. O *kanban* é o meio usado para transmitir ou receber a ordem de produção. É basicamente um sistema de informações que circula entre cada um dos processos para controlar a quantidade produzida, ou seja, a quantidade

necessária. Em sua concepção original, o *just-in-time* pressupõe um sistema em rede informacional. O Kanban compõe-se de informações que ligam os processos anterior e posterior em todos os níveis. O que se coloca é a importância dos operadores da produção em fazer fluir as informações. Cada elo na corrente *just-in-time* está “conectado e sincronizado”. Por essa razão, Ohno sugere que os níveis gerenciais sejam drasticamente reduzidos. Diz ele: “O método Kanban é o meio pelo qual o Sistema Toyota de produção flui suavemente” (OHNO, 1997).

A primeira regra do *kanban* é que o processo subsequente vai para o precedente para buscar produto. É por isso que se diz que o Sistema Toyota de Produção olha as coisas pelo avesso ou de um ponto de vista oposto. Como salientamos, o discurso dúplice de Ohno trata da gestão da produção, mas seu olhar *perscruta* o trabalho vivo. O toyotismo é um sistema de gestão do trabalhador coletivo. De certo modo, a “captura” da subjetividade do trabalho vivo pela lógica do capital é fazer os operadores olharem seus interesses históricos de classe do proletariado pelo avesso ou de um ponto de vista oposto. O “pensar pelo avesso” é elemento indispensável para que o processo de produção possa fluir tanto quanto possível.

Além do *just-in-time/kanban*, outro pilar de sustentação do sistema toyota de produção é a *autonomação* ou automação com toque humano. Se o *just-in-time/kanban* diz respeito à *produção fluida*, a *autonomação* trata da *produção flexível*. Nesse caso, as máquinas são flexíveis tendo em vista que podem evitar os problemas autonomamente. A *autonomação* implica a utilização de máquinas automatizadas que estão acopladas a um dispositivo de parada automática. O Sistema Toyota de Produção exige não apenas máquinas automáticas, que funcionem sozinhas uma vez que estejam ligadas, mas máquinas automáticas “inteligentes”, capazes de parar diante de condições anormais, impedindo deste modo, produtos defeituosos. Utilizando a experiência da máquina de tecer auto-ativada, inventada por Toyoda Sakichi (1867-1930), fundador da Toyota Motor Company, Ohno cria o

conceito de automação. Diz ele: “O tear parava instantaneamente se qualquer um dos fios da urdidura ou da trama se rompesse. Porque um dispositivo que podia distinguir entre condições normais e anormais foi inserido na máquina, produtos defeituosos não eram produzidos.” (OHNO, 1997)

A idéia de Ohno é dar às máquinas um toque humano ou inteligência humana. Mais uma vez, ele trata do processo de produção, mas seu “olhar fixo” está no trabalho vivo. O princípio de automação ou automação com toque humano implica, segundo ele, que “não será necessário um operador enquanto a máquina estiver funcionando normalmente”. O que significa que a automação com toque humano contribui para o sistema de multitarefas e de operadores polivalentes ou, como observa Coriat, desespecialização e polivalência operária. Enquanto a máquina estiver funcionando normalmente, ela libera o operador para atender diversas máquinas. Obtém-se, deste modo, o objetivo supremo do toyotismo: reduzir o número de operadores e aumentar a eficiência da produção (CORIAT, 1994).

O princípio da automação diz respeito não apenas a dispositivos mecânicos, ou seja, dotar as máquinas automáticas de um certa autonomia programada (o que Ohno irá denominar “toque humano”), como descrito acima. Mas implica também dispositivos organizacionais de *auto-ativação*, o que significa que, mesmo numa linha de produção operada manualmente, diz Ohno, “os próprios trabalhadores deveriam acionar o botão de parada para interromper a produção se surgir qualquer anormalidade”. Nesse caso, a parada automática ou auto-ativada possui para ele um *sentido pedagógico*: “Parar a máquina quando ocorre um problema força todos a tomar conhecimento do fato. Quando o problema é claramente compreendido, a melhoria é possível”. A automação e auto-ativação visa, no Sistema Toyota de Produção, não apenas a evitar rebotalhos e defeitos, mas contribuir para a melhoria contínua dos procedimentos de produção.

Na verdade, Ohno estende o conceito de automação que significa “dar inteligência às Máquinas, como diz o subtítulo de uma das seções do Capítulo 1 de seu livro, para “auto-ativação” (conceito utilizado por Coriat), que é o eufemismo para uma das formas de “captura da subjetividade do trabalho” no local de produção. Automação portanto se aplica a situações de trabalho que não mobilizam necessariamente máquinas automáticas, mas apenas gestão do trabalho vivo. Diz Ohno: “A automação também muda o significado da gestão” (OHNO, 1997). Ao parar a máquina e forçar todos (a equipe) a tomar conhecimento do fato, deve-se buscar compreender o problema e buscar resolvê-lo para evitar que ocorra novamente. É a idéia da *melhoria contínua (kaizen)* que exige dos operadores um *savoir-faire* que só eles têm. É sintomático que a próxima seção se intitule “O Poder da Habilidade Individual e do Trabalho em Equipe”. Nesta seção, Ohno usa e abusa da analogia dos dois pilares do Sistema Toyota de produção, o *just-in-time* e a automação, com o time de beisebol. Diz ele: “A automação corresponde à habilidade e ao talento dos jogadores individuais, ao passo que o *just-in-time* é o trabalho da equipe envolvida em atingir um objetivo preestabelecido” (OHNO, 1997).

Em seu livro “Pensar pelo Averso”, Benjamin Coriat observa que o movimento de desespecialização dos operários profissionais e qualificados, que os transforma em trabalhadores multifuncionais, é, de fato, um movimento de racionalização do trabalho. Diz ele: “Trata-se aqui, também – como na via taylorista norte-americana – de atacar o saber complexo do exercício dos operários qualificados, a fim de atingir o objetivo de diminuir os seus poderes sobre a produção, e de aumentar a intensidade do trabalho. E os operários qualificados viveram efetivamente este movimento de desespecialização como sendo um ataque ao seu exercício profissional e ao poder de negociação que este mesmo exercício autorizava.” (CORIAT, 1994). Se no taylorismo a intensificação do trabalho ocorria por meio da parcelização e imposição de microtempos; no Sistema Toyota de produção, a

racionalização do trabalho procede por meio da desespecialização e do tempo partilhado.

É claro que, como discutimos ao tratarmos da introdução do sistema *just-in-time* e reorganização das máquinas, que implicava o sistema dos operadores polivalentes, a desespecialização implicava intensificação do trabalho, que é um traço comum do processo de racionalização do trabalho que marcou o século XX (do fordismo-taylorismo ao toyotismo). Entretanto, o que Coriat não apreende é que a desespecialização imposta pelo toyotismo opera a racionalização do trabalho de uma forma qualitativamente nova, se comparada ao taylorismo-fordismo. Ela opera pela “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital, uma implicação subjetiva intensa e persistente que é requerida no local de produção. Como um jogo, a produção do capital, ao desespecializar, exige o poder da habilidade (e talento individual), um “savoir-faire” não formalizado, além do poder (e da sinergia) do trabalho em equipe. Diz Ohno: “Um time de campeonato combina bom trabalho de equipe com habilidade individual. Da mesma forma, uma linha de produção onde o just-in-time e a automação com um toque humano funcionam juntos será mais forte do que outras linhas. Sua força está na sinergia destes dois fatores.” (OHNO, 1997)

Ao desespecializar os operadores e constituir as equipes de trabalho, o toyotismo racionaliza o trabalho por meio de uma nova forma de subsunção real do trabalho ao capital: não mais a subordinação formal-material (em sentido próprio), mas *subordinação formal-intelectual (ou espiritual) do trabalho ao capital* (FAUSTO, 1989). Enquanto no fordismo-taylorismo, o trabalho vivo era *apêndice*, além de ser *suporte* do sistema de máquinas; no toyotismo, ele é, de certo modo, *servidor* do novo mecanismo da produção, que é “autônomo espiritual” (expressão utilizada por Fausto que é correlata à da Máquina Inteligente” de Ohno) – *servidor* não apenas no sentido pleno de *vigia* da máquina, mas de dador de “inteligência” viva, na medida em que a automação exige autonomia. O que significa não apenas máquinas inteligentes, mas sim operadores “inteligentes”, trabalhando

em equipe, com habilidade e talento para dar palpites que aprimorem a inteligência do “autônomo espiritual” (a utilização de aspas em “inteligência” significa que a inteligência requerida pelo toyotismo é inteligência meramente instrumental).

A nova racionalização do trabalho proposta por Ohno torna imprescindível a “captura” da subjetividade do trabalho pela sinergia dada não apenas pelo poder da habilidade individual do operador, mas pelo poder do trabalho em equipe. Por isso, Ohno recomenda que no Sistema Toyota de Produção deve-se evitar ilhas isoladas. A fábrica enxuta não significa a fábrica de poucos operários esparsamente posicionados ali e acolá entre as máquinas. Para ele, se um operário está sozinho, não pode haver equipe de trabalho: “Mesmo se há trabalho suficiente apenas para uma pessoa, cinco ou seis operários devem ser agrupados para trabalhar como uma equipe.” E arremata: “Criando-se um ambiente sensível às necessidades humanas, torna-se possível implementar realisticamente um sistema que emprega menos trabalhadores.” (OHNO, 1997)

Esta é a perspicácia de Ohno em sugerir que os novos de ganhos produtividade nas condições de crise estrutural do capital devem ocorrer por meio da apropriação/expropriação pelo capital das sinergias dadas pelo engajamento do operador individual pela cooperação do trabalho vivo em equipe . Nesse sentido, o toyotismo, como a cooperação, é uma inovação meramente organizacional que busca racionalizar a produção atacando outro ângulo: a intensa espoliação da subjetividade do trabalho vivo.

2. 4 Gênese sócio-histórica e valor universal do toyotismo

Apesar de ter a sua gênese histórica no Japão, nos anos de 1950, é a partir da mundialização do capital, no decorrer da década de 1980 e de 1990, que o toyotismo adquiriu dimensão universal. A partir daí, ele perde sua singularidade restrita e seu valor ontológico para a produção capitalista e projeta-se como uma categoria universal, que articula em si um complexo de particularidades regionais, nacionais (e locais), seja de setores ou de empresas. A partir da crise estrutural do capital e de sua mundialização, o que veio a ser denominado de “toyotismo” tornou-se o “momento predominante” do que David Harvey denomina de “regime de acumulação flexível”. O espírito do toyotismo torna-se, naquelas determinadas condições histórico-concretas, um valor universal para o capital em processo².

O novo regime de acumulação do capital, a acumulação flexível, que tendeu a disseminar-se pelo mundo capitalista nas últimas décadas, satisfaz as novas exigências do capitalismo mundial, as novas condições da concorrência e de valorização do capital, tornando-se adequado ao novo patamar da luta de classes na produção. De início, o toyotismo passou a ser identificado com o “modelo japonês”. Durante os anos 1970 e 1980, várias *técnicas de gestão* foram importadas do Japão, em diversas ondas, com diferentes ênfases, para diversos países e setores, vinculando-se ao sucesso da indústria manufatureira japonesa na concorrência internacional. A primeira onda foi a dos CCQ’s e, quase que em paralelo, a do *Kanban / JIT*. Posteriormente, diversos outros elementos foram adicionados, como TQC (*Total Quality Control*), *Kaizen*, técnica dos 5S’s, TPM (*Total Productive Maintenance*) e outras (ZILBOVICIUS, 1997). No decorrer da mundialização do capital, porém, o sistema Toyota com sua filosofia produtivista tendeu a assumir um valor universal para o capital em processo. O toyotismo passou a incorporar uma “nova significação” para além das particularidades de sua gênese sócio-histórica (e cultural), vinculada com o capitalismo japonês

² Utilizamos a expressão “momento predominante”, utilizada por Lukács, após Hegel, para caracterizar um dos elementos de um processo que constitui, dinamicamente, em determinação predominante do sentido e da direção

Surge então a pergunta: por que o toyotismo pode ser considerado um valor universal para a produção de mercadorias sob as condições da mundialização do capital? Em primeiro lugar, as suas condições histórico-ontológicas originárias determinaram suas próprias possibilidades de universalização. É preciso salientar, mais uma vez, que o toyotismo é instaurado, originariamente, pela lógica dos “mercados restritos”, surgindo sob a égide do capitalismo japonês dos anos de 1950, caracterizado por um mercado interno débil. Por isso, tornou-se adequado, em sua forma de ser, às condições do capitalismo mundial dos anos de 1980, caracterizado por uma crise de superprodução, que coloca novas normas de concorrência. Foi o desenvolvimento (da crise) capitalista que constituiu, portanto, os novos padrões de gestão da produção de mercadoria, tal como o toyotismo, e não o contrário. Por isso, Taiichi Ohno salientava: “Acredito firmemente que, como método de produção, o Sistema Toyota é mais adequado para os períodos de baixo crescimento” (OHNO, 1997)

Em segundo lugar, a constituição do toyotismo tornou-se adequada à nova base técnica da produção capitalista, vinculada à Quarta Revolução Tecnológica, a revolução das redes informacionais, que exige uma *nova subjetividade do trabalho*, pelo menos dos trabalhadores assalariados centrais à produção de mercadorias. As novas tecnologias de base microeletrônica, em virtude de sua complexidade e altos custos, exigem uma nova disposição subjetiva dos trabalhadores assalariados em cooperar com a produção.

Portanto, o novo método de gestão da produção, impulsionado, em sua gênese sócio-histórica, pelo sistema Toyota, conseguiu assumir um *valor universal* para o capital em processo, tendo em vista as próprias exigências do capitalismo mundial, das novas condições de concorrência e de valorização crítica do capital surgidas a partir da crise capitalista dos anos de 1970. Isso significa dizer que, a rigor, o toyotismo *não* pode mais ser reduzido às meras condições históricas de sua gênese. Ele tornou-se adequado, sob a mundialização do capital, não apenas à *nova base técnica do capitalismo*, com a presença de

novas tecnologias microeletrônicas na produção (o que exige um novo tipo de envolvimento operário, e, portanto, uma nova subordinação formal-intelectual do trabalho ao capital), mas à *nova estrutura da concorrência capitalista* no cenário de crise de superprodução, em que está colocada a perspectiva de “mercados restritos” (apesar da mundialização do capital, principalmente na indústria automobilística)³.

Entretanto, na medida em que se torna um valor universal para a produção de mercadorias, o toyotismo tende a “adaptar-se” a cada condição nacional, regional e setorial de organização (e gestão) da grande indústria e serviços capitalistas. O toyotismo *não* se constitui como “modelo puro” de organização da produção capitalista. Pelo contrário, em seu desenvolvimento complexo, tende a articular-se (e mesclar-se) com formas pretéritas de racionalização do trabalho (como o fordismo-taylorismo), momentos não-predominantes do novo regime de acumulação flexível.

Por outro lado, o valor ontológico do toyotismo para o capital *não* se vincula apenas à sua morfologia intrínseca adequada a mercados restritos, mas a ser ele (o toyotismo) o resultado de um processo de luta de classes. O toyotismo é a expressão plena de uma ofensiva ideológica (e material) do capital na produção. Ele é um dispositivo organizacional e ideológico cuja *intentio recta* é buscar debilitar (e anular) ou “negar” o caráter antagônico do trabalho vivo no seio da produção do capital. Por isso, a construção do toyotismo é decorrente (ou é resultado sócio-histórico) de um processo de intensa luta de classes, em que ocorreram importantes derrotas operárias, que tornaram possível a introdução de uma nova organização social da produção. Este é o exemplo do país capitalista de origem do toyotismo, o Japão. Por exemplo, a instauração do sindicalismo “por empresa”, surgido

³ Para o materialismo histórico, não existe identidade mecânica entre gênese e validade. O exemplo clássico é a observação de Marx segundo a qual a arte de Homero não perde sua validade universal - e inclusive sua função de modelo - com o desaparecimento da sociedade grega primitiva que constitui o pressuposto necessário de sua gênese histórica (MARX, 1983). Se, como acreditamos, a observação de Marx tem valor metodológico geral (independente das concretizações a serem feitas em cada esfera específica do ser social), podemos extrair dela uma conclusão acerca do toyotismo, cujo modelo de gestão da produção capitalista, na etapa da mundialização do capital, não pode ser reduzida meramente às condições sócio-históricas originárias do Japão.

nos anos de 1950 no Japão, tornou-se uma das pré-condições do próprio desenvolvimento do toyotismo. Deste modo, a invenção e introdução do sistema *kan-ban* no Japão só ocorrem após uma profunda mutação do caráter do sindicalismo japonês, que passou de um sindicalismo de indústria, marcado por uma tradição e vontade de confronto de classe, para um sindicalismo de empresa, neocorporativo, mais disposto a cooperar com os interesses do capital (CORIAT,1994).

É possível considerar como uma das condições institucionais do comprometimento operário a instauração de um *sindicalismo de envolvimento*, pró-ativo, que procure colaborar com o capital na busca de soluções para os problemas da produção de mercadorias. O sucesso do sistema Toyota vincula-se, numa perspectiva histórica, às grandes derrotas da classe operária, à própria decapitação (e neutralização) do seu “intelectual orgânico” no plano produtivo: o sindicato industrial, de classe, transformado num sindicato de empresa, corporativo e interlocutor exclusivo do capital. Este processo de *neutralização político-ideológica da classe operária* no espaço da produção é tão importante para o sucesso do toyotismo que, no país capitalista de origem, o Japão, uma das passagens essenciais que asseguram a promoção dos dirigentes e a formação das elites da empresa Toyota é a atividade sindical.

O que queremos salientar, portanto, é que, ao surgir como o “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva sob a mundialização do capital, o toyotismo passou a incorporar uma “nova significação”, *para além* das particularidades de sua gênese sócio-histórica (e cultural), vinculada com o capitalismo japonês. Ao utilizarmos o conceito de toyotismo, queremos dar-lhe uma significação particular, delimitando alguns de seus aspectos essenciais e contingentes. São tais aspectos do toyotismo, isto é, seus protocolos organizacionais (e institucionais), voltados para realizar uma nova “captura” da subjetividade operária pela lógica do capital, que possuem um valor heurístico, capaz de esclarecer seu

verdadeiro significado nas novas condições do capitalismo global.

2. 5 Fordismo/taylorismo e toyotismo

O toyotismo pode ser tomado como a mais radical (e interessante) experiência de organização social da produção de mercadorias sob a era da mundialização do capital. Ela é adequada, por um lado, às necessidades da acumulação do capital na época da *crise de superprodução* e, por outro lado, é adequada à *nova base técnica* da produção capitalista, sendo capaz de desenvolver suas plenas potencialidades de flexibilidade e de manipulação da subjetividade operária. Os *princípios organizacionais* do toyotismo tenderam, no decorrer dos anos de 1980 e 1990, a serem adotados por várias corporações transnacionais nos EUA, Europa e Ásia (ou ainda América Latina), principalmente no setor industrial (ou até nos serviços) como *lean production*. No Brasil, o “toyotismo restrito” da década de 1980 deu lugar ao “toyotismo sistêmico” das décadas de 1990 e 2000 (ALVES, 2000). É claro que, nesse caso, seus *princípios organizacionais* tenderam a se adaptar às particularidades concretas da produção de mercadorias, surgindo como o “momento predominante” do novo complexo de reestruturação produtiva. Ao assumir um valor universal, o toyotismo passou a mesclar-se, em maior ou menor proporção, a suas objetivações nacionais (e setoriais), com outras vias de racionalização do trabalho, capazes de dar maior eficácia à lógica da flexibilidade. É por isso que a instauração do toyotismo articula, em seu processo, uma continuidade/descontinuidade com o taylorismo/fordismo, a via predominante de racionalização pretérita do trabalho.

Ora, o *aspecto original do toyotismo* é articular a continuidade da racionalização do trabalho, intrínseca ao taylorismo e fordismo, com as novas necessidades da acumulação capitalista numa etapa de crise de superprodução. O toyotismo promove uma

“ruptura” no interior de uma continuidade plena. Por isso, como observou Coriat, “embora consciente das diferenças e de suas contribuições específicas, Taichi Ohno [o “criador” do toyotismo – G.A] preferiu insistir antes sobre as continuidades que sobre as rupturas” [com relação a Taylor e Ford] (CORIAT, 1994). Além disso, o próprio autor do rótulo pelo qual ficou conhecido o toyotismo: *lean production*, ou Produção Enxuta - posteriormente consagrado mundialmente através do estudo do MIT (WOMACK *et al.*, 1990), Krafcik, observou que “muitos dos princípios de Ford em suas formas mais puras são ainda válidos e formam a própria base do que conhecemos agora como *Toyota Production System...Fordismo original com um sabor japonês.*” (KRAFCIK *Apud* ZILBOVICIUS, 1997).

Tanto o fordismo/taylorismo, como o toyotismo, buscam fazer a utilização “científica da matéria viva, o trabalho vivo”; todos eles, em maior ou menor proporção, estariam preocupados com *o controle do elemento subjetivo* no processo de produção capitalista. Apesar de o toyotismo pertencer à mesma lógica de racionalização do trabalho, o que implica considerá-lo uma *continuidade* com respeito ao taylorismo/fordismo, ele tenderia, nesse caso, a surgir como um controle de novo tipo do elemento subjetivo da produção capitalista que estaria posto no interior de uma *nova subsunção real do trabalho ao capital*. No tocante ao controle do elemento subjetivo, o toyotismo seria um taylorismo às avessas. Ele buscaria restaurar o que o Taylor rompeu, como observou Gramsci, isto é, “o velho nexo psicofísico do trabalho profissional qualificado, que exigia uma determinada participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador” (GRAMSCI, 1985). O taylorismo buscou desenvolver no trabalhador, ao máximo, as atitudes maquinais e automáticas. Gramsci observou que no taylorismo a qualificação é medida “a partir de seu desinteresse intelectual, da sua mecanização”. Entretanto, em 1934, Gramsci indicaria uma das contradições viscerais do taylorismo que iria contribuir para a crise do processo de trabalho capitalista nas década de 1960/1970, isto é, com Taylor, só o gesto físico mecanizou-

se inteiramente, deixando livre o cérebro para outras ocupações. Eis o “calcanhar de Aquiles” do fordismo-taylorismo: no taylorismo-fordismo, o homem produtivo tem muito mais possibilidade de pensar, inclusive pensamento pouco conformista. Gramsci observa que os industriais norte-americanos compreenderam muito bem “esta dialética inerente aos novos métodos industriais”. Diz ele: “Compreenderam que ‘gorila domesticado’ é apenas uma frase, que o operário continua ‘infelizmente’ homem e, inclusive, que ele, durante o trabalho pensa demais ou, pelo menos, tem muito mais possibilidade de pensar, principalmente depois de ter superado a crise de adaptação. Ele não só pensa, mas o fato é que o trabalho não lhe dá satisfações imediatas, quando compreende que se pretende transformá-lo num gorila domesticado, pode levá-lo a um curso de pensamento pouco conformista.” (GRAMSCI, 1985).

Na medida em que os novos dispositivos organizacionais do toyotismo – just-in-time e kanban e a introdução da *nova maquinaria*, vinculada à Terceira Revolução Industrial, exigem, ao contrário do taylorismo, um homem produtivo capaz de intervir na produção com o pensamento, instaura-se um processo de “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital. O toyotismo coloca, deste modo, a necessidade da constituição de um intenso nexos psicofísico, a unidade orgânica entre ação e pensamento no local de trabalho, como uma das pré-condições do próprio desenvolvimento da nova materialidade do capital. Diz Fausto: “É como se a forma material exigisse uma posição adequada na forma” (FAUSTO, 1989)

2. 6 Toyotismo e “racionalidade cínica”

As novas tecnologias microeletrônicas na produção, capazes de promover um novo salto na produtividade do trabalho, exigiriam, portanto, como pressuposto formal, o novo envolvimento do trabalho vivo na produção capitalista. Nesse caso, o toyotismo seria uma *descontinuidade* com relação ao taylorismo/fordismo. Enquanto que no taylorismo-fordismo, como observou Gramsci, “só o gesto físico mecanizou-se inteiramente”, no toyotismo, a “mecanização” atinge corpo e mente do homem produtivo. Na verdade, a “captura” da subjetividade é a *subjetividade às avessas*. O avesso não significa a subjetividade ao contrário. Na verdade, é outra subjetividade. O que parece ser a recomposição do velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado é o seu “simulacro”. O que significa que a solicitação da inteligência, da fantasia e da iniciativa do trabalhador se dá no interior de uma nova rotinização do trabalho. O próprio *kan-ban*, como não poderia deixar de ser no sistema do capital, é, como observa Lojkine, uma “coleta e difusão de uma informação bruta, muito pobre; em nenhum caso existe um tratamento refinado desta informação, implicando faculdades reflexivas e abstração – isto é, uma informação de segundo grau” (LOJKINE, 1995).

Na verdade, por trás da intensificação do ritmo do trabalho que existe no toyotismo, em virtude da “maximização da taxa de ocupação das ferramentas e dos homens” (Coriat), persiste ainda uma *nova repetitividade do trabalho*. É claro que existe uma ampliação do ciclo do trabalho em virtude da “desespecialização”. Só que, ampliar o ciclo do trabalho não significa desenvolver o processo de “requalificação” do trabalho. A “desespecialização” (ou polivalência do trabalho) não quer dizer que eles tenham se convertido em trabalhadores qualificados, mas representam, como salientou Aglietta, “o extremo da desqualificação, ou seja, seus trabalhos foram despojados de qualquer conteúdo concreto” (AGLIETTA, 1978). Na França, segundo Lojkine, os operários a chamam de “polivalência vazia” – agregação de tarefas elas mesmo parcelares (supervisionar uma

máquina-ferramenta) que nunca conduz a uma polifuncionalidade. Observa ele: “nota-se que se trata mais de procedimentos de ampliação do que de um verdadeiro enriquecimento que afete a divisão vertical de trabalho e das funções nitidamente situadas antes da fabricação, como a gestão de produção assegurada pelo controle e não pelos operadores na cadeia de kanban”. (LOJKINE, 1995)

Deste modo, a uniformização que o toyotismo realiza é apenas a expressão organizacional da coletivização do trabalho, sob a forma de trabalho abstrato que permite a ampliação das tarefas. O trabalho ampliado dos operários “pluri-especialistas” resulta tão vazio, e tão reduzido à pura duração, como o trabalho fragmentado. Portanto, tal como o taylorismo e o fordismo, o objetivo supremo do toyotismo (ou da Produção Enxuta) continua sendo incrementar a acumulação do capital, pelo aumento da produtividade do trabalho, o que o vincula à lógica produtivista da grande indústria, que dominou o século XX. Ele pertence, tal como o taylorismo e fordismo, ao processo geral de racionalização do trabalho (e, portanto, de sua intensificação) instaurado pela grande indústria.

Como o próprio Ohno (e Krafcik) reconheceram, é mais importante insistir sobre as continuidades que sobre as rupturas do toyotismo com respeito ao taylorismo/fordismo. Aliás, Ohno sempre buscou inspirar-se no espírito do fordismo original. Num dos últimos capítulos de seu livro, intitulado “A verdadeira Intenção do Sistema Ford”, observou: “Sempre procuro ver as coisas ao inverso. Lendo o que Ford escreveu, fui encorajado pela maneira como ele repetidamente surgia com brilhantes conceitos inversos.” (OHNO, 1997). De certo modo, o toyotismo conseguiu “superar”, no sentido dialético (superar/conservando), alguns aspectos predominantes da gestão da produção capitalista sob a grande indústria no século XX, inspirados no taylorismo e fordismo, que instauraram a parcelização e repetitividade do trabalho.

Nesse sentido, o toyotismo articula um novo tipo de operação de “captura”

da subjetividade do trabalho ou uma subjetividade às avessas capaz de gerir seus novos dispositivos tecnológico-organizacionais. O espírito do toyotismo irá impulsionar na linguagem do “managing”, os apelos à administração participativa e ao “gerenciamento pós-moderno” Como observa Haefliger, “agora, são os valores dos colaboradores, suas crenças, sua interioridade, sua personalidade que são cobiçadas.” (HAEFLIGER, 2004). A Escola de Relações Humanas no período do fordismo-taylorismo foi precursora da nova subsunção formal-intelectual do trabalho ao capital, embora as condições histórico-materiais não tornassem propícias sua difusão nos locais de trabalho, o que só veio ocorrer com a crise do fordismo-taylorismo na década de 1970 e a ofensiva ideológica do capital em várias instâncias sociais. Sob o toyotismo, o homem produtivo é instigado a pensar demais, mas de acordo com a racionalidade instrumental do capital. O cérebro dos operários e dos empregados não está mais livre, como no taylorismo-fordismo. Deve-se combater nos locais de trabalho e nas instâncias da reprodução social, o pensamento crítico ou aquilo que Gramsci tratou como “um curso de pensamentos pouco conformistas”. Incentivam-se habilidades cognitivo-comportamentais pro-ativas e propositivas no sentido adaptativo aos constrangimentos sistêmicos. No plano lingüístico-locucional, deve-se trocar a sintaxe da luta de classe para a sintaxe da concertação social. Por isso, ao lado dos CCQ’s (Círculos de Controle de Qualidade), a necessidade do sindicalismo de participação.

Sob o toyotismo, o trabalho continua não dando satisfações imediatas ao operário ou empregado, embora o discurso dos novos métodos industriais não seja mais aquele, como no taylorismo-fordismo, que buscava transformar o homem produtivo em “gorila amestrado”, como salientou Gramsci. Pelo contrário, o discurso do “gerenciamento pós-moderno” impregnado do espírito do toyotismo, busca tratar os operários ou empregados como “colaboradores” que executam um trabalho em equipe. O local de trabalho tornou-se um local de aprendizagem contínua que requer da equipe ou time (*team*), inteligência

instrumental e atitude pró-ativa na resolução de problemas. O supervisor é o treinador do time. É assim que Ohno descreve o ambiente da fábrica toyotista: “ O treinador deve realmente pegar as mãos dos operários e ensiná-los. Isso gera confiança no supervisor. Ao mesmo tempo, os operários devem ser ensinados a ajudar uns aos outros. Porque são pessoas que estão fazendo o trabalho e não máquinas, haverá diferenças individuais nos tempos de operação causadas por condições físicas [...] Levar adiante os métodos padronizados no tempo de ciclo ajuda o crescimento da harmonia entre os operários.” (OHNO, 1997). Deste modo, há pouco espaço nos locais de trabalho para “um curso de pensamentos pouco conformistas”.

O toyotismo é, então, expressão de uma “racionalidade cínica” que caracteriza as sociedades capitalistas na etapa de crise estrutural do capital. Uma “racionalidade cínica” que, como observou Safatle, visa a “estabilizar uma situação que, em outras circunstâncias, seria uma típica e insustentável situação de crise” (SATAFLE, 2004). Na medida em que Ohno, por um lado, trata da “harmonia entre operários”, por outro lado, proclama, mais adiante, que “a produção pode ser feita com a metade dos operários”. Fica claro que o discurso de Ohno é um discurso paradoxal: diz ter obsessão contra o desperdício, mas é agente do capitalismo da superprodução. Proclama a autonomação como “dar inteligência às máquinas”, mas, logo adiante, observa que “são pessoas que estão fazendo o trabalho e não máquinas”. Na verdade, a racionalidade cínica do toyotismo é o cinismo de práticas de poder capazes de “revelar o segredo de seu funcionamento e continuar a funcionar como tal” (ZIZEK, 2003). Ohno não oculta, em seu discurso, o segredo do modo capitalista de produção e a lei essencial da acumulação de capital, aquilo que Mészáros iria caracterizar como “o selvagem mecanismo de expulsão em quantidades massivas de trabalho vivo do processo de produção” (MÉSZÁROS, 2002)

2. 7 Toyotismo e luta de classes

As contrapartidas do capital sob o toyotismo são de natureza histórica. Existe um vínculo ineliminável entre o toyotismo, luta de classes e etapa sócio-histórica do capitalismo mundial. Deste modo, a série de contrapartidas do toyotismo destinadas à “captura” da subjetividade do trabalho, capazes de permitir o pleno desenvolvimento dos nexos contingentes do toyotismo, pode assumir diversas particularidades sócio-históricas (e culturais). Essas contrapartidas se alteram, acompanhando o desenvolvimento do capitalismo mundial (e da própria luta de classes). É o que podemos constatar hoje, por exemplo, com a debilitação relativa de algumas condições sócio-institucionais que garantiram, no passado, sob o período de crescimento do capitalismo japonês e de ascensão histórica do capital, a moldura do toyotismo original. Diante crise do capitalismo no Japão nos anos de 1990, os “mercados internos” das empresas, o emprego vitalício e o salário por antiguidade, por exemplo, estão sendo revistos pelas corporações transnacionais sediadas no Japão.

A generalização universal do toyotismo, sob a forma da *lean production*, implica adequá-lo, em suas contrapartidas para o trabalho assalariado, às novas realidades sócio-históricas da concorrência capitalista mundial. Diante da debilitação estrutural do mundo do trabalho, a partir da década de 1980, em decorrência da lógica da modernização capitalista, as contrapartidas sociais clássicas do toyotismo tenderam a ser precarizadas, revistas (ou abolidas) pelo capital, com suas condições institucionais originárias (tal como se constituíram no seu país capitalista de origem, o Japão) sendo negadas em virtude de seu próprio desenvolvimento mundial.

O que tende a predominar, por exemplo, é meramente o estímulo individual por meio da concessão de bônus salariais (o que se tornaram no Brasil as PLR's – Participações em Lucros ou Resultados), debilitando, deste modo, alguns protocolos institucionais clássicos, como o emprego vitalício. Por exemplo, a Fujitsu e a Nissan tendem a

abolir o emprego vitalício, instaurando o contrato de trabalho renovado anualmente e um sistema de concessão dos *bonasu* (gratificações) aos seus empregados, com base no que chama de satisfação do consumidor.

Esta operação de precarização das contrapartidas toyotistas para o trabalho assalariado decorre, portanto, da falência das condições político-institucionais originárias do toyotismo clássico e do novo padrão de concorrência do mercado mundial. É importante salientar a crescente concorrência na oferta de força de trabalho, a partir da entrada da China e do Leste Europeu no mercado mundial, sob a crise estrutural do capital, com as corporações transnacionais capitalistas buscando um novo patamar de acumulação por meio do recurso clássico do aumento da taxa de exploração.

Além disso, expressa um elemento intrínseco do processo de fetichismo social do capitalismo neoliberal, isto é, a troca de *contrapartidas qualitativas* como o emprego vitalício ou direitos sociais, por *contrapartidas quantitativas* como gratificações ou bônus salariais, que reforçam, no plano da consciência social, o fetichismo do dinheiro. Como disse Marx: “O enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante.” (MARX, 1996).

No próximo capítulo, iremos tratar das inovações tecnológicas que permeiam o novo complexo de reestruturação produtiva, produto da Terceira Revolução Industrial e da Quarta Revolução Tecnológica, elementos materiais capazes de propiciar uma nova sinergia ao espírito do toyotismo como ideologia orgânica da organização do trabalho capitalista sob o novo complexo de reestruturação produtiva.

Capítulo 3

A Quarta Idade da Máquina

O sistema mundial do capital em sua etapa mais desenvolvida possui, como pressuposto material, uma base técnica complexa de matriz informacional, caracterizada por redes informáticas e telemáticas de comunicação. As TIC's (Tecnologias de Informação e Comunicação) aplicadas à produção industrial e às atividades de gestão, finanças e serviços são capazes de integrar hoje, *locis* globais de produção e reprodução da sociedade de mercadorias. Foram as empresas de capital concentrado, os grupos industriais, tanto do setor manufatureiro, quanto os das grandes atividades de serviço, as pioneiras na adoção das novas tecnologias de informação e comunicação. Pela primeira vez na história da civilização humana, constituiu-se uma “sociedade global” cuja forma material é dada pelo complexo social das redes virtuais, interativas e controlativas, que contêm e fazem circular “pacotes” de informações (IANNI, 1992).

As novas tecnologias de informação e comunicação adotadas pelas empresas de capital concentrado contribuíram, no contexto histórico da hegemonia neoliberal, para a implementação de novas estratégias empresariais de internacionalização da produção, impulsionando a mundialização do capital e contribuindo para o desenvolvimento do capitalismo flexível. Como observou François Chesnais, “o grande aumento de produção no

setor de manufaturas e nas atividades de serviços concentradas (“industrializadas”) bem como a espetacular recuperação de rentabilidade do capital investido nesses setores, devem-se à ação combinada de fatores tecnológicos e organizacionais.” (CHESNAIS, 1996)

Além disso, as novas tecnologias deram mais poder ao capital não apenas na alocação dos “fatores de produção”, mas na luta contra o trabalho organizado. É importante salientar que, nesse sentido, as inovações tecnológicas aparecem como armas da ofensiva do capital na produção, alterando profundamente os termos da luta de classes e as relações dos grandes grupos capitalistas com a classe trabalhadora organizada, particularmente no setor industrial.

A Terceira Revolução Industrial assume seu ápice com a nova maquinaria automática de base microeletrônica, explicitando “potencialidades tecnológicas contraditórias” (Lojkine) no seio da grande indústria capitalista. Por isso, a Terceira Revolução Industrial é a revolução industrial do “princípio mecânico” “afetado de negação”. Lojkine distingue o “princípio mecânico da continuidade” (a regularidade invariável) que marcou a fábrica automática (Marx), do “princípio da automação” (o da regulação variável) que implica a flexibilidade ou “a capacidade de a máquina não apenas corrigir-se a si mesma, mas, simultaneamente, de adaptar-se a demandas variáveis, mudando a sua programação.” (LOJKINE, 1995)

Na grande indústria da Terceira Revolução Industrial, ocorre a introdução de automação industrial de base microeletrônica, tais como máquinas-ferramentas a comando numérico (MFCN), sistemas CAD/CAM (“computer aided design/computer aided manufacturing”), robôs, flexibilização das linhas de montagem com base no uso de controladores lógicos programáveis (CLP), sistemas de máquinas transfer flexíveis, sistemas automatizados de testes finais, sistemas de soldagem múltipla flexível, prensas automáticas, etc. O “paradigma microeletrônico” promoveu mudanças radicais que afetaram toda a

economia, envolvendo mudanças técnicas e organizacionais, mudando produtos e processos e criando novas indústrias (SCHAFF, 1990). Mas foram as novas máquinas de comunicação em rede, no bojo do “paradigma microeletrônico”, que iriam intensificar globalmente o papel da informação dentro das organizações. Elas constituíram um novo espaço virtual de informação e comunicação (o ciberespaço) inaugurando o que denominamos Quarta Revolução Tecnológica.

Deste modo, a Terceira Revolução Industrial, que marca o desenvolvimento da grande indústria em sua fase tardia, seria marcada pela Terceira Revolução Tecnológica ou “revolução informática” e a Quarta Revolução Tecnológica ou “revolução das redes informacionais”, com a última sendo o desdobramento radical da primeira.

As inovações tecnológicas decorrentes da Quarta Revolução Tecnológica incorporaram o “paradigma microeletrônico” ou informacional na arquitetura de redes telemáticas ou de comunicação, dando um salto qualitativo nas máquinas informacionais que se tornaram “nodos” de um sistema de máquinas combinadas. A rede intensificou, no circuito da produção de capital, as atividades típicas de informação: educação, pesquisa e desenvolvimento, serviços de consultoria e informações, comunicações, burocracia pública e privada, serviços financeiros, etc..

3.1 Quarta Idade da Máquina

As “máquinas” informacionais propiciam um salto qualitativo no processo sócio-técnico que chamaremos de a Quarta Idade da Máquina: elas se tornam não apenas “máquinas” de produção, mas “máquinas” de reprodução social, apresentando à nossa capacidade de representação estética exigências cada vez maiores. Por isso elas se incorporam (e constituem) redes de virtualização nas instâncias de consumo e de manipulação social. As

“máquinas” informacionais estão no processo de produção, constituindo o arcabouço técnico-organizacional dos grupos industriais como “empresa em rede”, mas também nos novos produtos-mercadorias como “tecnologia embarcada” que permeiam nosso cotidiano. Elas embasam o “todo orgânico” da produção do capital.

A Quarta Revolução Tecnológica instaura uma “ruptura” fundamental (ou “salto quântico”) na evolução do maquinário no capitalismo (a expressão “salto quântico” é utilizada por Frederic Jameson, inspirado por Ernest Mandel, ao tratar dos estágios de revolução tecnológica no interior do próprio capital) (JAMESON, 1988). Mandel observa que a relação com a máquina e sua representação altera-se dialeticamente em cada um desses estágios qualitativamente diferentes de desenvolvimento tecnológico (MANDEL, 1982). A partir de Mandel, atualizamos a periodização, considerando como última grande revolução geral da tecnologia, engendrada pelo modo de produção capitalista, a revolução das redes informacionais ou das TIC’s (Tecnologias de Informação e Comunicação), que instauram a Quarta Idade da Máquina. É com ela que se constitui o ciberespaço, rede interativa ou controlativa de produção e reprodução social. A periodização das revoluções tecnológicas engendradas pelo capital desde a revolução industrial “original” de fins do século XVIII e primórdios do século XIX ficaria deste modo:

- *Primeira Idade da Máquina*: a produção de motores a vapor a partir de 1848
- *Segunda Idade da Máquina*: a produção de motores elétricos e de combustão a partir dos anos 90 do século XIX.
- *Terceira Idade da Máquina*: a produção de motores eletrônicos e nucleares a partir dos anos 40 do século XX
- *Quarta Idade da Máquina*: a produção de máquinas microeletrônicas informacionais e sua integração em rede interativa ou controlativa (ciberespaço) a partir dos anos 80 do século XX.

A cada salto tecnológico, com sua respectiva produção de máquinas, corresponde uma forma mercadoria predominante, a partir da qual se constitui a estrutura sócio-reprodutiva. É possível dizer que a forma-mercadoria da Quarta Idade da Máquina é a mercadoria-informação que constitui, na etapa da produção, elementos da gestão, logística, design e planejamento e na parte das vendas. O insumo-informação é um dos principais da nova produção de mercadorias. É pela informação que se otimizam processos e produtos (como iremos verificar adiante, as inovações tecnológicas e inovações organizacionais compõem um “todo orgânico” complexo de aparatos técnico-organizacionais voltados para a manipulação de informações “capturadas” do saber-fazer do trabalho vivo).

Enquanto a Primeira, Segunda e Terceira Idade da Máquina pertenceriam à época das revoluções industriais, a Quarta Idade da Máquina pertence à época da Revolução Informacional que promove uma “ruptura” no desenvolvimento da Máquina (embora a Quarta Idade da Máquina ocorra no interior da Terceira Revolução Industrial, o que explicita o caráter radicalmente contraditório desta revolução industrial). Por isso, Jean Lojkin considera a “revolução informacional”, que inaugura a Quarta Idade da Máquina, da mesma magnitude daquela “revolução da máquina-ferramenta”, senão maior. Inclusive, ele a compara, por meio da história de toda a humanidade, à revolução do instrumento, no período neolítico. Diz ele: “Instrumento e máquina-ferramenta se inscrevem, ambos, nas formas de objetivação, pelo homem, do trabalho manual, do trabalho de manipulação da matéria. Ora, os novos meios informáticos de trabalho abrem uma nova era na história da humanidade: a da objetivação, pela máquina, de funções abstratas, reflexivas, do cérebro – não mais funções cerebrais ligadas à atividade da mão.” (LOJKINE, 1995)

Na medida em que a revolução das redes informacionais combina máquinas microeletrônicas informacionais em redes comunicacionais interativas ou controlativas (ciberespaço), ela constitui o que denominamos de “cooperação complexa”, com a

interpenetração – não a fusão ou substituição - das forças produtivas materiais e forças produtivas sociais e humanas; ou do material e do informacional. Portanto, o que consideramos “cooperação complexa”, tratada no Capítulo 1 desta tese, é a cooperação desenvolvida pela grande indústria capitalista “afetada de negação” na medida em que se intensificam as potencialidades contraditórias tecnológicas na Quarta Idade da Máquina.

3.2 “Possibilidades tecnológicas contraditórias” das máquinas informacionais

O surgimento de objetos técnicos complexos constituindo as redes informacionais, alteram, de forma qualitativamente nova, a relação entre matéria técnica (objeto de trabalho) e forma organizacional (gestão do trabalho vivo). As novas máquinas informacionais abrem a possibilidade de instauração de formas qualitativamente novas de relações homem-máquina. A “máquina” informacional não é mais máquina em sua materialidade em si, apesar de continuar sendo por conta da forma social do capital. Como já salientamos, a rede informacional como “máquina” implica, em si, a produção de subjetividade, no sentido de colocar, como condição indispensável do processo sistêmico, as habilidades subjetivas (e cognitivas) do homem (mesmo que sob forma estranhada). Portanto, o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e o surgimento das novas tecnologias telemáticas e de informação em rede constituíram um novo espaço de sociabilidade virtual apropriado pelo capital.

Estamos tratando de “possibilidades tecnológicas contraditórias”, como diria Lojkine, que procurou salientar, depois de Marx, que “as características tecnológicas [nos diríamos, técnicas-G.A] do maquinismo – bem como as da automação – não se confundem com o seu modo de utilização capitalista.” (LOJKINE, 1995)

Foi com o surgimento das redes informáticas e telemáticas, e por

consequente, da Internet, que a idéia de rede informacional assumiu um arcabouço concreto, ou seja, ela passou a representar uma rede de homens-mediados-por-máquinas-informáticas. Surge o ciberespaço ou a virtualização em rede técnico-informacional. O novo espaço de sociabilidade virtual, o ciberespaço, é um campo de integração difusa e flexível dos fluxos de informações e de comunicação entre máquinas computadorizadas, um complexo mediador entre os homens, baseado totalmente em dispositivos técnicos, um novo espaço de interação (e de controle) sócio-humano criado pelas novas máquinas e seus protocolos de comunicação e que tende a ser a *extensão virtual* do espaço social propriamente dito. Ele pressupõe a idéia de redes informacionais como metáfora da cooperação social que assumiu uma significação concreta com o desenvolvimento do capitalismo tardio. As máquinas informacionais constituiriam a mediação complexa das práticas interativas (e controlativas) que exigem alto grau de habilidades ético-cognitivas (tomada de decisões e escolhas). Por isso, altera-se, de modo qualitativo, a implicação subjetiva homem-máquina (o que explica a necessidade de um novo nexos psicofísico na produção do capital).

O ciberespaço, como um espaço de interação sócio-humana de base técnica, é expressão da práxis social complexa que se tornou capaz de desenvolver, em si, novas formas de virtualização. O ciberespaço constitui matéria social que abre possibilidades objetivo-reais de produção de subjetividade, estranhada ou não, determinada pelas relações sociais de produção no interior das quais se desenvolve o processo de individuação (ALVES, 2002). Com o ciberespaço surge a possibilidade, e apenas a possibilidade de o homem não ser meramente *meio*, como ocorria com a *máquina da grande indústria*, mas, sim, pólo ativo de um processo de subjetivação afetado pela categoria de *trabalho imaterial*, uma forma de trabalho concreto inscrita na totalidade viva do novo trabalhador coletivo. O processo de subjetivação só existe no âmbito do trabalho imaterial como momento desenvolvido da própria produção material.

Com o ciberespaço, a máquina é reposta apenas como mediação de uma interação sócio-humana. Nessas condições da “cooperação complexa”, torna-se (ou devia se tornar) mais clara, a relação de sociabilidade homem-homem. Entretanto, uma contradição extrema perpassa a lógica sócio-objetiva do capitalismo tardio. Nas condições do controle sócio-metabólico do capital, o fetiche da “máquina” complexa ou “máquina” de Inteligência Artificial oculta, mais do que nunca, a dimensão estranhada da sociabilidade. Por isso, as “máquinas” informacionais da Quarta Revolução Tecnológica, que constituem o ciberespaço, possuem maior grau de fetichização na medida em que representam, com maior densidade, as contradições ampliadas do sistema sócio-metabólico do capital. Elas possuem em si a promessa frustrada (e reprimida) da “pós-máquina” como elo de mediação plena de uma sociabilidade humana omnilateral.

Na medida em que são apropriadas pelo capital, sendo, deste modo, forças produtivas do capital, as “máquinas” informáticas (e informacionais) constituem a *mediação complexa* das práticas interativas (e controlativas) do trabalho estranhado. Por meio delas, cria-se a base material de uma nova hegemonia do capital na produção social. Portanto, a rede informacional do capital é intrinsecamente rede controlativa a partir da qual se constitui a “captura” da subjetividade do trabalho. É nesse sentido que as inovações tecnológicas do novo complexo de reestruturação produtiva se mesclam com inovações organizacionais do toyotismo.

3.3 “A gestão pela competência” como ideologia das máquinas informacionais

As novas máquinas informacionais da Terceira Revolução Industrial, tanto as de automação industrial de base microeletrônica, quanto as TIC's (Tecnologias de Informação e Comunicação), colocaram como pressupostos para seus operadores o

desenvolvimento de algumas habilidades cognitivas decorrentes da nova materialidade da “cooperação complexa” (os pressupostos negados da pós-grande indústria). Segundo Lojkin, as novas tecnologias informacionais exigem uma inteligência reflexiva que decorre da objetivação da atividade de regulação direta e imediata da máquina, liberando por isto, o que ele chama de “inteligência da lucidez e da concepção de objetivos”.

Ao nível da relação abstrata homem/meio de trabalho, Lojkin distingue *instrumento, máquina-ferramenta e máquina informática*: “Instrumento e máquina-ferramenta se inscrevem, ambos, nas formas de objetivação, pelo homem, do trabalho manual, do trabalho de manipulação da matéria. Ora, os novos meios informáticos de trabalho abrem uma nova era na história da humanidade: a da objetivação, pela máquina, de funções abstratas, reflexivas, do cérebro — não mais funções cerebrais ligadas à atividade da mão” (LOJKINE, 1995).

Para ele, o *instrumento* objetiva as operações da mão desnuda (ligadas principalmente, como no macaco, à busca de alimentos): corte, esmagamento, modelagem, raspagem e escavação — permitindo, ainda, o deslocamento da atividade humana para três operações fundamentais: apreensão, rotação e translação. Com o deslocamento da função humana no sentido motriz, a mão deixa de ser instrumento para tornar-se motora, porém, motor inteligente, voltado a um objetivo e que, por consequência, guia, dirige o instrumento (opera o que Piaget chama de “inteligência sensório-motora”).

A *máquina-ferramenta* promoverá um novo deslocamento objetivando as operações da mão motora: a mão deixa de ser motora para tornar-se plenamente a inteligência que converte a força em força útil e a dirige (exige-se a “inteligência reflexiva”, que opera, segundo Lojkin, a partir da psicologia da inteligência, de A. Colin, “a representação simultânea do conjunto da realidade, presente e ausente; ação simbólica que ultrapassa os limites do espaço e do tempo próximos...”) (LOJKINE, 1995).

Finalmente, segundo Lojkin, a máquina informática objetivará esta atividade de regulação direta e imediata da máquina, liberando, por isto mesmo, o que ele chama o terceiro nível da inteligência humana — a “inteligência da lucidez e da concepção de objetivos”.

Da nova base técnica e modo de operar da inteligência humana (a “inteligência da lucidez e da concepção de objetivos”, segundo Lojkin) disseminada pela revolução das máquinas informacionais, surge, como derivação ideológica, o denominado “modelo das competências profissionais”, ideologia orgânica da formação profissional, que exige dos novos operadores saberes em ação (*savoir-faire*), talentos, capacidade de inovar, criatividade e autonomia no local de trabalho. O “modelo das competências profissionais” é o terreno ideológico a partir do qual se disseminam as noções estruturantes de flexibilidade, transferibilidade, polivalência e empregabilidade que irão determinar o uso, controle, formação e avaliação do desempenho da força de trabalho. Este será o novo léxico ideológico que permeará a pedagogia escolar e empresarial imbuída do espírito toyotista.

Os requerimentos sócio-técnicos da nova máquina da Quarta Revolução Tecnológica se intervertem na nova ideologia da “gestão por competência”, forma da subsunção formal-intelectual do trabalho ao capital sob o espírito do toyotismo. Segundo essa ideologia, a nova produção de mercadorias deve buscar dispor de “trabalhadores flexíveis” para lidar com as mudanças no processo produtivo, enfrentar imprevistos (incidentes/eventos) e trabalhadores passíveis de serem transferidos de uma função a outra dentro da empresa, requerendo-se, para tanto, a polivalência e a constante atualização de suas competências. Segundo os ideólogos do toyotismo, flexibilidade e polivalência é o que lhes dá a medida correta de sua “empregabilidade”. Diz DeLuiz, expondo o discurso da ideologia da formação profissional impregnado do espírito do toyotismo: “No modelo das competências, os conhecimentos e habilidades adquiridos no processo educacional, na escola ou na empresa,

devem ter uma "utilidade prática e imediata" – tendo em vista os objetivos e missão da empresa –, e a qualidade da qualificação passa a ser avaliada pelo "produto" final, ou seja, o trabalhador instrumentalizado para atender às necessidades do processo de racionalização do sistema produtivo. O 'capital humano' das empresas precisa ser constantemente mobilizado e atualizado para garantir o diferencial ou a "vantagem competitiva" necessários à desenfreada concorrência na economia internacionalizada." (DELUIZ, 2001).

A ideologia da “gestão por competências” possui um núcleo racional: os objetos técnicos complexos da revolução das redes informacionais, são, *em si*, meios técnicos “inteligentes” ou “tecnologias da inteligência”, como diz Pierre Lévy, capazes de criar *espaços virtuais* de caráter social, sejam eles *interativos* ou *controlativos* (ao utilizarmos o adjetivo “inteligentes” queremos salientar o uso de máquinas complexas capazes de desenvolver alguma forma de “inteligência artificial”), cuja matéria-prima é o produto-*informação* voltado para otimizar a produção de capital (LÉVY, 2000). Enquanto base técnica do campo mediativo da “cooperação complexa” da produção de mercadorias, a rede informacional coloca, como pressuposto material para sua plena efetivação, processos de subjetivação complexos que, nas condições da relação-capital, se invertem em “captura” da subjetividade do trabalho vivo (o que explica a ânsia do capital pelo envolvimento estimulado dos operários ou empregados). Na medida em que o capital constitui e se apropria dos novos espaços interativos e de cooperação social (o denominado ciberespaço), ele imprime sua forma social estranhada na matéria técnico-organizacional pressuposta.

Por isso, na empresa toyotista, o controle da força de trabalho ocorre por estratégias de ressocialização e aculturação pela conformação da subjetividade do trabalhador à lógica do capital. O discurso da “gestão pela competência” é a ideologia da técnica estranhada ou da racionalidade tecnológica que perpassa o novo complexo de reestruturação produtiva do capital. É a “ganga ideológica” que penetra o âmago das novas requisições

sócio-técnicas da materialidade da produção de mercadorias. Como observa DeLuiz, “a ênfase na identificação dos interesses de patrões e empregados, que se convertem em uma comunidade social de colaboradores; a autogestão pela internalização da disciplina; o controle exercido sobre os trabalhadores por seus próprios colegas no trabalho em equipe e a sobrevalorização de aspectos atitudinais (*o saber-ser*) conferem ao modelo das competências a possibilidade de um controle menos formalizado e mais difuso sobre a força de trabalho, evitando-se as resistências e os conflitos.” (DELUIZ, 2001) O espírito do toyotismo permeia a dimensão de ressocialização e aculturação da força de trabalho sob a “gestão por competências”.

3.4 Novas tecnologias, oligopólio mundial e empresa em rede

Nas condições da crise estrutural do capital, os grupos industriais ou empresas de capital concentrado criaram (e se apropriaram) da rede informacional (ou ciberespaço) para a consolidação de sua nova forma de ser, a “empresa em rede”, no espaço oligopolizado da economia capitalista mundial. No decorrer da década de 1980 e 1990, período histórico de desenvolvimento da nova base técnico-informacional do capital, os grandes grupos industriais experimentaram um crescimento sustentado. Nessa época, predominaram concentrações e fusões-aquisições feitas por capitais estrangeiros. O ritmo acelerado de concentração das firmas mundiais implicaram sua “racionalização” e reestruturação. Observa Chesnais: “O número de fusões e aquisições de participações majoritárias em 1988-1989 foi mais de quatro vezes superior ao nível registrado em 1982-1983” (CHESNAIS, 1996). O que significa que o salto tecnológico da Quarta Idade da Máquina ocorreu sob a égide do surgimento do *oligopólio mundial*. Na acepção de Chesnais, o oligopólio mundial é definido como “um ‘espaço de rivalidade’, delimitado pelas relações

de dependência mútua de mercado, que interligam o pequeno número de grandes grupos que, numa dada indústria (ou num conjunto de indústrias de tecnologia genérica comum), chegam a adquirir e conservar a posição de concorrente efetivo no plano mundial”. E afirma ele: “O oligopólio é um lugar de concorrência encarniçada, mas também de colaboração entre grupos.” (CHESNAIS, 1996)

Foi o cenário de concentração oligopólica das firmas mundiais no bojo da incerteza estrutural decorrente da crise de superprodução que colocou, segundo alguns autores, a *informação* como uma das variáveis-chave no tamanho e configuração da grande companhia internacionalizada (IMAI E BABA, 1991). Segundo Chesnais, os *custos de transação* a serem enfrentados pelas companhias que se internacionalizaram, tenderam a se ampliar consideravelmente: “A fusão das tecnologias de telecomunicações e de informática e o surgimento da teleinformática permitiram às grandes companhias gerenciar melhor as economias de custos de transação, obtidas pela integração, e reduzir os ‘custos burocráticos’ associados à sua internacionalização” (CHESNAIS, 1996). Além disso, as TIC’s tornaram possível uma melhor gestão das numerosas “novas relações” da empresa em rede por meio das quais a grande companhia pode estabelecer um controle estrito sobre partes das operações de outra empresa, sem precisar absorvê-la. (DUNNING, 1988)

O desenvolvimento das TIC’s como elemento compositivo das inovações tecnológicas do novo complexo de reestruturação produtiva decorre da nova estratégia tecno-financeira daquilo que Dunning irá denominar “*multinacionais*” *novo estilo*, consideradas por ele como “o sistema nervoso central de um conjunto mais amplo de atividades, interdependentes, mas gerenciadas menos formalmente, cuja função primordial consiste em fazer progredir a estratégia concorrencial global e a posição da organização que está no âmago (*core organization*).” (DUNNING, 1988) Ele salienta: “Não é apenas, ou mesmo principalmente, pela organização mais eficiente de sua produção interna e de suas transações,

ou por suas estratégias de tecnologias de produtos e de suas comercializações, que essa organização atinge seu objetivo, e sim pela natureza e forma das relações que estabelece com outras empresas”. (DUNNING, 1988)

Ora, com a mundialização financeira, o grupo multinacional cujo objetivo, mais do que nunca é o lucro, precisou ser eminentemente rentável e basear sua rentabilidade não apenas na produção e comercialização própria do grupo e de suas filiais. Precisa basear-se também naquilo que Dunning estabelece como “relações com outras empresas”. Portanto, as TIC’s favoreceram a instauração da nova forma de rentabilidade. Na verdade, num cenário de “acumulação por espoliação” (Harvey), os limites entre lucro e renda são cada vez mais indistintos. Observa Chesnais: “A multiplicação das participações minoritárias de companhias ‘coligadas’, das participações em cascata e, sobretudo, de numerosos acordos de terceirização e de cooperação inter-empresas, que levaram ao surgimento das chamadas ‘empresas-rede’, não teve como único efeito tornar muito permeáveis e indistintas as fronteiras entre as companhias. Também, acarretou a incorporação, no lucro, de receitas que se resolvem em créditos sobre a atividade produtiva de outra companhia, sob a forma de punções sobre seus resultados de exploração brutos.” (CHESNAIS, 1996)

O que significa que o capital concentrado nas últimas décadas possuiu (e possui) a capacidade de crescer alimentando-se de um componente rentista. A “empresa em rede”, que prescindiu das TIC’s, é expressão desta forma de apropriação e centralização, pela grande empresa ou capital concentrado, de valores produzidos fora das suas “fronteiras de companhia”, por outras empresas menores, ou mais vulneráveis. O leque de relações de terceirização industrial, que adquire sinergia informacional pelas TIC’s, contribuiu para as punções sobre a massa bruta de mais-valia das “empresas colaboradoras” (utilizando a expressão de Taichi Ohno). Como observa C. Antonelli, “as empresas-rede (*firme réseau, impresa rete* ou *network firm*), por meio da telemática, tem a possibilidade de internalizar

importantes externalidades, apoiando-se nas redes (*network externalities*)”. Ele observa ainda que a introdução da telemática leva a “uma queda dos custos médios de coordenação (...) a qual (...) tem sensíveis efeitos na dimensão das atividades organizadas de forma interna nas companhias (...), permitindo assim que empresas maiores funcionem eficazmente” (ANTONELLI, 1988).

A “empresa-rede” utiliza-se do complexo de subcontratações industriais, constituído por empresas subcontratadas, não apenas para “amortecer” os efeitos das flutuações conjunturais da economia capitalista instável, fazendo recair sobre elas a crise de mercado, mas para garantir, pela relação de subcontratação, relação institucionalizada e hierarquizada, relação de longo prazo cuja duração é determinada pelo “ciclo de vida” dos produtos, um saber-fazer e rendas “relacionais” derivadas das relações intrafirmas. As empresas de capital concentrado tornam-se capazes de impor a seus fornecedores, parceiros e distribuidores a transferência de parcelas da lucratividade que estas empresas menores teriam se operassem as regras da concorrência. A constituição da empresa-rede pelas redes informacionais favorece, portanto, a ação do capital como *hegemon* no nível do mercado e da estrutura social em geral (VIANA, 2005).

Desta forma, as novas tecnologias em rede contribuem não apenas para a inovação organizacional intrafirma, mas para a inovação organizacional nas relações interfirmas, cada uma reforçando a eficácia da outra. No cenário de uma “acumulação por espoliação”, os compromissos recíprocos entre empresa montadora e seus fornecedores, como observa Aoki, estão na origem de uma quase-renda (ou “renda relacional”): “...pode-se dizer que formam benefícios específicos de grupo (*group-specific economic relation*) atribuíveis às relações de cooperação estabelecidas entre a empresa montadora e seus fornecedores. Pode-se designar estes benefícios como dependentes de uma quase-renda relacional, no sentido em que é gerada pela incomparável eficiência informacional das relações contratuais formadas

dentro do grupo de contratantes.” (AOKI, 1988).

Por outro lado, a quase-renda relacional diz respeito não apenas aos compromissos recíprocos entre empresa montadora e seus fornecedores, mas entre empregados e empregadores na empresa toyotizada. O que significa que a constituição da rede informacional contribui para a eficácia corporativa diante das novas formas de concorrência e de apropriação/expropriação de valor diante da “acumulação flexível” e da “acumulação por espoliação”.

Entretanto, a constituição da rede informacional permite que a natureza da “espoliação” derivada do saber-fazer relacional se altere no sentido de que os benefícios da estrutura de integração sejam partilhados (o que, no plano das relações entre empregados e empregadores, é um elemento mobilizador da “captura” da subjetividade do trabalho vivo pelo capital, constituindo, portanto um jogo sutil de contrapartidas, cuja fórmula estimulativa visa a obter o pleno engajamento dos diferentes contratantes, tanto empregadores e empregados, quanto empresa montadora e fornecedores) (CORIAT, 1994).

Portanto, em síntese, as inovações tecnológicas do novo complexo de reestruturação produtiva, que surge sob a Quarta Revolução Tecnológica, a revolução das redes informacionais, contribuem para (1) uma ofensiva do capital na produção, ativando novas formas de controle do trabalho morto sobre o trabalho vivo, desmontando relações salariais e “flexibilizando” contratos de trabalho (o componente político das inovações tecnológicas, tendo em vista a “autonomização do capital constante”, age menos para baratear o custo da mercadoria força de trabalho e mais para impor novas formas de subsunção do trabalho ao capital, desmontando nichos de trabalho organizado que poderiam se contrapor às novas estratégias corporativas) (BELUZZO, 1987) (2) a redução dos custos de integração da empresa-rede que surge a partir do oligopólio mundial e (3) para garantir novas formas de rentabilidade derivada das “rendas relacionais”, isto é, das relações entre empresas no curso

do complexo de terceirizações industriais.

3. 5 Tecnologias informacionais e empresa-rede: o caso da indústria automobilística no Brasil

A introdução das novas tecnologias informacionais ocasiona um complexo de mudanças na grande empresa capitalista. É o que procuraremos demonstrar a seguir, tomando alguns relatos da indústria automobilística no Brasil, um dos principais setores industriais cujas inovações técnico-organizacionais têm se disseminado pelo mundo da produção do capital. Podemos salientar relatos sobre (1) mudanças nas relações entre empresas montadoras e fornecedores, distribuidores e clientes; (2) mudanças na organização geral da empresa e (3) mudança na organização da produção e no processo de trabalho.

Mudanças nas relações da empresa montadora com fornecedores, distribuidores e clientes

A constituição das redes informacionais por meio das TIC's propiciou aos grupos industriais uma nova sinergia na produção de capital, favorecendo a escolha de estratégias competitivas e a implementação de inovações organizacionais inspiradas no espírito do toyotismo, com destaque para o *just-in-time/kanban*. Deste modo, a utilização das TIC's têm contribuído para otimizar o fluxo de informações gerado nas relações entre as empresas montadoras e outros agentes fornecedores, com as transações tratando fundamentalmente das seguintes informações: necessidade diária de produção, programação de entregas, peças ou material crítico em atraso, cotação de ofertas, pedido de compras, alteração no pedido de mercadorias, aviso de modificações técnicas nos desenhos e projetos, aviso de recebimento, resultado de inspeção, aviso de entregas e/ou embarques, transmissão

de textos pelo correio eletrônico, entre outros.

Nas relações entre empresas montadoras, concessionárias, prestadores de serviços e clientes (redes periféricas), o fluxo de informações abarca fundamentalmente dados comerciais relacionados às encomendas e distribuição de veículos, ao controle de estoques de peças, à determinação das necessidades do consumidor aos serviços de venda e pós-venda, à customização do veículo que será produzido, etc.

A utilização das TIC's tem otimizado sobremaneira a utilização da produção *just-in-time/kanban* nas empresas montadoras. Por meio da rede de comunicação via satélite, um cliente poderá comprar eletronicamente um veículo ou encontrar um peça em qualquer das concessionárias espalhadas pelo país. Por meio de um sistema eletrônico de peças, a empresa montadora poderá fazer, em poucos dias, milhares de cotações de preços em centenas de fornecedores em qualquer lugar do mundo. Além disso, a informatização do sistema de venda permite registrar, no ato da compra, as características do veículo encomendado e estabelecer o prazo de entrega. É possível também, pelo sistema de informação e comunicação, o acesso das concessionárias a um banco de dados, que permite obter informações sobre o estágio de fabricação dos veículos encomendados. Para reduzir custos de distribuição, a empresa utiliza um programa que otimiza o trajeto dos caminhões “cegonheiros” que ligam a fábrica e o porto às concessionárias, permitindo o planejamento estratégico na entrega de veículos. O acesso on-line a informações ajuda tanto nas vendas, oferecendo produtos customizados, como também na gestão, por meio da melhoria do planejamento e controle da produção. A ferramenta do *kanban*, utilizada para a produção *just-in-time*, encontra na utilização das TIC's, uma sofisticada base técnica capaz de propiciar resultados impressionantes de racionalização da produção.

No tocante aos fornecedores, as empresas de autopeças, que possuem sistemas CAD (*Computer Aided Design*) de pequeno porte, comunicam-se com as montadoras

no envio e recebimento de desenhos pela Internet. Observam Segre, Roldan e Dumans: “As novas formas de relacionamento com fornecedores, distribuidores e clientes permitem a padronização da produção (automação), mas com customização (informatização). As montadoras e as empresas de autopeças passaram a buscar padrões de relação mais estáveis, com compromissos recíprocos”.(SEGRE, ROLDAN E DUMANS, 1999). Segundo Posthuma. os principais elementos dessa relação incluem crescente terceirização de partes e serviços, redução do número de fornecedores diretos e aumento da demanda por submontagens, em vez de partes isoladas (POSTHUMA, 1994)

As novas experiências de Consórcio Modular no Brasil, que surgem na década de 1990, a década do “toyotismo sistêmico” (ALVES, 2000), só seriam possíveis com a utilização das TIC’s, que têm permitido, por exemplo, padronizar a documentação da fábrica, obtendo maior velocidade de geração de planos de processo. Como observa Rosenfeld, “neste contexto, os parceiros trabalham com um modelo único de plano, permitindo reduzir o *lead-time* do processo, assim como agilizar as revisões de cada operação do processo ao tornar possível a correção de eventuais informações contraditórias durante a execução do mesmo. Isto é viável devido ao histórico das revisões que ficam armazenadas na base de dados do sistema, facilitando o rastreamento de todas as modificações de processo (ROZENFELD, 1997).

No caso do Consórcio Modular, uma das experiências mais avançadas da indústria automobilística brasileira nos últimos quinze anos, as TIC’s facilitaram a participação dos fornecedores na linha de montagem dos veículos, por meio do controle e da coordenação dos parceiros, mudando a organização da produção e a simplificação da montagem. O fornecimento de sistemas previamente montados ao invés de peças, resultado de maior aproximação entre montadoras e fornecedores, proporcionado pelas TIC’s, permitiu maior flexibilidade e uma redução no tamanho da linha de produção.

Na década de 1990, a “década do toyotismo sistêmico” no Brasil, tornou-se clara a sinergia dada pelas TIC’s às inovações organizacionais baseadas no espírito do toyotismo: “As TIC’s permitem prestar um serviço mais eficiente e de melhor qualidade ao cliente, assim como possibilitam a redução do estoque, o aumento da produtividade através de uma maior taxa de ocupação do equipamento, eliminando qualquer função desnecessária no sistema de produção que traga custos indiretos.” (SANTOS E COSTA, 1996). Melhor qualidade, redução do estoque e eliminação do desperdício são léxicos do sistema toyota de produção, idealizado por Taiichi Ohno, o novo produtivismo do capital que emerge sob a etapa de sua crise estrutural. Eles permeia o discurso de sociólogos do trabalho e engenheiros da produção que descrevem, com certa fascinação, o admirável mundo novo da produção do capital nos últimos quinze anos no Brasil.

Mudanças na organização geral da empresa

A utilização das TIC’s contribui para a adoção dos novos modelos produtivos baseados no sistema toyota de produção na medida em que permite a redução de níveis hierárquicos da estrutura organizacional (enxugamento das chefias intermediárias) e uma alteração no perfil da supervisão existente. Como observam Brosseau e Rollet, o executivo hoje está mais próximo do chão-de-fábrica, possibilitando que o processo inteiro se torne o que preconiza o toyotismo: um trabalho de uma equipe e que a gestão do processo passe a formar parte do mesmo (BROSSEAU e RAILLET, 1993). As TIC’s permitem delegar, por exemplo, a responsabilidade do controle de qualidade para o executor da tarefa, diminuir a responsabilidade da inspeção final e aumentar a importância do controle de qualidade como prevenção à falha, como almejada por Taiichi Ohno (OHNO, 1998).

Além disso, as TIC’s contribuem para alterar a conexão entre

desenvolvimento do projeto e chão-de-fábrica, visando a ganhos de flexibilidade, redução no *lead-time* do processo e integrando as diversas tarefas em um fluxo lógico de processo. Deste modo, pelas redes informacionais, as firmas principais integram suas diferentes áreas, particularmente no projeto conjunto de produto e processo de engenharia simultânea. As inovações tecnológicas permitem que as firmas principais definam melhor suas “unidades de negócios”, encontrando oportunidades de mercado mais dinâmicas. Estas novas áreas tendem a ser marketing, design, distribuição, atendimento ao cliente e serviços pós-venda.

Mudanças na organização da produção e no processo de trabalho

A adoção das TIC's permite a aplicação da engenharia simultânea, que facilita a coordenação e a colaboração das pessoas envolvidas no projeto, no desenvolvimento e na manufatura de novos produtos, integrando essas áreas e as atividades que passam a ser realizadas em paralelo, em vez de sequencialmente, por redes informacionais. Observam Segre, Roldan e Dumans: "A utilização de TIC's em particular do CAPP no Consórcio Modular possibilita que o operador de chão-de-fábrica receba um certo nível de informação que facilita a comunicação interpessoal com a área de projeto. O sistema de redes de computadores e a alocação de um terminal inteligente no seu posto de trabalho permitem-lhe ter acesso direto à base de dados do projeto, facilitando assim uma atuação mais ativa durante o processo de montagem das diferentes partes do veículo." (SEGRE, ROLDAN E DUMANS, 1999)

Além disso, a possibilidade de atender as preferências do cliente customizando o produto, como salientamos acima, e a redução do tempo entre o pedido e entrega do veículo, proporcionado pela tecnologia, alteraram o planejamento e a organização da produção que passam a ser mais flexíveis. Segundo o sistema Toyota de produção, as

linhas de montagem podem produzir hoje um conjunto variado de modelos, não precisando mais ser linhas dedicadas.

No tocante ao processo de trabalho, o uso intensivo das TIC's, segundo a ótica do capital, tem desenvolvido um maior conteúdo informacional do trabalho e uma crescente integração das diferentes tarefas, exigindo dos trabalhadores uma maior capacidade de coordenação, execução e tomada de decisões. Como observam Salles e Caulliriaux, as TIC's contribuíram para o surgimento de várias formas de polivalência e a junção de atividades de operação, inspeção de qualidade e primeira manutenção (SALLES E CAULLIRAUX, 1995) Como já salientamos, adotam-se modelos de competência capazes de lidar com a nova base tecnológica das redes informacionais.

Ora, as inovações tecnológicas da Quarta Idade da Máquina criaram a base da “cooperação complexa” e do novo trabalhador coletivo, operadores do trabalho material e trabalho imaterial. Como constatamos, ela permite, por exemplo, no caso da indústria automobilística, novas experiências de produção de mercadorias (como o Consórcio Modular) e inovações organizacionais, criando uma sinergia que atua no sentido interativo-controlativo. As inovações tecnológicas constituíram (e constituem) um pressuposto indispensável da otimização das inovações organizacionais baseadas no espírito do toyotismo. Na verdade, a utilização das TIC's satisfaz exigências técnico-organizacionais da "produção enxuta", isto é, do sistema Toyota de produção. Observam Segre, Roldan e Dumans: "As TIC's têm aumentado o acesso ao mercado, seja pelo aumento das oportunidades de negócios ofertando produtos customizados, seja pela melhoria dos serviços de venda e pós-venda aos clientes (por exemplo, os sistemas de ajuda ao diagnóstico) e, ainda, pelo monitoramento do mercado. Pelo acompanhamento on-line, as empresas podem revisar as previsões das vendas e ajustar o processo produtivo à demanda. No modelo tradicional fordista, o papel do sistema de distribuição era simplesmente comercializar produtos padronizados. Em um regime de

demanda instável e com tendência para a diversidade, o papel da rede de distribuição é de pesquisar as preferências do consumidor e as tendências do mercado, constituindo, assim, um ponto de referência das atividades de produção”.(SEGRE, ROLDAN E DUMANS, 1999).

Entretanto, por trás da inegável sinergia à produção de mercadorias dada pelas inovações tecnológicas da Quarta Idade da Máquina, oculta-se o novo poder do capital de desregulamentar e “flexibilizar” contratos de trabalho. Como observa Chesnais, “cada passo dado na introdução da automatização contemporânea, baseada nos microprocessadores, foi uma oportunidade para destruir as formas anteriores de relações contratuais, e também os meios inventados pelos operários, com base em técnicas de produção estabilizadas, para resistir à exploração no local de trabalho.” (CHESNAIS, 1996).

Ora, se a Terceira Revolução Tecnológica, caracterizada pela revolução informática, das novas máquinas automatizadas com microprocessadores, destruiu, como nos aponta Chesnais, “as formas anteriores de relações contratuais”, a Quarta Revolução Tecnológica, a seguir, a revolução das redes informacionais e das tecnologias de informação e comunicação construiu a nova precariedade salarial articulada, de forma orgânica, com as técnicas de gestão toyotista.

Capítulo 4

Valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado

Uma das dimensões cruciais do novo complexo de reestruturação produtiva do capital é o que denominamos inovações sócio-metabólicas, mudanças no metabolismo social que contribuem para o novo clima ideológico (e emocional) dentro das grandes empresas. Elas se caracterizam pelo surgimento de uma plethora de valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado que constituem o lastro sócio-metabólico ou o ambiente psicossocial da “captura da subjetividade” posta como nexos essenciais da “ideologia orgânica” do toyotismo.

Embora o toyotismo diga respeito a inovações empresariais de cariz organizacional, ele se sustenta hoje em formas sócio-metabólicas derivadas da constituição do capital como *hegemon* social. Na medida em que é por meio das práticas sócio-metabólicas que se constitui a subjetividade humana, o novo complexo de reestruturação produtiva coloca, como um de seus pressupostos sistêmicos, as inovações sócio-metabólicas que contribuem para elaboração do novo nexos psicofísico da produção do capital. A ofensiva do capital não se restringe apenas à instância da produção propriamente dita, mas atinge hoje, mais do que nunca, sob o capitalismo manipulatório, instâncias da reprodução social, colocadas como nexos orgânicos da produção como totalidade social. Deste modo, é pela “tempestade ideológica” de valores, expectativas e utopias de mercado que se busca formar o novo homem produtivo do capital.

As inovações sócio-metabólicas do capital se disseminam por meio de treinamentos em empresas, políticas governamentais, currículos escolares, aparatos midiáticos da indústria cultural e, inclusive, igrejas¹, que constituem uma pletora de *valores, expectativas e utopias de mercado* que se cristalizam em noções, vocábulos ou conceitos que falam por nós nas instâncias de produção e reprodução social. Eles são uma espécie de “nova língua” ou espécie de vulgata do capitalismo neoliberal. É o que Bourdieu e Wacquant denominam de “imperialismo simbólico”. Dizem eles:

“Em todos os países avançados, patrões, altos funcionários internacionais, intelectuais de projeção na mídia e jornalistas de primeiro escalão se puseram em acordo em falar uma estranha *novlangue* cujo vocabulário, aparentemente sem origem, está em todas as bocas: "globalização", "flexibilidade", "governabilidade", "empregabilidade", "underclass e "exclusão"; “nova economia” e "tolerância zero", "comunitarismo", "multiculturalismo" e seus primos pós-modernos, "etnicidade", "identidade", "fragmentação" etc. A difusão dessa nova vulgata planetária da qual estão notavelmente ausentes capitalismo, classe, exploração, dominação, desigualdade, e tantos vocábulos decisivamente revogados sob pretexto de obsolescência ou de presumida impertinência, é produto de um imperialismo apropriadamente simbólico: seus efeitos são tão mais poderosos e perniciosos porque ele é veiculado não apenas pelos partidários da revolução neoliberal que, sob a capa da "modernização", entendem reconstruir o mundo fazendo *tabula rasa* das conquistas sociais e econômicas resultantes de cem anos de lutas sociais, descritas, a partir dos novos tempos, como arcaísmos e obstáculos à nova ordem nascente, porém também por produtores culturais (pesquisadores,

¹ Na dissertação de mestrado intitulada “Vida e Vida com abundância”: teologia da prosperidade, sagrado e mercado” (PPG-Sociologia/IUFPE), Kleber Fernando Rodrigues demonstrou como o discurso da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que conta hoje no Brasil com cerca de 2 milhões de adeptos, assimila valores de mercado, a exemplo da busca pela ascensão social e o estímulo ao consumo. Ele observa que o discurso iurdiano (relativo à Igreja Universal) se baseia na idéia de que usufruir os bens de consumo oferecidos pela sociedade capitalista é um sinal da operosidade de Deus na vida do converso iurdiano, idéia que constitui a teologia da prosperidade. Nesse contexto, a fé em Deus é valorizada como meio de obter saúde, riqueza, sucesso e poder terreno.

escritores, artistas) e militantes de esquerda que, em sua maioria, ainda se consideram progressistas (BOURDIEU e WACQUANT, 2001 Apud FRIGOTTO e CIAVATTA, 2006).

Ora, utilizamos a expressão valores-fetiches para caracterizar o conteúdo vocabular-locucional do “imperialismo simbólico”. Eles são valores, expectativas e utopias de mercado que permeiam o sócio-metabolismo do capitalismo tardio. Na medida em que se põe a vigência do mercado sob as políticas neoliberais, agudiza-se o fenômeno do fetichismo da mercadoria. Os valores-fetiches se impõem como uma “segunda natureza” aos agentes sociais. Um fetiche social possui as mesmas características do “fato social”, caracterizado por Emile Durkheim como “exterior”, “coercitivo” e “geral” (DURKHEIM, 2001). Deste modo, os valores-fetiches atuam como mera “factualidade social” (NETTO, 1981). É por meio deles que as individualidades de classe, imersas na pseudo-concreticidade da vida cotidiana, operam seus consentimentos espúrios no local de trabalho ou na vida social (KOSIK, 1976). Os valores-fetiches permeiam a linguagem social e, numa sociedade midiática como a sociedade burguesa tardia, eles se disseminam com maior intensidade e amplitude. Enquanto *valores, expectativas e utopias de mercado* operam no plano do pré-consciente e do inconsciente social, sendo portanto, elementos cruciais na operação da “captura” da subjetividade no local de trabalho e na vida social.

A retórica da Qualidade Total, imbuída do espírito do toyotismo, alcançou ampla difusão, apresentando-se como filosofia/ técnica imprescindível ao bom desempenho das organizações, garantia da competitividade e da modernidade. Segundo os “gurus” da gestão pela Qualidade Total, o TQM (Total Quality Management) é um sistema de gestão que focaliza os esforços conjugados de todos em uma organização, na satisfação de seus clientes pela melhoria contínua de seus processos, produtos e operações. É perceptível o compromisso ideológico da filosofia do TQM com o espírito do toyotismo descrito no capítulo 2. Os novos conteúdos de cursos e treinamento destilam noções e conceitos desta filosofia intergrista, que

busca emular comportamentos colaborativos e atitudes pró-ativas com os valores do capital. Qualidade, Competitividade e Modernidade solicitam o trabalhador a mudar sua atitude diante do processo produtivo, a adotar uma “nova” cultura e uma “nova” visão de mundo baseada na inevitabilidade das mudanças em curso (o que é uma das características dos “valores-fetiches”: ocultar a dimensão histórica das coisas). Um Gerente de Recursos Humanos e especialista de Qualidade da Xerox do Brasil, em 1993, observou: “[...] Da mesma maneira que as organizações não sobrevivem se não se adaptarem livremente à dinâmica do meio ambiente, os indivíduos da organização não sobreviverão às mudanças organizacionais se não se posicionarem como seus agentes”. Desafio que pode ser vencido, desde que as pessoas percebam as mudanças (...) “como uma provável fonte de satisfação para suas necessidades individuais e grupais, o que os motiva a se envolverem legitimamente no processo (...)”. (LESSA, 1995).

Mas os valores-fetiches disseminados pelo espírito do toyotismo estão não apenas na empresa, mas se refletem no campo educativo, constituindo parâmetros ideológico-discursivos de políticas governamentais de educação profissional, além de serem incorporados nos currículos escolares². Enfim, vocábulos, noções e conceitos que constituem o espírito do toyotismo, e aparecem como valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado são o “novo terreno ideológico” a partir do qual ocorre a “reforma das consciências” (GRAMSCI, 1984).³

² Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavatta observam que “no Brasil, nos anos noventa [a “década do toyotismo sistêmico”- G.A] praticamente desapareceram, nas reformas educativas efetuadas pelo atual governo, as expressões educação integral, omnilateral, laica, unitária, politécnica ou tecnológica e emancipadora, realçando-se o ideário da polivalência, da qualidade total, das competências, do cidadão produtivo e da empregabilidade.”(FRIGOTTO e CIAVATTA, 2006)

³ Sugere-se inclusive a utilização dos princípios do toyotismo nos expedientes forenses. Diz o juiz federal George Marmelstein Lima no artigo intitulado “Pela racionalidade dos expedientes forenses: o máximo de resultados com o mínimo de atos processuais”: “Várias técnicas gerenciais, como a reengenharia, o programa de qualidade total, planejamento estratégico, *benchmarking*, entre outras, têm sido desenvolvidas e aplicadas com sucesso em empresas particulares. Essas lições dos administradores podem ser muito úteis ao juiz para proporcionar o melhor desempenho de suas tarefas [...]. Obviamente, as técnicas de gerenciamento empresarial não podem ser simplesmente transportadas para o processo civil. Isso seria desastroso, sobretudo pela carga ideológica, garantística, humanística e ética que a Justiça deve, por imperativo, observar e que não necessariamente está presente no universo das atividades empresariais. No entanto, alguns conceitos desenvolvidos pelos administradores podem ser muito úteis, por exemplo: a) a organização deve buscar a eficiência, eliminando o que for inútil e simplificando o que for necessário; b) as rotinas devem ser

Na verdade, o poder da ideologia de mercado se intensificou sob o capitalismo global. A dita “sociedade em rede” é a sociedade da ideologia concentrada em imagens e fluxos intensos de informações. Internet, televisões a cabo, celulares, *gadgets* eletrônicos portáteis de processamento de texto e de informações - nunca a ideologia encontrou, em si e para si, tantos meios materiais de disseminação midiática.

A “tempestade de ideologias” parece acompanhar a presença totalizadora do trabalho abstrato, que se virtualiza, sai do local de trabalho e preenche espaços do lazer e do lar. O “tempo de vida” tornou-se mera “extensão” do “tempo de trabalho”. Na medida em que o espaço da empresa se desterritorializou, ele se estendeu, ao mesmo tempo, para além do local de trabalho, com as novas tecnologias de comunicação e informação contribuindo para que as tarefas do trabalho estranhado invadissem a esfera doméstica. As inovações organizacionais (e tecnológicas) do novo complexo de reestruturação produtiva que atinge as grandes empresas, imbuídas pelo espírito do toyotismo, levam à intensificação do trabalho, que avassala o tempo de não-trabalho de operários e empregados, inclusive do alto escalão administrativo, que ficam totalmente à mercê da empresa⁴. O impacto na vida pessoal e familiar e na saúde física e mental é deveras significativo.

constantemente aperfeiçoadas; c) o uso criativo da tecnologia da informação deve ser valorizado; d) os problemas devem ser resolvidos imediatamente e não após vários dias de trabalho desperdiçado; e) deve ser estimulada a capacidade de inovação, autodisciplina e criatividade dos servidores, permitindo a tomada de decisões em todos os níveis organizacionais; f) a qualificação dos servidores deve ser uma preocupação constante, pois somente estando eles suficientemente educados e treinados estarão aptos para tomarem por si sós as decisões necessárias; g) os servidores precisam estar plenamente motivados e devem “vestir a camisa” da organização a que pertencem; h) a preocupação com a qualidade do serviço deve ser uma prioridade; i) deve-se estimular a busca de parceiros externos capazes de melhorar a qualidade dos serviços e reduzir os custos; j) soluções que deram certo em outras organizações devem ser aplicadas e aperfeiçoadas (*benchmarking*).” (In “Jus Navigandi”, <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4665>. Acesso em 30/03/2007).

⁴ Antônio Carvalho Neto, professor do programa de mestrado em administração da PUC Minas, em parceria com a Fundação Dom Cabral (FDC), em Belo Horizonte, participou de uma pesquisa de dois anos com 965 gerentes, diretores, vice-presidentes e presidentes de 300 grandes empresas no Brasil, sobre o equilíbrio entre vida pessoal e profissional, descobriu que o executivo brasileiro está trabalhando muito: em média, 14 horas por dia'. Ele observa que um dos motivos é que falta gente nas empresas. Além disso, diz ele, geralmente o profissional que dá o sangue é bem-visto e admirado pelos colegas e pelos superiores. Para completar, a própria cultura do país valoriza os *workaholics*. Sobre o impacto na vida pessoal e familiar observa: “A maioria dos executivos não consegue acompanhar o crescimento dos filhos. Mas eles só se dão conta disso quando, ao chegarem ao topo, lá pelos 50 anos, percebem que seus filhos cresceram, se formaram e foram embora de casa. Além disso, muitos também enfrentam perdas na vida afetiva — não encontram uma parceira ou não conseguem manter o casamento. O paradoxo é que esses mesmos profissionais que colocam a vida pessoal em segundo plano em

Como reação ao avassalamento do tempo de não-trabalho pelo capital, juristas propõem o “direito à desconexão do trabalho” (SOUTO-MAIOR, 2003). Entretanto, não são apenas as dificuldades de se “desconectar” do trabalho que atingem operários e empregados, mas a presença insistente de valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado que reverberam na vida pessoal e nas instâncias de sociabilidades daqueles que buscam um “tempo livre”⁵. Critérios de produtividade e desempenho saem do universo da empresa e se disseminam pela sociedade, tomando de assalto inclusive, as relações afetivo-existenciais, medidas sobre os parâmetros lingüístico-comunicativos dos valores de desempenho e produtividade⁶.

Na verdade, o caráter totalitário destas inovações sócio-metabólicas do capital exprime tão-somente a natureza incontrolável e totalizadora do capital como modo de controle sócio-metabólico. Diz Mészáros: “A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa - na verdade, até o presente, de longe *a mais* poderosa - estrutura “totalizadora” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consiga se adaptar. Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente

nome da carreira afirmam que é a família que garante o suporte psicológico necessário para que eles atinjam seus objetivos profissionais. Eles têm consciência de que a vida familiar e afetiva precisa estar bem para que a escalada prossiga. Mas na prática não investem nisso.” Quanto aos executivos mais jovens, observa que “a maioria deles, que tem entre 36 e 38 anos, sofre de síndrome do pânico, úlceras e crises agudíssimas de estresse”. (Rosana Tanus, “É preciso trabalhar muito”, Reportagem Revista *Você S/A*, Edição 105, março/2007, pp.82-83)

⁵ Um *survey* com operários metalúrgicos da indústria automobilística do ABC paulista e sul-fluminense constatou que “a ‘pressão’ do trabalho existe sobre o operário, mesmo ele estando nos seus afazeres pessoais, e que sua mente fica ocupada diuturnamente e, por que não dizer, ‘capturada’ na sua quase totalidade, pelos problemas presentes no espaço da produção.” (RODRIGUES, I.; PONTES, C.; RAMALHO, J.R.; e SANTANA, M., 2006).

⁶ Na entrevista intitulada “Contra o Amor”, a pesquisadora americana Laura Kipnis observa que a linguagem do capital está impregnando, inclusive, o discurso afetivo na sociedade burguesa. Diz ela: “Impressiona como a retórica da fábrica está se tornando a linguagem do amor. Abra um desses livros de auto-ajuda que pretendem salvar casamentos ou preste atenção nas expressões que os terapeutas usam. Todos dizem que temos de “trabalhar com mais intensidade a relação” ou “nos esforçar mais pelo sucesso do casamento”. Virou lugar-comum dizer isso. Quer coisa mais desestimulante do que “trabalhar” a questão sexual com seu parceiro? Se é assim, se sexo e amor são trabalho, precisamos saber quem está lucrando com isso” (Revista VEJA, Entrevista, 5 de outubro de 2005).

absorvente — e, neste importante sentido, "totalitário" -do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu "microcosmo" até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos." (MÉSZÁROS, 2002)

As inovações sócio-metabólicas do capital incentivaram a constituição de um "senso-comum" de mercado que impregnou os operadores com atitudes de colaboração, dotando-os de um simulacro de pessoalidade e de uma mentalidade pró-ativa, requisitos comportamentais tão valorizados pelas grandes empresas.

Ao mesmo tempo, de modo paradoxal, dissemina-se, na vida social, o *homo homini lupus* que caracteriza as relações de concorrência nos locais de trabalho. A cultura da "racionalidade cínica", intrínseca ao toyotismo, torna-se parâmetro moral para os agentes sociais do capital. Na verdade, nas condições sócio-metabólicas do capitalismo neoliberal, a ideologia da empresa é a ideologia dominante, impregnando a vida social com sua lógica paradoxal.

Ao lado das inovações sócio-metabólicas desenvolve-se o que salientamos como sendo o "sócio-metabolismo da barbárie", e expõe o cerne essencial do sistema do capital. No plano do processo de subjetivação, existe uma afinidade nada eletiva entre inovações sócio-metabólicas, que disseminam valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado, e o sócio-metabolismo da barbárie de que tratamos na Introdução.

4.1 "Quem mexeu no meu queijo?"

O capitalismo flexível é um “capitalismo integrista” ou “capitalismo fundamentalista”, pois exige de homens e mulheres decisões existenciais fundamentais, o que explica, de certo modo, a disseminação da literatura de auto-ajuda cujo discurso de auto-determinação do eu impregnou, inclusive, a literatura de administração de empresas. Surge um mercado de auto-ajuda em que são vendidos e consumidos não mais somente livros de auto-ajuda, mas também outros formatos pertencentes ao mesmo gênero: cursos, seminários, palestras, workshops etc. Na medida em que o novo complexo de reestruturação produtiva ocorre num contexto histórico de intensas mudanças na vida social, principalmente na instância do trabalho, em que se traduzem em impasses existenciais, o capital organiza, por meio de aparelhos ideológicos, as respostas emocionais à desestruturação da vida cotidiana

Por exemplo, no best-seller “Quem mexeu no meu queijo?”, do consultor empresarial Spencer Johnson (Rio de Janeiro: Editora Record, 2001), utilizado em treinamentos em empresas e pelos consultores empresariais, o discurso das empresas torna-se não apenas um discurso para o local de trabalho, mas um discurso para a vida. Eis o princípio das inovações sócio-metabólicas. A parábola do livro nos apresenta quatro personagens, dois ratos (Sniff e Scurry) e dois humanos (Hem e Haw) do mesmo tamanho dos roedores, que vivem em um labirinto em eterna procura por queijo, que os alimenta e os faz felizes. Com diz o autor, o “queijo” é uma metáfora daquilo que se deseja ter na vida, seja um bom emprego, um relacionamento amoroso, dinheiro, saúde ou paz espiritual. No livro, o “labirinto” é o local onde as pessoas procuram por isso: a empresa onde se trabalha, a família ou a comunidade na qual se vive. Na verdade, pelo recurso parabólico e metafórico, “Quem mexeu no meu Queijo?” dissemina valores do empreendedorismo e empregabilidade, salientando a importância de atitudes pró-ativas, propositivas e concertativas diante das mudanças no trabalho e na vida. Como diz a chamada promocional, “o livro é uma parábola simples que revela verdades profundas sobre a mudança...” (Gramsci, tratando da utilização do recurso

metafórico nos diz que “a metáfora se justifica pela sua ‘popularidade’, isto é, pelo fato de oferecer, mesmo a um público não refinado intelectualmente, um esquema de fácil compreensão...” (GRAMSCI, 1984b)

Uma das mensagens do livro diz: “Velhas Crenças Não o Levam ao Novo Queijo”. É clara a idéia da necessidade de se adaptar às mudanças de mercado. O livro é uma parábola na ótica do capital sobre o que fazer com aquilo que o neoliberalismo está fazendo conosco. Um dos personagens, Hem, teme “aventurar-se no labirinto” (o mercado) em busca do Novo Queijo: “Eu gosto daqui. É confortável e familiar. Além disso, é perigoso lá fora”. O personagem expressa “medo de fracassar”. Logo a seguir, o livro coloca a mensagem pró-ativa: “Mas teve de rir de sua insensatez quando percebeu o que o medo estava fazendo com ele.”

Na verdade, no livro as “mudanças” (sempre utilizadas no abstrato) aparecem como “destino”. Diz Haw: “É a vida. A vida segue em frente e nós também deveríamos fazer o mesmo”. E logo adiante a mensagem: “Se você não mudar, morrerá”. A adaptação (e aceitação) às mudanças do capitalismo neoliberal torna-se uma questão de vida ou morte. Deve-se ter medo de morrer, mas não se deve ter medo de se adaptar às mudanças de mercado. Diz outra mensagem do livro: “Quando Você Vence o Medo, Sente-se Livre” – observem o sentido dos termos: “sente-se livre” e não “torna-se livre”.⁷

O que se coloca como ideologia sócio-metabólica do capital é uma reforma moral-intelectual de cariz neoliberal. O livro expõe de modo constante a necessidade de uma nova direção intelectual-moral para as pessoas diante das “mudanças”. “Quem Mexeu no Meu

⁷ Antoine Bechara, professor de Neurologia da Universidade de Iowa, num comunicado publicado no site da *Stanford Graduate School of Business*, observou que “psicopatas funcionais, ou seja, aquelas pessoas que reprimem os seus sentimentos, são as que tomam as melhores decisões de investimento porque não experimentam emoções como o medo. O medo evita que as pessoas assumam certos riscos, mesmo os considerados lógicos.” (*Emotions Can Negatively Impact Investment Decisions*, Stanford Graduate School of Business, http://www.gsb.stanford.edu/news/research/finance_shiv_invesmtdecisions.shtml - Acesso em 30/03/2007)

Queijo” ressalta o valor das ideologias capazes de serem o lastro de um novo mundo do capital: o mundo da precarização e da nova precariedade do trabalho.

Outra mensagem diz: “O Movimento em uma Nova Direção Ajuda-o a Encontrar um Novo Queijo” ou ainda, “Quanto mais rápido Você se Esquece do Velho Queijo Mais rápido Encontra um Novo”. Para viver, é preciso “adaptar-se ao futuro”, abandonando as “velhas crenças” ou ainda “crenças assustadoras”(talvez na ótica do capital sejam as “velhas crenças” da luta de classes ou da contestação social pelos direitos). Outro detalhe é que, no discurso do capital, o “futuro” é *fetichizado* (o que é a própria negação da futuridade) – ele está pronto e acabado, restando a nós apenas adaptar-se a ele. Como observou Meszáros, a temporalidade do capital tende a ser regressiva e retroativa. O presente tende a repor o passado (MÉSZÁROS, 2002)

No livro coloca-se a necessidade de uma adaptação pró-ativa às mudanças em que se cultive a expectativa de encontrar um “Novo Queijo”. Diz o livro num mote da literatura de auto-ajuda: “...quando você muda suas crenças, pode mudar o que faz.” Num certo momento, os dois personagens ratos (Sniff e Scurry) servem de exemplo para os dois humanos (Haw e Hem): “Eles simplificavam a vida. Não analisavam ou complicavam demais as coisas”. Na verdade, “Quem mexeu no meu Queijo?” contém a concepção de mundo do sócio-metabolismo da barbárie, em que ratos tornam-se exemplos “morais” para homens, que aparecem como meros duendes, “seres tão pequenos quanto os ratos, mas que se pareciam muito com as pessoas de hoje, e agiam como elas.” (JOHNSON, 1998)

O mundo social de “Quem Mexeu no Meu Queijo?” é um mundo social da precarização do trabalho, que instila medo e resistências às mudanças e é o mundo social da nova precariedade do trabalho que exige novas atitudes comportamentais das pessoas. Nesse contexto do capitalismo neoliberal, coloca-se a necessidade de novo nexos psicofísico ou de um novo homem produtivo. O livro traduz a idéia da importância de inovações sócio-

metabólicas que inculquem novos valores, expectativas e utopias de mercado. Diz o livro: “Hew teve de admitir que o maior obstáculo à mudança está dentro de você mesmo e que nada melhora até *você* mudar.” (o grifo é do autor) (JOHNSON, 1998)

Ao grifar “você”, Spencer Johnson, o autor do livro, salientou que o foco crucial das inovações sócio-metabólicas é a subjetividade do trabalho. Ora, o toyotismo como “ideologia orgânica” da produção do capital nas condições de sua crise estrutural, cujo nexo essencial é a “captura” da subjetividade do trabalho, é uma ideologia historicamente necessária, como diria Gramsci: “...ideologias historicamente orgânicas ...são necessárias à determinada estrutura”. E prossegue: “Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade ‘psicológica’: elas ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.” (GRAMSCI, 1984b)

É por mobilizar, com intensidade e profundidade, a alma humana que o novo capitalismo, com sua nova cultura da fluidez e precarização do trabalho e da vida social, contribui para a epidemia de novas doenças psicossomáticas. As doenças do novo capitalismo atingem mais o homem integral, sua mente e corpo, com o estresse e a depressão sendo sintomas da colonização intensa da vida social pelos requisitos empresariais.

4. 2 Fordismo, toyotismo e hegemonia social

O espírito do toyotismo implica um novo fundamentalismo de mercado, que se parece com a utopia integrista do fordismo puro da década de 1920. Como salientamos, o toyotismo, tanto quanto o “fordismo puro”, que Antonio Gramsci vinculou ao americanismo, é uma “ideologia orgânica” da produção capitalista que visa a constituir um “novo homem produtivo”, capaz de dar resposta às novas necessidades da produção do capital. A

constituição do “novo homem produtivo” é pressuposto do nexos psicofísico que tanto o “fordismo original”, a seu modo, quanto o toyotismo, buscou (e busca) constituir. O surgimento do fordismo nas primeiras décadas do século XX constituiu um momento de alteração do sócio-metabolismo do capital. A ideologia historicamente orgânica do fordismo surgiu num período de ascensão histórica do capital e de expansão dos mercados. O fordismo é a ideologia da modernidade-máquina como promessa de novas formas de sociabilidade. Como um “mito mobilizador”, Henry Ford impulsionou a nova civilização do capital na primeira metade do século XX. Naquela época, nos Estados Unidos, “núcleo dinâmico” do mercado mundial, pólo hegemônico do Ocidente capitalista, criou-se um clima sócio-metabólico de expansão industrializante que contribuiu para o desenvolvimento das implicações do fordismo-taylorismo (o que Gramsci denominou de “americanismo”).

Henry Ford, o “sábio de Dearborn”, tornou-se uma figura de herói popular na década de 1920, tendo admiradores no mundo todo. Ele prefigurava, como observa Giucci, uma “mistura de homem de negócio e engenheiro social”. Ford, diz ele, “disseminou a idéia de alta eficiência por baixo custo”. Observa Giucci: “Foi a aspiração popular de mobilidade que estimulou a projeção do público norte-americano e depois mundial. O Ford T, em especial, eliminou a identificação do automóvel com símbolo de *status* econômico e transformou a linha de montagem em uma manifestação do progresso exemplar da nação norte-americana, se não da própria civilização. Automóvel, mercado, consumo e cidadania” (GIUCCI, 2004).

O fordismo ou a produção em massa vinculou-se com o novo objeto de consumo que marcou a civilização do capital no século XX: o automóvel, expressão da conquista do espaço-tempo pelo homem. A idéia de produção em massa continha, em si, uma promessa democrática e de expansão civilizatória do capital que Gramsci traduziu na idéia de “americanismo”. A difusão do “american way of life”, principalmente após a II Guerra

Mundial, baseou-se num modo de regulação macroeconômico virtuoso, de abrangência mundial, capaz de garantir a demanda efetiva para a produção de massa, contribuindo para a construção da hegemonia imperial dos EUA numa fase de ascensão histórica do capital.

Entretanto, a crise do fordismo-keynesianismo em meados da década de 1970 significou a incapacidade de constituição de um novo modo de desenvolvimento capitalista na época da decadência histórica do capital, colocando-se a necessidade de recomposição da forma de subsunção real do trabalho ao capital. Como salientamos na Introdução, constituiu-se um novo regime de “acumulação flexível”, cujo “momento predominante” é o toyotismo que, como o fordismo, procurou constituir, de modo original, nas condições da crise estrutural do capital, uma nova hegemonia capaz de articular coerção capitalista e consentimento do trabalhador.

O fordismo/taylorismo, sob as condições de racionalização propiciadas pelo desenvolvimento histórico no século XX, principalmente nos EUA, tornou-se, a partir dos anos de 1920, o pioneiro na articulação entre coerção capitalista e consentimento do trabalhador. Com ele, como observou Gramsci, operou-se, de modo pleno, a subsunção real da subjetividade do trabalho à lógica do capital, com a articulação hábil da “força” (destruição do sindicalismo de base territorial) com a “persuasão” (altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssima). Como diria Gramsci, apreendendo um dos aspectos essenciais da produção do capital sob a grande indústria, “a hegemonia vem da fábrica” (GRAMSCI, 1984).

O toyotismo deu continuidade à lógica de racionalização do trabalho na perspectiva da hegemonia do capital na produção. Entretanto, no taylorismo e no fordismo, a “integralização” da subsunção da subjetividade do trabalho à lógica do capital, a “racionalização total”, ainda era meramente formal (ou “formal-material”, como diz Fausto), tendo em vista que, como salientamos no capítulo 2, na linha de montagem, as operações

produtivas reduziam-se ao “aspecto físico maquinal” (GRAMSCI, 1984). O fordismo ainda era, de certo modo, uma “racionalização inconclusa”, pois, embora instaurasse uma sociedade “racionalizada”, não conseguia incorporar à racionalidade capitalista na produção as variáveis psicológicas do comportamento do trabalhador assalariado, que o toyotismo procura desenvolver por meio de mecanismos de envolvimento estimulado do trabalho vivo.

No tocante à hegemonia social, que “nasce da fábrica”, o fordismo articulava por meio de promessas da produção em massa (que Gramsci destacou como altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssima) e do incentivo à demanda efetiva (a organização de uma economia programática). Nesse caso, se a hegemonia vinha da fábrica, não se sustentava apenas sobre ela. O “compromisso fordista” implicava a constituição de um “modo de desenvolvimento” de base keynesiana, capaz de sustentar a “racionalização inconclusa” na produção do capital (HARVEY, 1992).

Se o fordismo não conseguiu incorporar à racionalidade capitalista na produção as variáveis psicológicas do comportamento operário, o toyotismo buscou fazê-lo com desenvoltura. Entretanto, a hegemonia social do toyotismo opera de outro modo. Primeiro, o toyotismo não possui a pretensão de instaurar uma sociedade “racionalizada”, mas apenas uma “fábrica racionalizada”. Para Ohno, não existe um projeto de desenvolvimento, consumo e cidadania como havia em Henry Ford. Taiichi Ohno, como Frederick Taylor, é apenas um engenheiro habilidoso, enquanto Henry Ford foi um visionário social que vislumbrou a civilização do capital no século XX.

A hegemonia social do toyotismo opera, por um lado, a partir das relações de mercado, seja na produção intra-fábrica (e na relação entre empresas), com a articulação complexa do capital concentrado como capital *hegemon*; seja no local de trabalho, pela instauração do novo nexos psicofísico capaz de sustentar as inovações organizacionais e tecnológicas do método *just-in-time/kanban*. Na medida em que o toyotismo é obrigado a se

apropriar da participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalho” (GRAMSCI, 1984), a “captura” da subjetividade do trabalho torna-se sua obsessão íntima, a partir da qual ele vai operar, por meio das inovações sócio-metabólicas, um duplo movimento hegemônico – incorporar valores da vida do trabalho na produção do capital (é a idéia de que *business* é vida) e estender valores-fetiches da produção do capital na instância da reprodução social (a idéia de que vida é *business*).

A hegemonia social do toyotismo opera de outro modo devido às condições históricas. Enquanto o fordismo-taylorismo surge e se desenvolve numa etapa de ascensão histórica do capital, o toyotismo se compõe no período histórico da crise histórica do capital. Além disso, devido à nova base técnica em redes sociais, a produção de valor exige maior mobilização da subjetividade humana. Por isso, as inovações sócio-metabólicas para o toyotismo tendem a ser mais cruciais, acirrando as contradições entre os requisitos da produção de valor e o núcleo humano da personalidade. Eis, portanto, a matriz das *novas doenças da alma*

A expulsão do trabalho vivo na *lean production*, ou a liofilização organizacional, como observa Antunes, possui um sentido ideológico-político com claras implicações sócio-metabólicas (ANTUNES, 1999). A liofilização organizacional e as políticas neoliberais, que decorrem da estruturas do tardo-capitalismo, produzem e disseminam um precário mundo do trabalho. Na verdade, o segredo da “empresa enxuta” é a construção do sócio-metabolismo da barbárie no esteio da precarização do trabalho. Portanto, a *lean production* possui uma finalidade sócio-metabólica oculta que é constituir um lastro psicossocial de corrosão da luta (e consciência) de classe.

Além disso, a introdução de inovações tecnológicas nas grandes empresas de capital concentrado significa menos a redução de custos salariais e mais a “quebra” do espírito de protagonismo do trabalho organizado, um dos elementos necessários para a

“captura” da subjetividade do trabalho pelo capital. Com a “autonomização” do capital constante, o valor do capital variável tornou-se desprezível na composição da lucratividade das empresas. Como observa Beluzzo, “o progresso técnico passa a fazer parte das virtudes do sujeito-capital e como tal só pode se exprimir enquanto arma de combate dos capitais individuais. Neste sentido, é indiferente para o capitalista introduzir uma inovação que diretamente lhe rebaixe os custos salariais ou reduza o *input* de matérias-primas ou mesmo substitua uma máquina menos eficiente por outra mais eficiente. O importante é que a introdução da inovação confira ao capital individual capacidade de reduzir o valor de seu produto abaixo de seu valor social.” E conclui: “...submissão do trabalho, autonomização da estrutura técnica e, portanto, reversão das potencialidades do trabalho para o capital, estabelecem a *dominância* da concorrência entre capitais sobre as relações entre capital e trabalho no movimento do modo de produção capitalista. A tendência declinante da taxa de lucro como manifestação da natureza contraditória do processo de acumulação de capital exprime exatamente o fato de que, no seu movimento de expansão, o capital tende a se descolar das bases que asseguram o seu próprio processo de valorização. Ê neste sentido que o capital se torna o único limite de sua própria expansão” (BELUZZO, 1987).

4.3 Valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado

O toyotismo se desenvolve na época da mercantilização universal em que se coloca, de forma intensa, a coletivização do valor. Na ótica do valor, a sociedade burguesa torna-se uma imensa fábrica. Por isso, a hegemonia social do toyotismo ocorre pela constituição de uma pletera de valores-fetiches de cariz mercantil que se disseminam pelos meios de comunicação social. Na verdade, o mercado é alçado à instância estruturante da vida social. O discurso da economia política liberal impregna a nova racionalidade social. A

validação do mercado na instância da circulação se contrapõe à intensa planificação na instância da produção.

Na fábrica toyotista, a racionalização do trabalho é uma obsessão persistente (o que demonstra a intensa linha de continuidade entre Taylor e Ohno). Mas como salientamos, o discurso do novo produtivismo e da eficiência industrial não está apenas na fábrica. Ele permeia a totalidade social como produção. No capitalismo tardio, a manipulação social assume intensas e amplas dimensões, primeiro, devido à crise estrutural que intensifica o fetichismo da mercadoria; e, segundo, por conta da nova base técnica de virtualização, constituída pela Quarta Revolução Tecnológica, que perpassa não apenas a produção, mas a reprodução social. A oligopolização da mídia social como aparelho hegemônico da ideologia neoliberal dá intensidade ao poder da ideologia. Os valores-fetiches circulam pela totalidade social contribuindo para a novo espírito do produtivismo do capital inscrito no léxico toyotista. Estamos imersos numa tempestade de ideologia. Mais do que nunca, a idéia de que hegemonia nasce da fábrica adquire maior concreção histórica.

Por outro lado, agudiza-se uma das contradições candentes do mundo social do capital, a contradição entre racionalidade intra-empresa e irracionalidade social. O espaço-tempo da produção do capital se contrasta com o espaço-tempo esgarçado da reprodução social. É claro que a nova ideologia do produtivismo de mercado oculta, a seu modo, inclusive por sua racionalidade cínica, o candente paradoxo social.

- Vida é *Business*

A disseminação de *valores-fetiches* do novo produtivismo e a impregnação do léxico produtivista na linguagem social expõem a nova dinâmica de constituição da hegemonia social do toyotismo. Existe um pressuposto material que permite a disseminação

dos valores-fetiches que nascem na fábrica: a coletivização do valor que caracteriza o capitalismo tardio, ocasionando a corrosão das delimitações inscritas do espaço da produção e do espaço da circulação e da vida social. Nesse caso, a produção é posta como totalidade social, uma totalidade social que “agrega” valor. Deste modo, o discurso toyotista da produção e do produtivismo (ou do empreendedorismo universal) impregna a sociabilidade social reduzida à esfera da circulação de homens-mercadorias.

É a vida social que se *interverte* numa esfera virtual de produção de valor. A vida é *business*. A vida se torna “o capital mais precioso”. A sociedade do toyotismo é uma sociedade de produtores, isto é, sociedade do produtivismo universal, que se expressa, por exemplo, por meio do léxico de “capital humano”. Como observa Gorz, nessas condições, “a pessoa deve, para si mesma, tornar-se uma empresa.” (é o que nos sugere o título de uma revista da Editora Abril: “Você S/A”). E prossegue ele: “Ela deve se tornar, como força de trabalho, um capital fixo que exige ser continuamente reproduzido, modernizado, alargado, valorizado. Nenhum constrangimento lhe deve ser imposto do exterior, ela deve ser sua própria produtora, sua própria empregadora e sua própria vendedora, obrigando-se a impor a si mesma constrangimentos necessários para assegurar a viabilidade e a competitividade da *empresa que ela é*. Em suma, o regime salarial deve ser abolido.” (GORZ, 2005)

É claro que a idéia de que a vida é *business* é uma nova ideologia historicamente orgânica do capital, uma operação ideo-política complexa levada a cabo pelo novo regime de “acumulação flexível” sob o espírito do toyotismo, que busca ocultar as contradições candentes de capitalismo em sua etapa de crise estrutural. A verdade da ideologia é mascarar as contradições sociais.

Na medida em que a empresa enxuta elimina trabalho vivo, ela o desloca para as redes de subcontratação. A lógica da “lean production” se impõe na cadeia produtiva. A constituição de uma redundância de força de trabalho como mercadoria significa incentivar

uma nova inserção não-salarial para a massa de força de trabalho supérflua. No limite, o espírito do toyotismo nos conduz à ideologia extrema da abolição do regime salarial, cujo sonho é o mundo de prestadores de serviços, um mundo da produção constituído por uma miríade de empresas individuais de prestação de serviços individuais (o léxico do trabalhador assalariado como “colaborador” é sintoma desta interversão de posição social). Assim, a máscara do toyotismo aparece como máscara do auto-empendedorismo que se explicita nos locais de trabalho pela exigência da auto-ativação dos operadores. Ao ser projetada para o mercado de trabalho, a auto-ativação se transfigura no empreendedorismo e empregabilidade. Deste modo, existe uma afinidade eletiva entre ideologia de mercado do empreendedorismo e empregabilidade e a ideologia do produtivismo de Ohno.

Diante da lógica da “produção enxuta”, intrínseca ao espírito do toyotismo, surge a cultura da empregabilidade e do empreendedorismo. A homens e mulheres desempregados exige-se que se tornem “empresários de si próprios”. É quase que um elixir dos novos tempos para a crise do mercado de trabalho capitalista. Valoriza-se o *homo economicus* que empreende, ocultando-se, é claro, que o mercado não é para todos. O discurso do empreendedorismo, que possui inscrito em si, a lógica de darwinismo social, é um elemento-chave da pletora de *valores-fetiches*, expectativas e utopias de mercado.

A ideologia do auto-empendedorismo é a solução fictícia à crise estrutural do mercado de trabalho capitalista. Nesta ótica ideológica, cada um deverá se sentir responsável por sua saúde, por sua mobilidade, por sua adaptação aos horários variáveis, pela atualização de seus conhecimentos. Como observa Gorz, “cada um deverá gerir seu capital humano ao longo de sua vida, deverá continuar a investir em estágios de formação [para ter empregabilidade – G.A] e compreender que a possibilidade de vender sua força de trabalho depende do trabalho gratuito, voluntário, invisível, por meio do qual ele sempre poderá reproduzi-la.” (GORZ, 2005)

Ao se disseminar a ideologia do auto-empendedorismo, constituem-se elementos sócio-metabólicos da nova hegemonia social do toyotismo. A ideologia não apenas mascara as contradições sociais, mas elabora uma *nova mitologia*. Deste modo, surge o mito do auto-empendedor como o operador da auto-ativação no mercado de trabalho, que é o “colaborador” da empresa toyotista. Nesse caso, a grande firma não conserva senão um pequeno núcleo de assalariados estáveis e em período integral. O restante de “seu” pessoal, ou seja, 90% no caso das cem maiores empresas americanas, será formado de uma massa variável de colaboradores externos, substitutos temporários, autônomos, mas igualmente de profissionais de alto nível ou ainda como Ohno chama, “empresas colaboradoras”. Uma das características da organização toyotista é a *terceirização*, expressão da produção difusa. A nova empresa capitalista constitui em torno de si uma rede de subcontratações. Observa Gorz: “A firma pode se desincumbir, no que diz respeito a esses externos, de uma parte crescente do custo (do valor) de sua força de trabalho. Ela se desfaz, às expensas deles, dos custos da sua formação contínua, de seu seguro-saúde, de sua pensão. Ela compra seus serviços, negociando o preço pela tarefa ou pelo tempo ocupado, põe-nos em concorrência uns com os outros, atribui-se a possibilidade de fazer variar fortemente o volume de trabalho que lhes demanda sem se preocupar com a duração do trabalho, sem ter de conceder licenças, contratar, indenizar.” (GORZ, 2005). Os auto-empendedores, colaboradores externos, terceirizados, a miríade complexa de ocupações de prestação de serviços às firmas industriais, aparecem como os novos proletários do suposto capitalismo pós-moderno, sob o modo toyotista de organização do trabalho capitalista. Por trás do mito da nova autonomia do Você S/A, subsiste um novo tipo de estranhamento capitalista, de subsunção real do trabalho ao capital, de salariedade precária e de precariedade hipermoderna.

A nova dinâmica hegemônica do capital sob o modo toyotista de organização do trabalho não se reduz apenas à extensão da produção e da ideologia produtivista à totalidade social, isto é, a vida é *business* e o mito do auto-empresendedor. O movimento contrário também é verdadeiro: o espaço do local do trabalho e da produção propriamente dita se impregna do discurso do mercado como instância reguladora da vida social. Se toda atividade vital deve tornar-se um negócio, todo negócio deve tornar-se atividade vital, isto é, a empresa tende a tornar-se um imenso mercado, instância de intercâmbio vital, constituída por grupos de trabalho que prestam serviço uns aos outros, que colaboram entre si, e em que onde se ocultam os interesses antagônicos entre capital e trabalho assalariado. Como diz Marx, “o que aqui reina é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade...” Por isso que na ótica da empresa toyotista, no local de trabalho, todos passam a ser “colaboradores” ou mesmo “clientes”, supostamente pessoas livres, juridicamente iguais. Diz ainda Marx, “o único poder que os junta e leva a um relacionamento é o proveito próprio, a vantagem particular, os seus interesses privados.” (MARX, 1996)

A nova linguagem toyotista, que semeia o gerenciamento pós-moderno, que expressa a visão neoliberal do futuro do trabalho, expõe o intenso fetichismo da mercadoria que impregna a esfera da produção. Como toda ideologia historicamente orgânica, ela é uma nova mitologia do trabalho estranhado. Sob o capitalismo tardio, a reestruturação produtiva é também *cum grano salis*, uma *reestruturação sócio-reprodutiva* com as inovações sócio-metabólicas sendo, ao lado das inovações tecnológicas e inovações organizacionais, uma das dimensões compositivas do novo complexo de reestruturação produtiva.

É claro que, por um lado, a extensão da instância produtiva, a “produção como totalidade social”, expõe a constituição de uma sociedade do trabalho cada vez mais social, no sentido da divisão social do trabalho e do trabalho socializado. Entretanto, sob o

modo de produção capitalista, que é a sociedade do trabalho estranhado, o tempo de vida social tende a ser dilacerado pelo tempo de trabalho. Produção do capital é produção destrutiva. Por isso, na medida em que a produção se põe como totalidade social, instauram-se, por outro lado, as condições sócio-materiais para a barbárie social. Num ensaio apologético, o Manifesto dos Planetários, Pierre Lévy observa de modo mais eloqüente: “A partir de então, todo o mundo faz comércio (...). Todo mundo estará constantemente ocupado fazendo *business* com tudo: sexualidade, casamento, procriação, saúde, beleza, identidade, conhecimentos, relações, idéias, etc (...) Nós já não sabemos muito bem quando trabalhamos e quando não trabalhamos. Nós estaremos constantemente ocupados em fazer todos os tipos de negócios (...) Mesmo os assalariados serão empreendedores individuais, gerindo suas carreiras como a de uma pequena empresa (...), prontos a se conformarem às exigências das novidades. A pessoa se torna um empreendimento (...) Não há mais família nem nação que importe.” (LÉVY, 2000b)

Como toda mitologia social, há certa dose de exagero (e mistificação) na apreensão desta tendência de desenvolvimento do capitalismo global, sob o modo toyotista de organização do trabalho capitalista. Mas ela expõe um circuito ideológico de construção de uma nova hegemonia do capital na produção e na vida social. É um construto sinistro que ignora a precariedade e a contingência do novo mundo do trabalho do capitalismo global. Ela ignora o dado crucial de que os supostos empreendedores independentes estão subsumidos (e subordinados) às grandes corporações capitalistas, que os submetem aos ciclos incertos dos negócios e ao acaso do jogo do mercado; e que os clientes aos quais os auto-empreendedores vendem seus serviços são eles próprios individualidades de classe, imersos na precariedade e submetidos ao espectro da insolvência.

No plano sócio-metabólico, o acirramento do fetichismo da mercadoria por meio da mercantilização universal, que Pierre Lévy expõe de forma apologética, possui uma

função sistêmica. Ele tende a evitar que a *crise de não-adequação* entre forma material (a riqueza de possibilidades objetivas de desenvolvimento humano-genérico aberta pelo processo civilizatório) e forma social do capital (as relações sociais baseadas na apropriação privada do trabalho socializado), que assume hoje dimensões extremas, converta-se em crise irremediável de dominação burguesa (o que já ocorre em alguma medida).

Por outro lado, a ampliação do “nexo produtivo” às instâncias sócio-reprodutivas expõe a coletivização do trabalho sob a forma estranhada e invertida do *trabalho abstrato*, perceptível, por exemplo, pelas tênues linhas de delimitação entre tempo de trabalho e tempo de vida e entre espaço do empreendimento capitalista e o espaço doméstico. O processo de mercantilização universal, incentivado pelas políticas neoliberais dos últimos trinta anos e a exacerbação do trabalho abstrato, por conta da explosão da produtividade do trabalho, constituem a base formal-material para as alterações do espaço-tempo na sociedade do capital. Ora, o toyotismo tende a aproveitar-se destas mutações orgânicas do capitalismo tardio para instaurar sua nova (e precária) hegemonia social.

4. 4 Juventude e inovações sócio-metabólicas do capital

Ao se discutir o processo de reestruturação produtiva do capital tem-se tratado muito pouco das metamorfoses geracionais que ocorrem nos locais de trabalho das grandes empresas. No decorrer deste capítulo, procuramos demonstrar que a reestruturação produtiva do capital não se restringe meramente a inovações tecnológico-organizacionais, mas também a inovações sócio-metabólicas. A destruição (e reconstituição) de coletivos de trabalho nas grandes empresas, compostos por operários e empregados de determinada faixa etária com determinado acervo de experiências de vida e de luta de classes e portadores de determinados valores morais e sociais de um tempo passado, é um dos elementos materiais

pressupostos das inovações sócio-metabólicas. É pela renovação geracional do trabalho vivo nas empresas que o capital sedimenta espaços de “captura” da subjetividade do trabalho. Um dos instrumentos da renovação geracional dos coletivos de trabalho das grandes empresas, utilizado menos como estratégia de redução salarial e mais no sentido de quebrar o protagonismo do trabalho e abrir espaços de “captura” da subjetividade, são os programas de demissão voluntária (PDV), utilizados com claro sentido de “reciclar” gerações nos ambientes de trabalho. Muitas empresas evitam as demissões em massa, devido ao impacto estressante nos locais de trabalho e utilizam os programas de demissão voluntária, visando a expelir contingentes de operários e empregados incapazes de compor o perfil do novo “homem produtivo, aberto aos novos ideais de produtividade e desempenho, ou herdeiros de experiências vividas de luta de classes. É claro o sentido ideológico do “voluntariado” que, em última instância, procura “culpabilizar” as vítimas. Além disso, há o mito da “demissão voluntária” que, muitas vezes, não é nem um pouco...voluntária. Portanto, o processo de reestruturação produtiva é, deste modo, um processo de reestruturação das gerações de trabalhadores que constituem os coletivos de trabalho nas empresas. O “transformismo” do contingente etário de uma empresa é um dos aspectos que tende a contribuir para a “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital. Tem ocorrido uma mudança conceitual nos sistemas de recrutamento das empresas, que procuram empregar jovens cursando ensino superior ou recém-egressos das Faculdades de Administração de Empresas e Economia, inculcados nos valores, expectativas e utopias de mercado, e, portanto, mais dispostos a “colaborar” com as metas do novo capitalismo flexível.

No livro “A Corrosão do caráter”, Richard Sennet trata do *problema geracional* do novo capitalismo. É pelo contraste das experiências de vida e de trabalho de um pai, Enrico e do seu filho Rico, que Sennet expõe os impactos do novo capitalismo sobre o caráter das pessoas. O primeiro capítulo do livro se intitula “Deriva”. O jovem Rico ainda

possui laços com os valores do metabolismo social fordista que o vinculam ao pai. Talvez os netos de Rico não possuirão os laços ou vínculos afetivo-sociais com os valores do fordismo. Assim, Rico ainda pertence a uma geração de transição, que está à *deriva*, pois, como salienta Sennet, é uma geração que não pertence mais ao passado fordista, mas que ainda não está totalmente submersa na nova temporalidade do capitalismo flexível. O jovem Rico ainda preserva laços afetivos, com os pais e a família, com um passado problemático. Assim, o jovem Rico vive sua angústia, pois *não* consegue educar seus filhos como o pai o educou. Ele vive a tragédia das “gerações de transição” num mundo social em mudanças. Enfim, a “geração de transição” é a geração que aceita a mudança, mas que mantém ainda uma margem de *estranhamento* (o que Sennet irá chamar de “*deriva*”) (SENNET, 1998)

A reestruturação geracional dos coletivos de trabalho coloca, como um aspecto importante do dispositivo de “captura” da subjetividade do trabalho, o *esquecimento de experiências passadas*, o apagar de memória de lutas e resistências e a construção ideopolítica de um novo mundo de colaboração e de consentimento com os ideais empresariais. A nova geração de trabalhadores possui uma maior disposição de incorporar a linguagem empresarial, em que o trabalhador deixa de ser “operário” e “empregado” e torna-se “colaborador”. Ao mudar a *linguagem*, elemento crucial do metabolismo social, o capital constitui um novo universo locucional adequado ao admirável mundo novo da colaboração de classe. Instaura-se, aos poucos, uma nova percepção do espaço-tempo social adequada à nova conjuntura histórica de reação ideopolítica. Desde meados de 1970, o sistema global do capital é atingido por uma “contra-revolução cultural”. A queda do Muro de Berlim e a implosão da URSS, as políticas neoliberais de desregulamentação e flexibilização, a liberalização comercial e a concorrência exacerbada no mercado mundial, o *boom* das novas tecnologias de comunicação e informação e a Internet aparecem como “fatos metafísicos”, que parecem dar plena legitimidade à ideologia da mudança empresarial. Por trás do “tempos

de mudanças”, aos quais todos devem se adaptar, ocultam-se a extinção de experiências passadas e a destruição da memória social. Foi o turbilhão social, político e cultural que “legitimou” o complexo de reestruturação produtiva do capital, criando a base psicossocial da “captura” da subjetividade do trabalho como novo modo de controle social do capital. A constituição dos novos coletivos de trabalho vivo e a nova linguagem, com seus valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado, atingem com mais intensidade, o espaço de sociabilidade da juventude trabalhadora. Os sindicatos de trabalhadores, com suas políticas de viés propositivista, tendem-se a se adaptar, nas últimas décadas, às contingências da novo sócio-metabolismo do capital.

Capítulo 5

A “Captura” da Subjetividade

Nexo psicofísico e novo panoptismo

O processo de precarização do trabalho no capitalismo global atinge a *objetividade* e a *subjetividade* da classe dos trabalhadores assalariados. O eixo central dos dispositivos organizacionais (e institucionais) das inovações organizacionais do novo complexo de reestruturação produtiva é a “captura” da subjetividade do trabalho pela lógica do capital. É a constituição de um novo nexo psicofísico capaz de moldar e direcionar ação e pensamento de operários e empregados em conformidade com a racionalização da produção. Os dispositivos organizacionais do novo modelo de gestão (*just-in-time/kan-ban, kaizen, CCQ, etc*), mais do que as exigências da organização industrial do fordismo-taylorismo, sustentam-se no *envolvimento* do trabalhador com tarefas da produção em equipe ou jogos de palpites para aprimorar os procedimentos de produção.

A organização toyotista do trabalho capitalista possui uma densidade manipulatória de maior envergadura. Na nova produção do capital, o que se busca “capturar” não é apenas o “fazer” e o “saber” dos trabalhadores, mas a sua disposição intelectual-afetiva, constituída para cooperar com a lógica da valorização. O trabalhador é encorajado a pensar

“pró-ativamente” e a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam (o que tende a incentivar, no plano sindical, por exemplo, estratégias neocorporativas de cariz propositivo).

Na empresa toyotizada cria-se um ambiente de desafio contínuo, em que o capital não dispensa, como fez o fordismo, o “espírito” do trabalhador. É claro que o operário na linha de montagem da fábrica fordista, pensava, inclusive em demasia. Como salientou Antonio Gramsci, sob o fordismo, “...o operário continua ‘infelizmente’ homem e, inclusive [...] durante o trabalho, pensa demais ou, pelo menos, tem muito mais possibilidade de pensar, principalmente depois de ter superado a crise de adaptação. Ele não só pensa, mas o fato de que o trabalho não lhe dá satisfações imediatas, quando compreende que se pretende transformá-lo num gorila domesticado, pode levá-lo a um curso de pensamentos pouco conformistas”. (GRAMSCI, 1984) Henry Ford tinha consciência de que operários não eram “gorilas domesticados”. Por isso, procurava resolver o dilema da organização capitalista da produção em massa por iniciativas “educativas” extra-fábrica.

O toyotismo, pelo contrário, por meio da recomposição da linha de produção, com seus vários protocolos organizacionais (e institucionais), procura “capturar” o pensamento do trabalhador, operário ou empregado, integrando suas iniciativas afetivo-intelectuais nos objetivos da produção de mercadorias. É por isso que, por exemplo, a *auto-ativação* centrada sobre a polivalência, um dos nexos contingentes do toyotismo que salientamos no capítulo 2, é uma iniciativa “educativa” do capital; é, entre outros, um mecanismo de integração (e controle) do trabalho à nova lógica do complexo produtor de mercadorias (CORIAT, 1994). O que significa que, se no fordismo o trabalhador na linha de montagem, executando tarefas monótonas e repetitivas, pensava demais, ou como disse Gramsci, “tem muito mais possibilidade de pensar” (o que poderia levá-los “a um curso de pensamento pouco conformista”), sob o toyotismo, o trabalhador pensa e é obrigado a pensar muito mais, mas colocando a inteligência humana a serviço do capital.

Se no modo de organização fordista do trabalho tínhamos uma integração “mecânica” do trabalhador ao sistema de máquinas do capital, no toyotismo temos uma integração “orgânica”, que pressupõe, portanto, um novo perfil do trabalhador assalariado central (RAVELLI, 1995). Deste modo, a questão do nexos psicofísico, salientado por Gramsci em “Americanismo e fordismo”, aparece como sendo a “captura” da subjetividade do trabalho. Nesse caso, o toyotismo reconstitui, sob novas condições sócio-técnicas (e culturais), o *trabalhador coletivo*, uma das primeiras inovações capitalistas.

O toyotismo instaura o que Ruy Fausto denominou a *subordinação formal-intelectual (ou espiritual) do trabalho ao capital*. É o novo nexos psicofísico da produção capitalista que torna mais intensa a unidade orgânica entre ação e pensamento no interior da produção capitalista. Por exemplo, a constituição das equipes de trabalho e a empresa em rede são manifestações concretas deste novo trabalhador coletivo como força produtiva do capital. Por outro lado, o capital exige do operário ou empregado, no curso da produção de mercadorias, cada vez mais, suas habilidades afetivo-comunicacionais necessárias para a consecução das redes informacionais que constituem as equipes de trabalho e o trabalho em rede. Na verdade, a vigência do trabalho imaterial explicita tão-somente o novo trabalhador coletivo sob o espírito da “integração orgânica” do toyotismo. Entretanto, o que é integração “orgânica” para o capital, unidade orgânica de pensamento e ação no local de trabalho, é expressão de “fragmentação sistêmica” para a classe (e consciência de classe) dos trabalhadores assalariados e para seus estatutos salariais (com a constituição de um precário mundo do trabalho pela proliferação de contratos de trabalho temporários e do trabalho atípico).

Em plena época da nova maquinaria microeletrônica de informação e comunicação e do arcabouço em rede informacional, o capital continua dependendo, mais do que nunca, da destreza manual e da subjetividade do coletivo humano (ou do que alguns

autores chamam de “inteligência coletiva”), como elementos essenciais do complexo de produção de mercadorias (LEVY, 1998). Ora, enquanto persistir a presença do *trabalho vivo* no interior da produção de mercadorias, o capital possuirá, como atributo de si mesmo, a necessidade persistente de instaurar mecanismos de integração (e controle) do trabalho e de administração de empresas, além, é claro, de procurar dispersar os inelimináveis momentos de antagonismo (e contradição) entre as necessidades do capital e as necessidades do trabalhador assalariado enquanto trabalho vivo e ser humano genérico.

Temos utilizado a expressão “captura” da subjetividade do trabalho para caracterizar o nexos essencial que garante o modo de organização toyotista do trabalho capitalista. É um novo e intenso nexos psicofísico no trabalhador que busca adaptá-lo aos novos dispositivos organizacionais do Sistema Toyota de Produção. O capital busca reconstituir algo que era fundamental na manufatura, o velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado: a *participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalho*, ou seja, aquilo que Frederick Taylor com sua OCT (Organização Científica do Trabalho) buscava romper e o fordismo implementou com a linha de montagem e a especialização dos operadores. Enfim, a empresa toyotista busca hoje mobilizar *conhecimento, capacidades, atitudes e valores* necessários para que os trabalhadores possam intervir na produção, não apenas produzindo, mas agregando valor. Eis o significado da “captura” da subjetividade do trabalho.

O espírito do toyotismo está inscrito, por exemplo, no discurso da nova pedagogia que traduz em seu léxico elementos do novo nexos psicofísico (saber-fazer, saber usar e saber comunicar). Exige-se, deste modo, um novo nexos psicofísico do trabalho pelo qual o indivíduo é educado para atuar competitivamente. Aliás, o discurso de Ohno sobre a auto-ativação, que discutimos no capítulo 2, é a tradução literal do processo de ensino-aprendizagem no local de trabalho.

É importante destacar que, ao dizermos “captura” da subjetividade, colocamos “*captura*” entre aspas para salientar o caráter problemático da operação de captura, ou seja, a captura *não* ocorre, *de fato*, como o termo poderia supor. Estamos lidando com uma operação de produção de consentimento ou unidade orgânica entre pensamento e ação que *não* se desenvolve de modo perene, sem resistências e lutas cotidianas. Enfim, o processo de “*captura*” da subjetividade do trabalho vivo é um processo intrinsecamente contraditório e densamente complexo, que articula mecanismos de coerção/consentimento e de manipulação não apenas no local de trabalho, por meio da administração pelo “olhar”, mas nas instâncias sócio-reprodutivas, com a pletora de valores-fetiches e emulação pelo medo que mobiliza as instâncias da pré-consciência/inconsciência do psiquismo humano.

Por outro lado, o processo de “captura” da subjetividade do trabalho como inovação sócio-metabólica tende a dilacerar (e estressar) não apenas a dimensão física da corporalidade viva da força de trabalho, mas sua dimensão psíquica e espiritual (que se manifesta por sintomas psicossomáticos). O toyotismo é a administração *by stress*, pois busca realizar o impossível: a unidade orgânica entre o *núcleo humano*, matriz da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalho como atividade significativa, e a *relação-capital* que preserva a dimensão do trabalho estranhado e os mecanismos de controle do trabalho vivo.

A irrupção da acumulação flexível de cariz toyotista que ocorre com mais intensidade nos *loci* mais dinâmicos de acumulação de capital, *não* tende a amenizar (ou extinguir) a luta de classes e os conflitos entre capital e trabalho no interior da produção. Pelo contrário, eles tendem a agudizar-se e a se deslocar para dimensões “invisíveis” do cotidiano e do trabalho. A luta de classes, em seu aspecto contingente, se expressa por micro-resistências e simulações ocultas do trabalho vivo contra o novo patamar de exploração da força de trabalho. A crise de sindicatos e partidos trabalhistas, “intelectuais orgânicos” da classe, expressam, em parte, as dificuldades de as instituições políticas (e sindicais) enfrentarem a

“guerra de posição” que ocorre no campo da subjetividade das individualidades de classe do trabalho.

5.1 Administração *by panopticum*

No livro “Pensar pelo avesso”, Benjamin Coriat observa que um dos fundamentos do método Toyota é “Administrar com os olhos”. De certo modo, o toyotismo não rompe com a lógica de controle e de racionalização do trabalho vivo que surge com a grande indústria. Pelo contrário, ele as torna mais sofisticadas, inclusive incorporando a seu modo, o espírito do panopticismo. O *panóptico*, idéia do utilitarista Jeremy Bentham no século XIX, era um projeto arquitetônico de instituições disciplinares que utilizam o olhar como instrumento de controle. A idéia do panóptico, idealizada por Bentham para ser utilizada em presídios, surgiu a partir de experimentos nas fábricas russas no começo do século XIX (PERROT, 2000).

Ora, sob o toyotismo, a “captura” da subjetividade do trabalho pressupõe controle do trabalho do vivo por meio do “olhar que perscruta” o interior da alma humana. Diz Bentham: “Estar insistentemente diante dos olhos de um inspetor é perder de fato o poder de fazer o mal e quase a idéia de desejá-lo.” (BENTHAM, 2000). No entanto, com o toyotismo, a figura do *inspetor* não está lá fora, mas sim *introjetada* nos operários e empregados. É o sentido da “captura” da subjetividade traduzida na figura do “inspetor interior” que perscruta, com seu olhar, as tarefas do trabalho de si e dos outros. O operário ou empregado torna-se *patrão de si mesmo* e dos outros. Como observou Antunes, “a sujeição do ser que trabalha ao ‘espírito’ Toyota, à ‘família’ Toyota, é de muito maior intensidade, é *qualitativamente* distinta daquela existente na era do fordismo. Esta era movida centralmente por uma lógica mais despótica; aquela, a do toyotismo, é mais consensual, mais envolvente,

mais participativa, em verdade mais manipulatória.” E, mais adiante, desvela com argúcia, a particularidade concreta do método Toyota: “O estranhamento próprio do toyotismo é aquele dado pelo “envolvimento cooptado” que possibilita ao capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho. Este, na lógica da integração toyotista, deve pensar e agir para o capital, para a produtividade, sob a aparência da eliminação efetiva do fosso existente entre elaboração e execução no processo de trabalho”. (ANTUNES, 1995).

Ao buscar constituir um novo nexos psicofísico nos operários e empregados, a unidade orgânica entre pensamento e ação, Henry Ford e Taiichi Ohno sabiam da necessidade que o novo aparato produtivo tinha de novos gestos, posturas corporais, manuseios, etc. Enfim, como Gramsci observou com genialidade em “Americanismo e fordismo”, as crescentes modificações no trabalho levam a um contínuo redimensionamento do agir individual/coletivo dos homens, o que significa um nexos psicofísico em que a atividade mental deve ter uma relação orgânica com aquilo que se exterioriza na forma da ação concreta. Enfim, para que a organização produtiva possa se manter, o indivíduo deve ser capaz de *significar* aquilo que realiza. Por isso, as inovações sócio-metabólicas com a plethora de valores-fetiches e a tempestade de ideologias de mercado são de fundamental importância para a consolidação do toyotismo como novo modelo produtivo do capital. As *ideologias* são o substrato de força e consenso do nexos psicofísico. Mais do que no fordismo, o toyotismo exige um tipo específico de homem possuidor de uma estrutura de gestos e pensamento.

Gramsci observa que a taylorização e fordização iriam exigir valores disciplinares e metódicos que iriam se expressar por meio da repressão/regulamentação dos instintos sexuais. A preocupação com a questão da sexualidade, que remete à dimensão oculta da pré-consciência e da inconsciência, fez com que inspetores da Ford “invadissem” a vida privada dos operários por extensiva investigação. Como observa Ruiz, “Gramsci intui, longe de ser uma preocupação de ordem meramente religiosa ou fortuita, que essa ação tinha

objetivos educativos: inculcar uma nova ética sexual em conformidade com a nova ética produtiva” (RUIZ, 1998).

Ora, o fordismo, mais que o toyotismo, é uma *concepção de mundo* e uma *filosofia* que visava a interferir concretamente nos comportamentos humanos, moldando-os e direcionando-os. O instinto sexual tem que ser regulado em conformidade com a racionalização da produção porque a libido é a energia psíquica que organiza as disposições psicofísicas do trabalho vivo. Em sua época, Gramsci percebeu duas tentativas de criar um novo homem produtivo em consonância com a exigência de organização e programação econômica de que o capitalismo necessitava para continuar como sistema economicamente viável: o Americanismo e o processo de militarização das fábricas implementadas por Trotsky na União Soviética. Henry Ford e Leon Trotsky percebiam a necessidade de transformação de comportamentos e hábitos, visando a adaptação a necessidades históricas concretamente colocadas ou “adequar os costumes às necessidades do trabalho” (GRAMSCI, 1985).

Mas enquanto o projeto de modernização implementado por Trotsky assumia, segundo Gramsci, a forma de bonapartismo, da coerção unilateral, gerando resistências nos indivíduos, o Americanismo buscava transformar a coerção unilateral em persuasão, significando que os indivíduos percebessem o significado intrínseco nos gestos que realizavam e não apenas “obedecessem ordens”. O americanismo e fordismo implica, deste modo, uma “captura” da subjetividade do trabalho ou a constituição de um nexos psicofísico necessário entre pensamento e gesto. Segundo Gramsci, foram as ideologias puritanas que deram o caráter de persuasão e consenso à coerção exercida pelo controle dentro das fábricas. Por outro lado, faltou a Trotsky, imbuído pelo “espírito russo”, a articulação da militarização a um processo de “militarização interna”, a constituição de uma disciplina que pudesse ser transformada em auto-disciplina (é claro que a situação da Rússia de 1918 no plano sócio-cultural era bastante diferente dos Estados Unidos da América ou da Itália).

Ora, o americanismo e fordismo tratavam da constituição de uma *cultura industrial*, o que não é o caso do toyotismo que surge no interior de sociedades industriais plenamente desenvolvidas. O que se coloca *não* é apenas a constituição de uma disciplina ou auto-disciplina, mas de *atitudes pró-ativas* de comportamento capazes de significar a participação ativa da inteligência, da fantasia e da iniciativa do trabalho (o que não era exigido no fordismo-taylorismo). Por isso, a “captura” da subjetividade do toyotismo é *qualitativamente diferente* da “captura” da subjetividade adotada pelo fordismo-taylorismo. O olhar do “inspetor interior” que perscruta a subjetividade do trabalho vivo é mais envolvente e mais manipulatória porque penetra no âmago das instâncias da pré-consciência e do inconsciente.

O panóptico de Bentham era uma idéia arquitetural que exigia uma determinada *organização do espaço* e o *olhar de um inspetor externo* como o princípio da coerção unilateral. O panopticismo tornou-se o princípio de controle das instituições disciplinares do capital, capaz de automatizar e desindividualizar o poder. A administração *by panopticum* do fordismo, apesar de buscar um nexos psicofísico capaz de adequar operários e empregados para a disciplina da vida industrial, no plano da organização do trabalho, ainda preservava as atitudes maquinais e automáticas e o princípio da coerção unilateral. Como observou Gramsci, o fordismo-taylorismo tendia a “reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal” (GRAMSCI, 1984)

É com o toyotismo que surge a necessidade da constituição de um novo nexos psicofísico no local de trabalho, capaz de ir além das meras atitudes maquinais e automáticas de operários e empregados. O método Toyota exige deles inteligência, fantasia e iniciativa em operações produtivas. Nesse caso, os meios coercitivos externos, a disciplina e a ordem na produção *não* são suficientes para reconstituir o velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado rompido pelo fordismo-taylorismo. Torna-se importante, para

alcançar novos ganhos de produtividade, o envolvimento estimulado por instâncias mediadoras que iremos salientar adiante (formas de remunerações flexíveis e o trabalho em equipe). Por isso, é preciso reconstituir e repor, sob novas condições, os elementos do panopticismo.

O novo modelo produtivo exige uma arquitetura de controle do metabolismo social do capital de novo tipo. Primeiro, pela *reordenação espaço-temporal*, tanto do trabalho quanto da vida social. A *extensão* da produção (e do *discurso* da produção) para a totalidade social e, por outro lado, a *redução* da vida social à lógica da produção do capital são um modo de reordenação espaço-temporal do controle sócio-metabólico do capital que nasce na fábrica. Segundo, pela interversão do “inspetor externo” em “*inspetor interno*” que manipula as instâncias da subjetividade (pré-consciência e inconsciente) por meio de valores-fetiches. A administração *by panopticum*, instaurada pelo toyotismo, está menos no olhar perscrutador externo do capital, que *não* desaparece, é claro, apesar de estar *menos visível* e, inclusive, *pelo avesso* (como o olhar perscrutador dos companheiros de trabalho) e mais no olhar perscrutador interno dos valores-fetiches e consentimentos espúrios.

A idéia de “captura” da subjetividade implica, por um lado, a constituição de um *processo de subjetivação* que articula instância da produção e instância da reprodução social. Por outro lado, o processo de expropriação/apropriação da riqueza complexa da subjetividade humana, que surge nas condições históricas do processo civilizatório tardio, exige um aprimorado mecanismo de manipulação social.

Foi com lucidez que Lukács iria denominar o capitalismo tardio de “capitalismo manipulatório”, pois a instância da manipulação social tornar-se-ia crucial para a produção e reprodução social. Na verdade, desde que, segundo ele, a exploração da classe operária passa cada vez mais da exploração através da mais-valia absoluta para a que se opera através da mais-valia relativa, se põe o sistema de manipulação do capital, tendo em vista que

é possível um aumento da exploração ao lado de um aumento do nível de vida do trabalhador. Com a produção do capital através da mais-valia absoluta, a produção é apenas formalmente subsumida ao capital. É só com a produção da mais-valia relativa que a subsunção da produção sob as categorias do capitalismo surge, coisa que constitui uma característica específica da nossa época. Lukács observa que, deste modo, altera-se o problema da alienação. Diz ele: “No tempo em que Marx escrevia os *Manuscritos Económicos e Filosóficos*, a alienação da classe operária significava imediatamente um trabalho opressivo em um nível quase animal. Com efeito, a alienação era, em certo sentido, sinônimo de desumanidade. Exatamente por este motivo a luta de classes teve por objetivo, por décadas, garantir, com reivindicações adequadas sobre salário e sobre o tempo de trabalho, o mínimo de uma vida humana para o trabalhador [...] Agora, em certo sentido, a questão se modificou; só em certo sentido, naturalmente. [...] A mais-valia absoluta não morreu, simplesmente não desempenha mais o papel dominante; aquele papel que desempenhava quando Marx escrevia os *Manuscritos Económicos e Filosóficos*. Ora, o que daí decorre? Que um novo problema surge no horizonte dos trabalhadores, isto é, o problema de uma vida plena de sentido.” (HOLZ, KOFLER, ABENDROTH, 1969) Lukács ressalta o caráter contraditório do capitalismo tardio. Segundo ele, “hoje, com uma semana de cinco dias e um salário adequado, podem já existir as condições indispensáveis para uma vida cheia de sentido”. Entretanto, a manipulação impede que possamos ter no interior do sistema do capital “uma vida cheia de sentido.” Na medida em que o capital na época de sua crise estrutural intensifica a manipulação, não apenas no consumo mas no local de trabalho, ela se torna obstáculo ao desenvolvimento do ser genérico do homem. Diz o filósofo húngaro: “Aquela manipulação que vai da compra do cigarro às eleições presidenciais ergue uma *barreira no interior dos indivíduos entre a sua existência e uma vida rica de sentido*” (o grifo é nosso) (HOLZ, KOFLER, ABENDROTH, 1969). Esta “barreira no interior dos indivíduos entre a sua existência e uma

vida rica de sentido” é o que Lukács iria denominar na “Ontologia do Ser Social”, o *estranhamento*, a forma de ser da alienação no capitalismo tardio (LUKÁCS, 1981). E prossegue ele: “Com efeito, a manipulação do consumo não consiste, como se pretende oficialmente, no fato de querer informar exaustivamente os consumidores sobre qual é o melhor frigorífico ou a melhor lâmina de barbear; o que está em jogo é a questão do controle da consciência” (HOLZ, KOFLER, ABENDROTH, 1969)

O que Lukács constata é que surge um modo particular de manipulação que “controla a consciência” – ou diríamos nós, a subjetividade – e que, segundo ele, “afasta o homem que trabalha do problema de como poderia transformar seu tempo livre em *otium*, porque o consumo lhe é instilado sob a forma de uma superabundância de vida com finalidade em si mesma, assim como na jornada de trabalho de doze horas a vida era ditatorialmente dominada pelo trabalho.” (HOLZ, KOFLER, ABENDROTH, 1969)

E a manipulação não atinge apenas o consumo, como constata Lukács, alienando o homem que trabalha do problema de como transformar seu tempo livre em *otium*, tendo, deste modo, uma vida plena de sentido. Ela atinge a própria atividade do trabalho em que “a ciência do trabalho e a assistência psicológica do trabalhador”, segundo ele, “têm por finalidade tornar aceitável por meio da manipulação, a tecnologia capitalista, ao invés de criar, ao contrário, uma tecnologia capaz de transformar o trabalho numa experiência digna de ser vivida pelo trabalhador.” (HOLZ, KOFLER, ABENDROTH, 1969)

Ora, a intensa densidade manipulatória do capitalismo global, seja na instância do consumo, seja na instância da produção propriamente dita, atinge a subjetividade do trabalho vivo, impedindo que se possa despertar no homem necessidades reais do desenvolvimento da personalidade. Pelo contrário, a manipulação que impede a verdadeira autonomia da personalidade constitui a “subjetividade pelo avesso”, a “subjetividade em desefetivação”, atingida pelo estresse, imersa nesta implicação contraditória da relação-capital. O “núcleo humano” da subjetividade do trabalho está afetado por uma das principais

contradições da civilização do capital nesta etapa de desenvolvimento histórico, isto é, a contradição objetiva entre o alto nível de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, que poderiam libertar o homem do trabalho heterônomo, transformando seu tempo livre em otium, contribuindo para o desenvolvimento de suas faculdades físicas e espirituais, e as relações capitalistas de produção da vida social, que aprisionam o homem, seja através da transformação do tempo de vida como tempo de trabalho estranhado ou tempo de trabalho negado como atividade prática significativa; ou através da transformação do tempo de vida como tempo de consumo fetichizado, “sob a forma de uma superabundância de vida com finalidade em si mesma” (Lukács).

5. 2 Elementos mediativos da “captura” da subjetividade

O que nos interessa destacar, neste momento, são as *mediações* da organização do trabalho capitalista que contribuem para a “captura” da subjetividade pelo capital, isto é, os mecanismos de contrapartida salarial (as novas formas de pagamento) e de gestão da organização do trabalho (o trabalho em equipe). que sedimentam os consentimentos espúrios. Os elementos mediativos da “captura” da subjetividade do trabalho no processo de produção do capital sob o toyotismo devem ser apreendidos em seus *vínculos orgânicos* com os *valores-fetiches* e disposições subjetivas que surgem no sócio-metabolismo da barbárie.

No capítulo 4 salientamos que o espírito do toyotismo tem-se disseminado não apenas na produção do capital, mas nas instâncias sócio-reprodutivas que estão envolvidas diretamente na construção do novo modo de subjetivação estranhada. Ao lado das inovações técnico-organizacionais do complexo de reestruturação produtiva, desenvolvem-se inovações sócio-metabólicas. Essas inovações sócio-metabólicas dizem respeito ao cultivo sistemático e intenso de valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado, disseminados,

em geral, pelo aparato midiático e sócio-reprodutivo do capital. O universo locucional é tomado, por exemplo, pelas palavras-chave de competência, empregabilidade e empreendedorismo. A apreensão da “globalização” como “destino” civilizatório, à qual devemos meramente nos adaptar torna-se senso comum dos discursos das inovações empresariais. Por isso, a “captura” da subjetividade do trabalho pela lógica do capital tende a ocorrer no campo da reprodução social, com *valores-fetiches* e disposições sócio-metabólicas que sedimentam os consentimentos espúrios.

A sociedade do desemprego e da *precarização* do trabalho (informalização e degradação do estatuto salarial) constitui o que podemos denominar de *afetos do sócio-metabolismo da barbárie* (novas formas de estranhamento e de fetichismo social e a constituição da subjetivação pelo medo). Nestas condições sócio-históricas específicas, tendem a exacerbar-se a individualidade de classe e o império da contingência salarial. De certo modo, a sociabilidade neoliberal, com seus valores, expectativas e sonhos de mercado e mais, com a exacerbação do fetichismo da mercadoria, tem contribuído para sedimentar os consentimentos dos trabalhadores assalariados às novas “metas” da produção toyotista. É claro que estamos diante de um processo contraditório de construção de nova hegemonia do capital na produção, envolvendo nexos geracionais que tendem a resistir, mais ou menos, às novas implicações subjetivas do toyotismo.

1. Novas formas de pagamento

A estratégia clássica de “captura” do consentimento do trabalhador utilizada pelo método toyota de produção era a emulação individual por estruturas estimulantes dos mercados internos e das carreiras vitalícias no interior das grandes empresas. Entretanto, com a mutação das contrapartidas toyotistas, a emulação individual no *locus* fabril ocorre hoje,

principalmente, pelos *novos sistemas de pagamento*. Por exemplo, além do salário por antiguidade, surgem os bônus de produtividade ou participação nos lucros e resultados (ou PLR). No caso do capitalismo japonês, por exemplo, Ben Watanabe descreve a matriz motivacional inscrita nos sistemas de pagamento do toyotismo clássico. Diz ele: “[...] o sistema de pagamento japonês é caracterizado pelo sistema de ‘*seniority*’ (antiguidade na empresa) e pelo sistema de bônus bianual. O ‘*seniority*’ estimula o trabalhador a permanecer no serviço em uma mesma companhia, e também a amoldar-se à filosofia do ‘*living wage*’ e ‘*family wage*’. O sistema de bônus bi-anual funciona como um meio de ajustar o pagamento às condições do negócio e, também, em curto prazo, de premiar a ‘*performance*’ individual dos trabalhadores. Não somente a promoção para os mais altos postos, mas também o aumento salarial anual dos trabalhadores e a bonificação são determinados, tomando como base a avaliação do desempenho individual, embora o nível médio das taxas de pagamento aumente, e os bônus sejam fixados através de barganha coletiva.” (WATANABE, 1993).

Além do sistema de pagamento, existe um sistema de avaliação de desempenho que incentiva o espírito de competição entre operários e empregados: “Enquanto o emprego e o sistema de pagamento motivam os trabalhadores a serem ‘leais’ ou ‘devotados’ às suas companhias, e o trabalho dá aos trabalhadores um sentimento de segurança, o sistema de avaliação de desempenho inspira-os com o espírito de competição. Uma vez que a cooperação e a comunicação com os companheiros de trabalho são altamente valorizadas na avaliação, a competição entre eles não pode ser individualista e prejudicar o trabalho em equipe (WATANABE, 1993).

Na ótica do capital, o essencial é instaurar, por um lado, um elo direto entre o desempenho do negócio e o comportamento dos operários ou empregados. No caso da Toyota, como observou Coriat (1994), às vezes um bônus salarial, ou o que conhecemos no Brasil como a Participação em Lucros e Resultados (PLR), corresponde a um terço do salário

anual. Mas, o sistema de bônus pode ser reduzido e até eliminado, se a empresa tiver uma baixa *performance*.

É preciso salientar que utilizar o incentivo salarial como modo de “gerenciar” o comportamento operário e elevar a produtividade *não* é criação do toyotismo. Mais uma vez, o toyotismo desenvolveu, por meio de seus protocolos de emulação individual (os novos sistemas de pagamentos), um “meio refinado e civilizado” de exploração da força de trabalho, denunciado por Marx. Porém, nem tão civilizado e refinado, é claro, se levarmos em consideração, no caso do Japão, o país capitalista de onde se originou o toyotismo, os casos de morte súbita no trabalho, intitulado *karochi*, e outras psicopatologias do trabalho, provocados pelo ritmo e intensidade, que decorrem da busca incessante do aumento da produtividade (MARX, 1996; WATANABE, 1993).

Na verdade, os incentivos salariais utilizados pelo toyotismo visando à “captura” da subjetividade do trabalho, reproduzem, em sua essência, os mecanismos de envolvimento operário criados por uma forma de pagamento de salário, analisado por Marx no capítulo XIX de “O Capital”, intitulado “Salário por peça” (a importância deste mecanismo salarial para a “captura” da subjetividade do trabalho é tão importante que Marx dedicou todo um capítulo a ele). Segundo Marx, o salário por peça “é a forma de salário mais adequada ao modo capitalista de produção”. Observa que, com o salário por peça, “[...] a qualidade e a intensidade do trabalho [são] controlados pela forma de salário, tornando em grande parte desnecessário o trabalho de inspeção.” Ou ainda: “No salário por peça, [o trabalho se mede] pela quantidade de produtos em que o trabalho se materializa num dado espaço de tempo. [...] Dado o salário por peça, é naturalmente interesse pessoal do trabalhador empregar sua força de trabalho o mais intensivamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade do trabalho. É também *interesse pessoal* do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, a fim de aumentar seu salário diário ou semanal.” E ainda:

“A exploração dos trabalhadores pelo capital se realiza então por meio da *exploração do trabalhador pelo trabalhador*” [o grifo é nosso] (MARX, 1996).

As novas formas de pagamento de salário reproduzem, em sua essência a lógica do salário por peça, considerada por Marx a forma mais adequada ao modo de produção capitalista. No salário por peça a exploração dos trabalhadores pelo capital é mediada pelos próprios trabalhadores como força de trabalho como mercadoria. Na verdade, na medida em que são *individualidades de classe* e não *individualidades pessoais*, os trabalhadores possuem dentro de si, disposições fetichizadas, ligadas à força de trabalho como mercadoria, que tendem a oprimi-los e a oprimir os demais trabalhadores. Por isso, como observa Marx acima, é “...*interesse pessoal* do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, a fim de aumentar seu salário diário ou semanal.” Ou ainda, “a exploração dos trabalhadores pelo capital se realiza então por meio da *exploração do trabalhador pelo trabalhador*”. Eis, portanto, a ilustração daquilo que Marx em 1844 iria considerar como sendo *alienação* e *auto-alienação*. Isto é, deixados por si só e submetidos à lógica do mercado, o trabalhador assalariado não apenas oprime outros trabalhadores (ou melhor, torna-se agente da exploração de outros trabalhadores), como iremos ver a seguir ao tratarmos da equipe de trabalho, como se auto-oprime, assumindo como seu interesse pessoal, sua própria exploração a serviço do capital.

2. *Equipes de trabalho e engajamento estimulado*

O toyotismo considera importante estimular o comprometimento do trabalhador pela pressão coletivamente exercida pela equipe de trabalho sobre todo elemento do *team* (o que Coriat caracterizou como sendo uma técnica de controle social denominada “ostracismo”). Sob o toyotismo, a eficácia do conjunto do sistema não é mais garantida pela

rapidez da operação do operário individual em seu posto de trabalho, como no fordismo, mas, pela integração, ou *engajamento estimulado*, da equipe de trabalho com o processo de produção. Deste modo, o toyotismo utiliza o “espírito de equipe” como estímulo psíquico fundamental. Através do team, o toyotismo simula um ideal de civilização proposto a todos operários ou empregados. Este ideal (ou meta) confere um sentido global à sua ação.

Na medida em que o comprometimento do trabalhador é estimulado pela pressão coletivamente exercida pela equipe de trabalho, temos, portanto, outro elemento da “exploração do trabalhador pelo trabalhador”. O primeiro, como já salientamos, era dado pelas novas formas de pagamento vinculado a bônus salariais. O trabalhador era carrasco de si mesmo. O segundo é a pressão coletiva exercida pela equipe de trabalho. Nesse caso, o carrasco dos trabalhadores é o próprio coletivo de trabalho constituído pelo capital. O que pressupõe, portanto, incrementar a manipulação por meio da supervisão e do controle operário, exercido pelos próprios operários – o que dispensa a “[...] presença física de uma burocracia de enquadramento especialmente formada e paga para se consagrar a tarefas de controle, de medida e de avaliação da conformidade dos trabalhos efetuados em relação aos objetivos determinados (CORIAT, 1994).

Sob o toyotismo, a competição entre os operários é intrínseca à idéia de *trabalho em equipe*. Os supervisores e os líderes de equipe desempenham papéis centrais no trabalho em equipe (no caso do Japão, os líderes da equipe de trabalho, isto é, do *team*, são, ao mesmo tempo, avaliadores e representantes dos sindicatos). Permanece ainda, de certo modo, uma supervisão rígida, mas incorporada, *integrada* – vale salientar – à subjetividade operária contingente. Em virtude do incentivo à competição entre os operários, cada um tende a se tornar supervisor do outro. *Somos todos chefes* é o lema do trabalho em equipe sob o toyotismo: “A Toyota trabalha com grupos de oito trabalhadores. Se apenas um deles falha, o grupo perde o aumento, portanto este último garante a produtividade assumindo o papel que

antes era da chefia. O mesmo tipo de controle é feito sobre o absenteísmo” (WATANABE, 1993).

A constituição das equipes de trabalho é a manifestação concreta do *trabalhador coletivo* como força produtiva do capital. Além disso, é resultado da “*captura*” da subjetividade operária pela lógica do capital, que tende a se tornar mais consensual, mais envolvente, mais participativa: em verdade, mais manipulatória.

Se no plano da produção, os mecanismos de contrapartida salarial (as novas formas de pagamento) e de gestão da organização do trabalho (o trabalho em equipe) contribuem para sedimentar as novas formas de consentimentos do trabalho, por outro lado, no plano sócio-metabólico, a constituição do *precário mundo do trabalho e as implicações sociais e políticas que ele possa ter são, por outro lado, um elemento de emulação pelo medo à produção do capital*, contribuindo para controlar o comportamento operário e elevar a produtividade do trabalho. Esta é uma das formas regressivas de *emulação* do homem que, sob o sócio-metabolismo da barbárie, tem-se disseminado na civilização do capital. Por *medo do desemprego* o trabalhador assalariado *consente* maior nível de exploração da sua força de trabalho e renuncia a direitos sociais e trabalhistas, por exemplo. Como já dizia Freud, o *medo* é a moeda de troca dos afetos humanos. Por ele, hoje mais do que nunca, o capital busca constituir os novos (e espúrios) consentimentos à nova barbárie social. O medo tende a dissolver o sujeito e a subjetividade humana. É o estofo do fetichismo agudo que permeia as relações estranhadas da civilização do capital nesta etapa de desenvolvimento histórico. Enfim, cabe investigar como se articula, no plano da produção social, a manipulação da subjetividade humana pelo afeto regressivo do medo.

Deste modo, a elevação dos índices de desemprego aberto no decorrer da “*década neoliberal*” contribuiu não apenas para fragilizar o poder de barganha dos trabalhadores assalariados e aumentar as taxas de exploração, intimidando o sindicalismo

combativo de luta de classe; mas possuiu uma função sócio-reprodutiva, ou seja, criou a sociabilidade adequada aos consentimentos espúrios, às renúncias de direitos sociais e de conquistas trabalhistas históricas e aos envolvimento estimulado pelo medo do desemprego. No novo ambiente social da “década neoliberal” proliferaram valores, expectativas e utopias de mercado, impregnados de individualismo liberal que aparece como novo pragmatismo.

Apêndice

A Subjetividade Às Avessas

Inconsciente estendido e compressão psicocorporal

O toyotismo, como salientou Antunes, implica uma lógica “mais consensual, mais envolvente, mais participativa, em verdade mais manipulatória” (ANTUNES, 1995). O que nos resta, neste último capítulo, é desvelar os mecanismos internos da lógica do toyotismo que a torna mais consensual, envolvente e manipulatória. A constituição dos novos consentimentos espúrios exigidos pelo método Toyota ocorre por um intenso processo de manipulação da subjetividade do trabalho vivo (que é o conteúdo da “captura” da subjetividade). A lógica manipulatória do toyotismo sob o lastro das inovações sócio-metabólicas atinge as dimensões do psiquismo humano. É o que buscaremos desvelar ao tratar do significado de subjetividade humana.

Nosso objetivo é apenas indicar hipóteses provisórias de trabalho, sem nenhuma pretensão de desenvolvê-las, nem muito menos esgotá-las. Pelo contrário, o que se coloca hoje, mais do que nunca, é necessidade de constituir uma teoria marxista da subjetividade tendo em vista que o nexo essencial da ideologia orgânica da produção do capital tornou-se a “captura” da subjetividade do trabalho.

Ao tratarmos de alguns temas, as instâncias do psiquismo humano e a teoria do inconsciente, não iremos nos deter em explicar as controvérsias em torno da teoria freudiana, um debate rico que foge a nossas pretensões imediatas. Mais uma vez, reiteramos que, o que colocamos neste capítulo é uma agenda de investigação que pode articular campos multidisciplinares numa perspectiva crítica capaz de desvendar os mecanismos ocultos dos consentimentos espúrios que sedimentam a ordem sócio-metabólica do capital, principalmente no que diz respeito à hegemonia do capital na produção.

Ao tratarmos do problema da subjetividade humana tivemos que fazer uma opção teórico-metodológica pela psicanálise, deixando de lado as teorias psicológicas que tratam da personalidade e subjetividade humana. Consideramos a psicanálise, a ciência da subjetividade burguesa, capaz de contribuir para a apreensão das dimensões ocultas da alma burguesa. A contribuição dada por Sigmund Freud ao conhecimento científico do homem é indiscutível. Apesar dos limites apontados por uma série de autores, as categorias freudianas não deixaram de ser reconhecidas como de inestimável valor heurístico para desvendar as contradições do metabolismo social da civilização burguesa. Por isso, as categorias freudianas, na medida em que são apropriadas de forma crítica, são importantes para a apreensão da dinâmica subjetiva da individualidade de classe que surge com a civilização do capital (não nos compete discutir neste momento, a ampla controvérsia que surge no marxismo do século XX sobre o valor e significado da psicanálise) ¹.

¹ Em sua crítica do freudismo, publicada no livro “O freudismo” (de 1927), Mikhail Bakhtin, despreza o valor heurístico das categorias de Freud, reduzindo-a mera “psicologia subjetiva” que reduz a dinâmica psíquica às forças naturais, desprezando a dinâmica social e os fatores objetivos da dinâmica psíquica (BAKTIN, 2001) (outro psicólogo russo, Lev Vigotsky, que desenvolve uma notável psicologia de base marxista, possui grandes afinidades com Bakhtin no tocante à crítica do freudismo). Em 1927, o pensamento social, psicológico e filosófico na URSS já está profundamente marcado por uma ideologia que condiciona todo comportamento social do homem exclusivamente à estrutura de classe da sociedade. O que Bakhtin talvez não consiga apreender é que o freudismo, como a economia política clássica, contém um “nódulo racional” que explica, mesmo que mistificada pelas incrustações da ideologia burguesa, a subjetividade da individualidade de classe imersa em formas de fetichismo e relações sociais estranhadas. A psicanálise de Freud é a economia política da subjetividade do homem burguês, “subjetividade em desefetivação”, centrada nos motivos do ego e do *self*. Na verdade, o que se deve é elaborar uma superação dialético-materialista (*aufheben*, que significa superar/conservar) das categorias da psicanálise de Freud, sob pena de, como diz o ditado, “jogar fora o bebê junto com a água suja do banho”.

A tripartição do psiquismo humano que utilizamos é de origem freudiana, sendo elaborado por Freud na sua primeira tópica (1900-1920). Na primeira tópica ou teoria dos lugares, ele definiu o aparelho psíquico como sendo constituído pelo inconsciente, o pré-consciente e o consciente (na segunda tópica freudiana, nos escritos do 1920-1939, o pensador austríaco fez intervirem três instâncias ou três lugares, o id, o ego e o superego). Consideramos, a título meramente heurístico, a subjetividade humana composta por *mente* e *corpo* que, de modo indissociável, constituem a individualidade social. Na mente, segundo a ótica freudiana, distinguimos, como instâncias do psiquismo humano, a *consciência*, *pré-consciência* e *inconsciente*.

Portanto, ao tratarmos da subjetividade e da sua “captura”, referimo-nos não apenas à instância da *consciência*, mas às instâncias da pré-consciência e do inconsciente. As técnicas de manipulação utilizadas pelos aparatos midiáticos do sistema do capital buscam atingir o conteúdo oculto da pré-consciência e do inconsciente humano, visando a influenciar o comportamento dos indivíduos sociais. Na sociedade burguesa, como observou Marx e Engels, a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante que constitui seus aparatos de dominação hegemônica pela manipulação midiática das instâncias pré-conscientes e inconscientes do psiquismo humano.

O capitalismo manipulatório levou à exaustão os recursos de manipulação das instâncias intrapsíquicas do homem, pelas quais se constituem os consentimentos espúrios à dominação do capital nas “sociedades democráticas”. O sócio-metabolismo do capital ocorre por meio do tráfico de valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado que incidem sobre as instâncias intrapsíquicas. Na medida em que o toyotismo se baseia em atitudes e comportamentos pró-ativos, a construção do novo homem produtivo utiliza, com intensidade e amplitude, estratégias de subjetivação que implicam a manipulação incisiva da mente e do corpo por conteúdos ocultos e semi-ocultos das instâncias intrapsíquicas.

As habilidades comportamentais se tornaram imprescindíveis no sistema toyota de produção. Ao tratar da profunda mudança nas qualificações exigidas para o novo trabalho industrial e de serviços na empresa toyotizada, Ana Teixeira observa: “Essa mudança poderia ser sintetizada como perda de importância das habilidades manuais em favor das habilidades cognitivas (leitura e interpretação dos dados formalizados; lógica funcional e sistêmica; abstração; dedução estatística; expressão oral, escrita e visual) e comportamentais (responsabilidade, lealdade e comprometimento; capacidade de argumentação; capacidade para trabalho em equipe; capacidade para iniciativa e autonomia; habilidade para negociação). Essas novas qualificações poderiam ser organizadas em três grandes grupos: novos conhecimentos práticos e teóricos; capacidade de abstração, decisão e comunicação; e qualidades relativas à responsabilidade, atenção e interesse pelo trabalho” (TEIXEIRA, 1998)

Ao privilegiar habilidades cognitivo-comportamentais, o método toyota é obrigado a imiscuir-se, como as estratégias de marketing, nas instâncias do psiquismo humano. Controlar atitudes comportamentais tornou-se a meta dos treinamentos empresariais, mobilizando valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado que atuam nas frequências intrapsíquicas do inconsciente e do pré-consciente. Os consentimentos espúrios que compõem a hegemonia social do toyotista têm na emulação pelo medo, um dos afetos regressivos da alma humana, um dos seus elementos cruciais. Aliás, o sócio-metabolismo da barbárie é uma “fábrica do medo” que, enquanto afeto regressivo que atua na instância do pré-consciente e do inconsciente, torna-se a “moeda de troca” dos consentimentos espúrios das individualidades de classe. A função estrutural da barbárie social é a produção simbólica do medo como afeto regressivo da alma humana.

A produção do capital é também produção (e negação) de subjetividades humanas. O sócio-metabolismo do capital é constituído por processo de subjetivação que formam as individualidades de classe. Os tipos humanos, que a sociedade burguesa produz,

forma e deforma, têm em si, na mente e no corpo, impressas a marca do fetichismo da mercadoria. A individualidade de classe, na medida em que é a negação da individualidade pessoal, tensiona ao limite de sua própria negação a subjetividade humana. É por isso que a história social e cultural da psicanálise foi marcada no século XX pelo problema do narcisismo (do ego ao *self*) (ZARETSKY, 2006).

Na verdade, a subjetividade humana imersa no metabolismo social do capital é uma “subjetividade em desefetivação”, estressada pelas teias da manipulação social. Esta condição histórica da práxis social em sociedades do fetichismo da mercadoria coloca imensos desafios à “negação da negação”. O fetichismo da mercadoria e a pleora de fetichismos sociais, que se constituem a partir dele, colocam constrangimentos cruciais à produção da subjetividade humana nas sociedades mercantis complexas. Na medida em que o capital é um sistema de controle do metabolismo social, que, segundo Mészáros, “uma poderosa, até o presente, de longe a mais poderosa – estrutura ‘totalizadora’ de controle do metabolismo social que surgiu no curso da história humana” (MÉSZÁROS, 2002), ele instaura processos de subjetivação intrincavelmente paradoxais que, ao mesmo tempo que ampliam o templo da alma humana, a dilacerem e limitam suas potencialidades humano-genéricas, pela manipulação incisiva dos seus traços ontologicamente fundantes e fundamentais, como a linguagem e a capacidade simbólica do homem.

No plano da linguagem, a manipulação que surge a partir do novo complexo de reestruturação produtiva é indiscutível, com o surgimento do imperialismo simbólico e novos léxicos que habitam o universo locucional das individualidades de classe. Além do aspecto ideopolítico, a utilização dos novos vocábulos no mundo do trabalho têm uma função psicossocial. Com Gramsci diríamos que o “novo terreno ideológico” que nasce com o toyotismo, é também uma nova “atitude psicológica” que “alimenta a afirmação da ‘aparência’ das superestruturas” (GRAMSCI, 1984b). A troca do nome de operários ou

empregados por colaboradores não é inocente (Ohno chamava as empresas fornecedoras de “empresas colaboradoras”, ocultando a relação de poder contida na relação capital hegemônico do capital concentrado com os pequenos e médios capitais).

A mudança do universo léxico-locucional no mundo do trabalho deve ser analisada a partir das mudanças que ocorreram para que a sociedade contemporânea passasse a usar este tipo de símbolo para falar de si mesma. Além de ser produto de uma práxis estranhada, é resposta a um fracasso que não podemos desconsiderar.

A saturação de signos e imagens no sistema de controle sócio-metabólico do capital coloca novos pressupostos materiais para a construção dos nexos psicofísicos do homem produtivo. Os processos de subjetivação (e dessubjetivação) ocorrem por meio de signos e imagens. Os conteúdos manipulatórios têm que assumir a forma de signos e imagens para instaurar os tráfegos intrapsíquicos. Por isso, os valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado que constituem as inovações sócio-metabólicas e compõem o nexo psicofísico do homem produtivo do sistema toyota de produção, assumem a forma de signos e imagens. Elas atuam como imagens de consumo e consumo de imagens e signos. Nesse caso, a imagem está ocupando o lugar de um discurso ideológico. Na instância do consumo, lócus crucial do processo de subjetivação, a manipulação através da imagem de marca, por exemplo, é uma nova forma de fetichismo que se dissemina à exaustão. Observa Otília Arantes: “...o próprio ato de consumir se apresenta sob a aparência de um gesto cultural legitimador, na forma de bens simbólicos – como se disse à exaustão: de imagens ou de simulacros. É a forma-mercadoria no seu estágio mais avançado como forma-publicitária. O que se consome é um estilo de vida e nada escapa a essa imaterialização que tomou conta do social...a cultura tornou-se peça central na máquina reprodutiva do capitalismo, a sua nova mola propulsora.” (ARANTES, 1998 Apud FONTENELLE, 2002).

É importante salientar que, no caso do fordismo, o nexó psicofísico era constituído, segundo Gramsci, pela ideologia puritana e pela repressão sexual. No caso do toyotismo, o nexó psicofísico se constitui, como salientamos ao tratarmos das inovações sócio-metabólicas, pela disseminação dos valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado e pela liberação dos instintos, ao mesmo tempo que preserva a disciplina da vida industrial (o que é um poderoso agente estressor). Talvez, como iremos salientar mais adiante, o estressamento da corporalidade viva seja estratégia defensiva das individualidades de classe cindidas à exaustão pelos novos processos de subjetivação do capital..

6.1 As instâncias do psiquismo humano

Iremos apresentar algumas considerações, a título de hipóteses, sobre o modo de operação das instâncias psíquicas no processo de “captura” da subjetividade do trabalho vivo pelo capital como sistema de controle sócio-metabólico. Em primeiro lugar, é importante salientar que as instâncias do psiquismo humano não são meras estruturas instintivas do indivíduo, como o freudismo vulgar poderia supor. Existe uma dialética entre a natureza e civilização, uma dinâmica biológica e, ao mesmo tempo, histórica, que constitui a anatomia da personalidade humana. As categorias freudianas dizem respeito menos à natureza pura (pelo que poderíamos acusá-lo de “biologismo”) e mais de uma segunda natureza, uma história cristalizada. Observa Jacoby: “O que cria no indivíduo sua segunda natureza é apenas a história acumulada e sedimentada: uma história entorpecida, por ter sido tão prolongadamente não-liberada e uniformemente opressiva. A segunda natureza não é simplesmente natureza ou história, é a história cristalizada que se afigura como natureza.” (JACOBY, 1977). Deste modo, consciência, pré-consciência e inconsciente, numa ótica dialético-materialista, possuem um caráter intrinsecamente histórico, tendo em vista que

dizem respeito a modos de operar (e a relações) histórico-sociais do psiquismo humano diante do mundo exterior (de si e dos outros, isto é, pessoas e objetos).

A instância psíquica do inconsciente, que, na aparência, se comporia de “pulsões arcaicas”, seria, em si mesmo, o indicador de uma situação social reificada. Numa carta publicada por Ernest Jones, Freud escreveu: “Toda barreira *interna* do recalçamento é o resultado histórico de uma barreira *externa*. Portanto, é a internalização das resistências: a história da humanidade está depositada nas atuais tendências inatas ao recalçamento.” (JACOBY, 1977)

Por outro lado, não podemos identificar as instâncias do psiquismo humano com substâncias, coisas ou mesmo lugares, ou seja, um lugar substancial, anatômico e corporificável. A consciência, pré-consciência e o inconsciente dizem respeito a modos de operação do psiquismo humano e formas de relações sociais de ordem simbólica diante do mundo exterior. Muitas vezes, a utilização de metáforas na descrição das operações das instâncias psíquicas pode nos levar a substancializá-las. A utilização por Freud da concepção tópica, com seus “lugares psíquicos”, contribuiu para esta substancialização. Entretanto, é importante ressaltar que consciência, pré-consciência ou inconsciente não são lugares anatômicos, reais ou análogos, por exemplo, aos cômodos de um apartamento. Diz Garcia-Roza: “O termo ‘conteúdo do inconsciente’ não designa uma relação de conteúdo análoga a quando dizemos que o copo contém água. Dizer que uma representação é inconsciente ou que está no inconsciente não significa outra coisa senão que ela está submetida a uma sintaxe diferente daquela que caracteriza a consciência. O inconsciente é uma forma e não um lugar ou uma coisa.” E salienta adiante: “Assim sendo, a cisão produzida na subjetividade pela psicanálise não deve ser entendida como a divisão de uma coisa em dois pedaços, mas como uma cisão de regimes, de formas, de leis [...] o que define, portanto, o inconsciente não são os

seus conteúdos, mas *o modo segundo o qual ele opera, impondo a esses conteúdos uma determinada forma.*” [o grifo é nosso] (GARCIA-ROZA, 2004).

A pré-consciência

Na sua obra clássica “O Princípio Esperança”, o filósofo marxista Ernst Bloch tratou da “pré-consciência” como sendo o “ainda-não-consciente”. É como iremos considerar a instância psíquica do pré-consciência. Apesar de incorporar o léxico freudiano, Bloch diverge da interpretação de Freud sobre o valor heurístico das instâncias psíquicas da pré-consciência e do inconsciente, além de elaborar uma outra psicologia das pulsões (para Bloch, por exemplo, a pulsão da fome é a pulsão fundante e fundamental do homem, em vez da pulsão sexual, como considerou Freud). Segundo Bloch, o inconsciente freudiano, “cerca a consciência como se fosse um anel”, estando “fixado na escuridão e fechado em relação ao futuro” (Bloch se utiliza de metáforas para descrever o modo de operação do inconsciente). Para ele só a pré-consciência é capaz de romper esse fechamento (ou cerco) do inconsciente. A pré-consciência é uma “nova classe de consciência” que representa a camada da vida psíquica capaz de produzir um “sonhar para a frente”, indicando “algo futuro” ou “vindouro” (BLOCH, 2005).

O “conteúdo” da instância do pré-consciente, apesar de não estar presente na consciência, continua acessível a ela, diversamente dos “conteúdos” do sistema inconsciente. O inconsciente seria o “não-mais-consciente”, isto é, aquilo que caiu numa “camada profunda” da psique, ficando depositado, segundo Bloch, numa espécie de “paisagem lunar da perda cerebral”, passando a representar o resto esquecido da psique (e que nem por isso é menos importante) (BLOCH, 2005). Para Arno Munster, o “ainda-não-consciente” de Ernst Bloch está para o “inconsciente” de Freud como o “sonho diurno” está para os “sonhos

noturnos”. Bloch destaca a importância do “sonho diurno”, que é, segundo ele, a porta, o critério e o sintoma principal para a determinação da classe de consciência do “ainda-não-consciente”. A pré-consciência para ele “representa o espaço propriamente dito da disponibilidade para o novo e a produção do novo”. Os sonhos diurnos são, em sua estrutura básica, “sonhos para a frente”, isto é, carregados com “conteúdos” da consciência e com material proto-utópico que cintila do interior do futuro (MUNSTER, 1997; BLOCH, 2005).

Na condição de imagens prenunciadoras do utópico que se manifestam na consciência, os “sonhos diurnos” da pré-consciência são conteúdos da consciência de algo futuro/vindouro e, ao mesmo tempo, momentos desencadeadores da produtividade criadora. Por isso, a instância da pré-consciência é um campo fértil de “captura” pelo capital em processo, que visa não apenas a se legitimar, mas espoliar as riquezas ampliadas da subjetividade complexa. Ora, a subjetividade do trabalho vivo é produto irremediável do desenvolvimento do processo civilizatório humano-genérico. Disse-nos William Shakespeare, pelo seu personagem Laertes, em *Hamlet*: “Pois a natureza não nos faz crescer apenas em forças e tamanho. À medida que este templo se amplia, se amplia dentro dele o espaço reservado pra alma e pra inteligência.” Por trás da ampliação do “templo” da alma humana, como a instância da pré-consciência, com seus sonhos diurnos e momentos desencadeadores da produtividade criadora, sede dos construtos utópicos, está o processo de desenvolvimento das capacidades produtivas do trabalho social que amplia “o espaço reservado pra alma e pra inteligência”. Entretanto, o processo civilizatório, que ocorre no interior do desenvolvimento do capital, é intrinsecamente contraditório. Na medida em que se desenvolve o espaço da subjetividade (e as formas de subjetivação e constituição da individualidade moderna), o sujeito e os espaços da subjetividade são irremediavelmente negados, invertidos e obliterados pelas relações sociais capitalistas de produção da vida social. Na verdade, o capital desenvolve e amplia o templo da alma humana para dele se apropriar e espoliar, como no caso

da pré-consciência, “capturando” os sonhos diurnos, e como diz Ernst Bloch, “os modos da ‘consciência-ainda-não’ no arco antecipatório que liga matéria e utopia” (BLOCH, 2005)

Então, o “sonho para frente” do capital e suas expectativas e utopias de mercado são meras reiteraões da coação exterior, incapazes de sair de algo e de sair da própria imaturidade e do cárcere do sócio-metabolismo estranhado imerso em valores-fetiches. Portanto, ao ampliar o “templo” da subjetividade humana, o capital expressa uma potencialidade contraditória de si, desde que se constituiu como sistema de controle sócio-metabólico. Ao ampliá-la, ele se apropria das capacidades físicas e espirituais da corporalidade viva. Entretanto, como “contradição viva”, sua forma social é incapaz de conter o conteúdo ampliado da humanidade obliterada (eis o que Marx traduziu por meio da contradição entre desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção).

O inconsciente

Freud não foi o primeiro pensador a descobrir o inconsciente ou a inventar essa palavra para defini-la. No entanto foi ele, sem dúvida, que acabou por incorporar o conceito em uma nova ciência da alma humana: a psicanálise. Roudinesco nos diz que “com Freud o inconsciente deixou de ser uma ‘supraconsciência’ ou um ‘subconsciente’, situado acima ou além da consciência, e se tornou realmente uma instância a que a consciência já não tem acesso, mas que se revela a ela através do sonho, dos lapsos, dos jogos de palavras, dos atos falhos, etc.” (ROUDINESCO E PLON, 1998)

Pouco antes de Freud, Theodor Lipps, professor de psicologia em Munique, autor do livro “Os fatos fundamentais da vida psíquica” (1883), tratara do conceito de inconsciente, considerando que todos os processos psíquicos seriam inconscientes. Além disso, ainda no século XIX, o século do capitalismo industrial, o romantismo alemão

concebera um inconsciente descritivo que Eduard Von Hartman (1842-1906) descrevera em seu livro “Filosofia do inconsciente”, lançado em 1868. O que se constata é que, no esteio do desenvolvimento da civilização burguesa, emerge, com vigor, a noção de inconsciente e com Sigmund Freud ela assume um estatuto categorial original.

Consideramos que o conceito de inconsciente em Freud é uma categoria intrinsecamente histórica que surge a partir da análise das formações psicopatológicas da vida cotidiana e do sonho na civilização burguesa. É da análise perspicaz do metabolismo social do mundo burguês que o pensador austríaco construiria a interpretação psicanalítica. A partir de então, Freud concebeu uma sofisticada teoria do inconsciente em que distingue dois tipos de inconscientes, ambos inconscientes no sentido descritivo, porém muito diferentes quanto à sua dinâmica e quanto ao futuro de seus conteúdos – primeiro, o inconsciente propriamente dito, de que estamos tratando agora, e que nunca poderia chegar à consciência; segundo, o pré-consciente, de que tratamos na seção anterior e cujos conteúdos podem atingir a consciência sob certas condições, em especial após o controle de uma espécie de censura.

O inconsciente em Freud não é o inverso do consciente ou como uma “segunda consciência”. Para Freud, deve ser concebido como um sistema que possui conteúdos, mecanismos e talvez, uma “energia” específica. Segundo Laplanche e Pontalis, Freud resume o inconsciente como sistema com as seguintes características específicas: processo primário (mobilidade dos investimentos, característica da energia livre); ausência de negação, de dúvida, de grau de certeza; indiferença perante a realidade e regulação exclusiva pelo princípio de desprazer-prazer (visando a restabelecer pelo caminho mais curto a identidade de percepção). (LAPLANCHE E PONTALIS, 2000)

Não nos compete tratar aqui da teoria freudiana do inconsciente, mas apenas indicar algumas de suas características que podem nos sugerir elementos para apreendermos

os mecanismos de “captura” da subjetividade do trabalho vivo pela ordem sócio-metabólica do capital.

6.2 Origens do “inconsciente”

Segundo Freud, o inconsciente seria uma instância psíquica constituída por “conteúdos” *recalcados*. Retornemos à carta publicada por Ernest Jones, em que Freud escreveu: “Toda barreira *interna* do recalçamento é o resultado histórico de uma barreira *externa*. Portanto, é a internalização das resistências: a história da humanidade está depositada nas atuais tendências inatas ao recalçamento.” Nesse momento, o pensador austríaco vincula a barreira interna do recalçamento, que está na origem dos conteúdos do inconsciente, com o resultado histórico de uma barreira externa. Pode-se afirmar que o inconsciente é uma categoria ontogenética do homem com um conteúdo radicalmente histórico. A instância do “inconsciente” surge da luta do homem contra a escassez e da luta pela existência do animal homem pelo trabalho, que tem lugar num mundo hostil.

Na ontologia do ser social, Lukács observa que nas circunstâncias de escassez, “os homens são impelidos pelas circunstâncias a agir de determinado modo ‘sob pena de se arruinarem’. Eles devem, em última análise, realizar por si as próprias ações, ainda que *freqüentemente atuem contra sua própria convicção*” (o grifo é nosso). O pensador húngaro prossegue analisando a anatomia da práxis social. Diz ele que “de fato, existem inúmeras situações nas quais, sob pena de se arruinar, é absolutamente necessário que o homem aja embora tenha clara consciência de *não poder conhecer senão uma parte mínima das circunstâncias*.” A práxis social do trabalho possui, deste modo, uma ampla margem de desconhecimento, com o homem dominando uma pequena faixa de elementos circundantes. É uma condição sócio-ontológica da práxis social. Apesar disso, como salienta Lukács, “o

carecimento urge e, mesmo nessas condições, o trabalho promete satisfazê-lo, que ele, de qualquer modo, é capaz de realizá-lo” (LUKÁCS, 1978).

Entretanto, observa Lukács, o desenvolvimento civilizatório e o aperfeiçoamento da atividade do trabalho, que se torna cada vez mais variado, abarcando campos cada vez maiores, subindo de nível tanto em extensão quanto em intensidade, não eliminam o fato de fundo, que constitui o fundamento ontogenético do “inconsciente” humano, ou seja, segundo ele, “a incognoscibilidade do conjunto das circunstâncias”, o modo de ser do trabalho, que, paralelamente ao seu crescimento, como salienta o pensador húngaro, “desperta também a sensação íntima de uma realidade transcendente, cujos poderes desconhecidos o homem tenta de algum modo utilizar em seu próprio proveito.” (os grifos são nossos) (LUKÁCS, 1978)

Portanto, o “inconsciente” como categoria intrapsíquica é, em si, um elemento constitutivo do processo da práxis humana do trabalho e do processo de objetivação/exteriorização do homem como ser genérico que “não pode eliminar o fato de fundo, ou seja, a incognoscibilidade do conjunto das circunstâncias”. Ele não é meramente a instância mental do sujeito humano constituída pelo *recalcado* e *reprimido*, como salientou Freud. Em sua dimensão filogenética, o inconsciente se constitui pelo “desconhecido”. É nas circunstâncias de uma sociedade de classe e sociedade mercantil complexa que o inconsciente se interverte na instância mental do *estranhamento* ou do *objeto* que se tornou *coisal* (como observa Marx nos “Manuscritos de 1844”) (MARX, 2004). O “desconhecido” se interverte naquilo que se é levado a “ignorar”. Deste modo, pode-se dizer que é o *inconsciente* que constitui, no plano da subjetivação, as formas-fetiches. Diz Freud que a “representação inconsciente é a representação da coisa” (FREUD, 2006) . Diríamos nós, *coisa-objeto* em sua origem primordial, mas hoje, na sociedade das mercadorias, *coisa-fetiche*.

Na ótica histórico-materialista, o que institui (e constitui) o sujeito, no sentido de “sujeito sujeitado” (utilizando a acepção mais antiga do termo “sujeito”, isto é, *subjectus*, que significa arremessado/lançado embaixo [*sub*] de algo ou de alguém) é, no sentido ontogenético, a natureza primordial ou o mundo hostil e exterior que aparece como “desconhecido”. Por outro lado, no sentido sócio-histórico, é o controle sócio-metabólico do capital e o trabalho alienado que constitui (e institui) um mundo social hostil e estranho ao ser genérico do homem. No princípio, o inconsciente aparece como o que *assujeita* o sujeito primitivo e como aquilo (o *id*) que o sujeito primitivo “desconhece”. Entretanto, na sociedade burguesa, a sociedade das mercadorias imersas em fetichismos, o homem não apenas “desconhece” o que o assujeita, mas é levado a “ignorá-lo” (LACAN, 1999).

O psicanalista Jacques Lacan distingue entre “desconhecimento” e “ignorância”. Segundo ele, o desconhecimento tem um compromisso com a verdade, isto é, com o conhecimento, e é constituído a partir deste último (para Agostinho, por exemplo, o desconhecimento é a presença de uma ausência). A ignorância, pelo contrário, é o vazio. O que significa que a instância intrapsíquica do inconsciente que surge na sociedade do capital possui um “compromisso” com a “ignorância” e não com o “desconhecimento”, sendo mobilizado pelos aparatos do poder e do dinheiro para negar o sujeito e não para afirmá-lo (LACAN, 1999). Deste modo, parafraseando Freud, diríamos que “a representação inconsciente é a representação do fetiche”. É por ele que se constituem os processos de subjetivação estranhada da nova hegemonia do capital.

6.3 Mecanismos internos do inconsciente

O que define o inconsciente não são os seus conteúdos, mas o modo segundo o qual ele opera, impondo a esses conteúdos uma determinada forma. Como já

salientamos, o inconsciente é uma dimensão operativa intrínseca da práxis social do trabalho do homem como ser genérico. Ele surge da “incognoscibilidade do conjunto das circunstâncias” que caracteriza a atividade do trabalho. Lacan salientou que só há o inconsciente se houver o simbólico. Mas diríamos também que, só há o simbólico porque há o trabalho como atividade social a partir da qual o animal homem se faz homem. Como salientamos, é o desconhecido que produz o inconsciente. Entretanto, nas sociedades de classe o “desconhecido” se interverte no “recalcamento”. Por isso, a psicanálise, como a “economia política da subjetividade burguesa”, colocou o inconsciente como produto do recalcamento (LACAN, 1999).

O conceito de inconsciente designa uma função simbólica que se reduz a um conjunto de leis. Não iremos tratar destas leis do inconsciente, mas somente de alguns aspectos que podem contribuir para a explicação dos mecanismos internos da ‘captura’ da subjetividade pelo capital como sistema de controle sócio-metabólico. Num primeiro momento, ao salientarmos o inconsciente como uma função simbólica, indicamos um ponto essencial: é no campo do simbólico que ocorre a “captura” da subjetividade, como verificamos ao tratarmos do “imperialismo simbólico” no tocante às inovações sócio-metabólicas do capital. O acesso ao simbólico é a condição necessária para a constituição do inconsciente e claro, também do consciente. No aspecto ontogenético do homem, inconsciente e consciente se formam por efeito de um mesmo ato. É a aquisição da linguagem que permite o acesso ao simbólico e a conseqüente clivagem da subjetividade (GARCIA-ROZA, 2004).

É importante salientar, entretanto, que a linguagem é instrumento do consciente e não do inconsciente. A linguagem está restrita ao campo do pré-consciente – inconsciente. Segundo Freud, o inconsciente é constituído sobretudo de representações imagéticas. Diz ele: “A representação (*Vorstellung*) consciente abrange a representação da coisa mais a representação da palavra que pertence a ela, ao passo que a representação

inconsciente é a representação da coisa apenas. O sistema Ics (Inconsciente) contém as catexias da coisa dos objetos, as primeiras e verdadeiras catexias objetais; o sistema Pcs (Pré-consciente) ocorre quando essa representação da coisa é hipercatexizada através da ligação com as representações da palavra que lhe correspondem”. (FREUD, 2006)

Ora, o mundo burguês é um mundo de objetos, *objetos* que se tornaram *coisas*, isto é, coisas-mercadorias que são *fetiches*, fetiches que são representações imagéticas que se impõem como coerção exterior às individualidades de classe. Anselm Jappe observa que a predominância da imagem – melhor dizendo, da “forma-imagem como desenvolvimento da forma-valor” – indica uma radicalização do fetiche (o que faz ganhar atualidade a definição de Guy Debord sobre a imagem como forma final da reificação da mercadoria) (JAPPE, 1999; DEBORD, 1997)). Para Marx, o fetichismo da mercadoria é a *forma-fetich* relativamente mais simples. O mundo do capital, é constituído por múltiplas formas-fetiches, com destaque para o fetichismo do dinheiro, por meio do qual o enigma do fetichismo da mercadoria torna-se visível e ofuscante e o fetichismo do Estado ou ainda o fetichismo da técnica. A sociedade burguesa ou a sociedade das mercadorias é permeada de *valores-fetiches* que movem as individualidades de classe em suas escolhas existenciais. É por eles que ocorre a construção das implicações subjetivas ou o que salientamos como inovações sócio-metabólicas. As inovações sócio-metabólicas operam a disseminação de valores-fetiches adequados à constituição de novos consentimentos espúrios. O que significa que a “captura” da subjetividade opera não apenas pela linguagem, instrumento do sistema pré-consciência – consciência, mas pelas representações das coisas. Na linguagem psicanalítica, as representações podem ser representações de coisas, essencialmente visuais, e representações de palavras, essencialmente acústicas. O inconsciente é constituído apenas por representações de coisas, ficando a representação de palavras e o afeto restrito ao sistema pré-consciente – consciente.

A título de ilustração, poderíamos descrever o modo de operação intrapsíquico do medo de desemprego, um dos afetos que se disseminam nas condições históricas do sócio-metabolismo da barbárie. É o sistema pré-consciência/consciência que mobiliza, nas individualidade de classe proletária, o medo do desemprego (ou da precarização do trabalho), um dos afetos regressivos da alma humana. A representação consciente do desemprego abrange a representação do *afeto* (medo) mais a representação da *palavra* (desemprego) no plano do sistema pré-consciência/consciência. Por outro lado, em sua representação inconsciente, opera apenas a representação da coisa, isto é, apenas o significado “desemprego” aparece como coisa ou imagem-fetice, representação imagética da defetivação do ser genérico do homem. A mente inconsciente possui algumas características salientadas por Freud no livro “O Inconsciente” (1915) (FREUD, 2006). Uma delas é que algo meramente imaginário tende a ser percebido como real. O modo de operação mental do inconsciente substitui a realidade externa pela psíquica. Por isso, a manipulação do imaginário pelas imagens-fetiches do desemprego em massa é um dos elementos cruciais da “captura” da subjetividade. A emulação pelo medo é uma dos modos espúrios de construção do consentimentos nos locais de trabalho. Por isso, o desemprego em massa possui uma função psicológica (ou simbólica) na sociedade do capital: criar as condições psíquicas para a “captura” da subjetividade do trabalho². Na instância intrapsíquica do inconsciente, o desemprego aparece como objeto de pavor, *coisa* atemporal, ahistórica, quase natural, cuja imagem-condensação tende a reunir muitos significados diferentes. Uma outra característica da mente inconsciente é a atemporalidade. O inconsciente é atemporal, seus conteúdos não

² Isleide Fontenelle observa que nos anos de 1940, Theodor Adorno já procurava pensar no processo ideológico da perspectiva de sua relação com a estrutura psíquica, tomando esta como a “mediação entre a ideologia e a sociedade”. Foi a partir desse novo ponto de vista que Adorno se propôs a pensar “nas configurações psicológicas” que sustentam o processo ideológico num determinado momento histórico para que, a partir daí, pudesse ser analisado o “problema teórico da relação entre condições econômicas, produtos culturais e mudanças na estrutura psíquica dos indivíduos” (CARONE, Iray, De Frankfurt a Budapeste: os paradoxos de uma psicologia de base marxista. Revista de *Psicologia-USP*, São Paulo, 2(1/2), p. 111-120, 1991 Apud FONTENELLE, 2002:292).

somente não estão ordenados no tempo, como não sofrem a ação desgastante do tempo. A temporalidade é exclusiva do sistema pré-consciência – consciência.

Outras características do inconsciente, segundo Freud, é a isenção de contradições mútuas. O princípio da não-contradição não funciona a nível do sistema Inconsciente. No inconsciente não há lugar para a negação. Observa Garcia-Rosa: “No sistema Inconsciente, podem coexistir, lado a lado, duas representações contraditórias, sem que isso implique a eliminação de uma delas. Se dois desejos são incompatíveis do ponto de vista da consciência, a nível inconsciente eles não se eliminam, mas se combinam para atingir seu objetivo.” (GARCIA-ROZA, 2004)

É interessante observar ainda que o sistema inconsciente é caracterizado, segundo Freud, por dois mecanismos básicos que são o “deslocamento” e a “condensação”, que podem ser considerados, de certo modo, elementos cruciais da linguagem da manipulação da subjetividade pelo controle sócio-metabólico do capital. Estes mecanismos apontados por Freud em “A Interpretação dos Sonhos” como responsáveis pela elaboração onírica, segundo Lacan, não se restringem aos sonhos, mas podem ser considerados mecanismos fundamentais do inconsciente em geral. A metáfora e a metonímia, segundo o pensador francês, vão nos fornecer a tópica desse inconsciente. Para Lacan, os processos metafóricos e metonímicos, nós os encontramos em funcionamento em todas as chamadas formações do inconsciente e são eles os responsáveis por uma das mais importantes características da linguagem: o seu duplo sentido; isto é, o fato de ela dizer outra coisa diferente daquilo que diz a letra (LACAN, 1999). Como observou Roman Jakobson, do ponto de vista da lingüística, esse efeito de alteração do sentido é obtido na metáfora, pela substituição de significantes que apresentam entre si a relação de similaridade, e, na metonímia, pela substituição de significantes que mantêm relações de contigüidade (JAKOBSON, 2001). Por isso, na representação literária clássica da manipulação onisciente, o “big brother” de 1984 de George Orwell, “paz é guerra”

e “liberdade é escravidão”. Além disso, o discurso da literatura de auto-ajuda empresarial usa e abusa de metáforas e metonímias, operações lingüísticas capazes de mobilizar o sistema inconsciente. O sentido da racionalidade cínica que marca o espírito do toyotismo possui elementos lingüísticos próprios das formações do inconsciente.

6. 4 O inconsciente estendido

Freud observa que “o sistema inconsciente contém as catexias das coisas dos objetos, as primeiras e verdadeiras catexias objetais” (FREUD, 2006). Na linguagem freudiana, *catexias* são investimentos de energia psíquica ligada a objetos externos. A sociedade de mercadorias, permeada de intensos apelos de propaganda e marketing, exige das individualidades de classe, a ocupação (ou catéxis) contínua das energias psíquicas nos objetos externos que aparecem como coisas. Na medida em que a sociedade das mercadorias é a sociedade das formas-fetiches e de objetos externos tornados coisas, ela impõe aos sujeitos humanos um determinado modo de operação da subjetividade e, portanto, um determinado processo de subjetivação que implica o que iremos denominar de “alargamento” do inconsciente. É o “inconsciente estendido” que caracteriza a sociedade burguesa tardia, marcada pelos fenômenos da reificação (utilizando a metáfora de Bloch, diríamos que, numa sociedade hiperfetichizada, o inconsciente é como um “anel que cerca a consciência [...] fixado na escuridão e fechado em relação ao futuro”). Por isso, os medos das individualidades de classe do século XXI são “medos fetichizados”, ou melhor, “medos reificados” e, portanto, racionalizados; medos intensos de uma subjetividade complexa obliterada pelas relações sociais de produção capitalista. Por isso, ele é um catalisador do estresse, doença crônica da sociedade do toyotismo.

O “alargamento” da instância do inconsciente ou a constituição do “inconsciente estendido”, que ocorre nas condições do capitalismo global, é um dos pressupostos de negação da atividade praxeológica, consciente e racional do homem. Na medida em que se agudizam o fetichismo da mercadoria e a reificação, o inconsciente se estende, tornado-se o pressuposto irremediável do sócio-metabolismo da barbárie. Marcuse observa, por exemplo, uma das implicações políticas da teoria freudiana: “As transformações fundamentais na sociedade industrial são acompanhadas de transformações igualmente fundamentais nas estruturas psíquicas primárias” (MARCUSE, 1998)

Deste modo, o inconsciente do homem burguês possui a legalidade de uma sociedade histórica de classe, sociedade mercantil complexa, em que a condição de classe e de proletariedade, da força de trabalho como mercadoria e do trabalho vivo subsumido às condições objetivas do capital incorporam-se, no decorrer do desenvolvimento histórico moderno, como sendo a verdadeira condição do inconsciente. Na medida em que se amplia o espectro do fetichismo da mercadoria e dos múltiplos fetichismos da ordem do capital, com a disseminação das relações mercantis, o inconsciente como instância do psiquismo humano tende a tornar-se mais denso e profundo. É por meio desse “inconsciente estendido” que a ordem sócio-metabólica do capital constitui o tráfico dos consentimentos dominantes. É do seu “alargamento” que provêm as imagens-fetiches que compõem as sintomatologias das “novas doenças da alma” diante de um precário mundo do trabalho.

O inconsciente é elemento compositivo do *processo de subjetivação do fetichismo da mercadoria*. A forma-mercadoria é a síntese estrutural do modo de ser social sob o capitalismo. Para compreender como se dá o processo da ideologia, Jean Baudrillard, por exemplo, parte da teoria do fetichismo da mercadoria em Marx, que, segundo ele, está “não na projeção de uma consciência alienada nas superestruturas, mas na própria generalização, a todos os níveis, de um código estrutural”. Trata-se, segundo ele, antes da

"paixão do código" do que de objetos como "instâncias reificadas, dotadas de força e de *mana*, nas quais o sujeito se projeta e aliena". É desse código generalizado de signos "e de modo nenhum do... valor de uso [dos objetos].., nem de suas virtudes infusas, que vem o fascínio que eles exercem" (BAUDRILLARD, 2007).

Na sociedade capitalista esse código é o "valor de troca", em que todas as relações sociais são mediadas e, enquanto ele persistir, seria uma grande ilusão acreditar que se poderia restituir às mercadorias o seu valor de uso ou tornar transparente a relação dos homens com as suas "necessidades", porque é a própria "forma da relação social" que impossibilita essa passagem. Por isso, como observa Fontenelle, o fetichismo da mercadoria deveria ser compreendido como o fascínio (ambivalente) de *uma forma* (lógica da mercadoria ou sistema do valor de troca)... algo como um desejo perverso, o "desejo do código". Na psicanálise, o fetichismo, um "desejo perverso", está ligado a uma "estrutura perversa" – o inconsciente burguês, instância constitutiva de todo o desejo. O fetichismo da mercadoria – que, segundo Marx, "é a forma mais geral e menos desenvolvida da produção burguesa" – seria o ponto em que convergem a economia mercantil e a economia psíquica do valor (FONTENELLE, 2002). Na verdade, o fetichismo da mercadoria e seus mecanismos inconscientes impregnam todas as objetivações sociais – inclusive imagens, signos e valores, constituindo o que denominamos as formas-fetiches. Deste modo, o "inconsciente estendido" torna-se a matéria psíquica das formas-fetiches que se disseminam na sociedade burguesa tardia.

Por outro lado, na medida em que os processos da mente inconsciente são atemporais (as idéias não são ordenadas cronologicamente e não se alteram com a passagem do tempo) (MOLLON, 2005), eles tendem a constituir uma das principais características das formas-fetiches, isto é, a negação da memória e do passado histórico. Por isso, para Adorno e Horkheimer, *a luta contra o fetichismo é a luta contra o esquecimento*. Walter Benjamin

observa que o exercício da rememoração (*Eingedenken*) nos ensina a estabelecer com o passado uma relação viva. É claro que a “rememoração” é impotente para nos libertar dos grilhões do presente (só a revolução pode fazê-lo), porém desempenha um papel fundamental no resgate libertador do que aconteceu, do que poderia ter acontecido (BENJAMIN Apud KONDER, 2005). Adorno e Horkheimer diriam: “...não se trata de conservar o passado, mas de recuperar as esperanças pretéritas” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985).

É a vigência do “inconsciente estendido” que explica um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX: a destruição do passado, ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas. Diz ele: “Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relações orgânicas com o passado público da época em que vivem.” (HOBSBAWN, 2001)³.

Os elementos do pré-consciente são capazes de romper o fechamento presente do inconsciente. Entretanto, a ordem sócio-metabólica do capital tende a incorporar também a pré-consciência, isto é, “capturar” a zona do “despertar” como “simulacro” de futuro, cujo “sonhos diurnos” se afirmam e se amesquinham, ao mesmo tempo, em suas pretensões mercantis. É da instância da pré-consciência que se disseminam expectativas e utopias de mercado, um “algo futuro” e vindouro que tende a ser mera reiteração do presente. Na verdade, é da pré-consciência que o capitalismo de consumo de massa e da contingência salarial retira (e elabora) suas imagens – as “marcas” - fugazes e fluidas do lugar do “novum” (FONTENELLE, 2002). Deste modo, a manipulação da subjetividade é, acima de tudo, não apenas a manipulação do inconsciente, mas a manipulação dos “sonhos diurnos” e da “zona” de despertar de homens e mulheres proletários. Na pré-consciência as possibilidades do futuro

³ A deterioração da memória coletiva é um fenômeno social que possui implicações em nossa capacidade de imaginar experiências futuras. A imersão no “presente contínuo” significa não apenas a destruição do passado, mas a deterioração da capacidade de construir cenas futuras e eventos imaginários. Por exemplo, pesquisadores ingleses, liderados por Eleanor Maguire, publicaram um trabalho na revista “Proceeding of the National Academy of Sciences” demonstrando que os mesmos circuitos de neurônios ativados para lembrarmos do passado são colocados em funcionamento para construirmos imagens do futuro (Demis Hassabis, Dharshan Kumaran, Seralynne D. Vann, and Eleanor A. Maguire, “Patients with hippocampal amnesia cannot imagine new experiences”, PNAS, www.pnas.org, 17 jan. 2007).

aparecem diretamente em *imagem*. Por isso, o sistema do capital, que busca “travar” a futuridade em prol da reiteração constante do presente, isto é, da acumulação de valor abstrato, é, hoje mais do que nunca, um sistema social de produção de imagens, imagens que carregam livremente o desejo, assumido ao nível da consciência.

As imagens-fetiches são imagens de consumo e desejo de mercadorias. Imagens-alegorias que reiteram a ordem sócio-metabólica do capital. Aliás, a propaganda e o marketing usam (e abusam) de imagens-alegorias, isto é, imagens que, como metáforas do mecanismo de deslocamento do inconsciente, dizem uma coisa sabendo-se que significam outra. O recurso à *alegoria*, com o observou Walter Benjamin, nos é imposto pelas condições históricas em que nos encontramos. Para ele, somos sobreviventes de uma destruição paulatina de todos os grandes valores antigos, que foram aviltados e transformados em escombros pela mercantilização da vida: “As alegorias são, no reino dos pensamentos, o que as ruínas são no reino das coisas.” (BENJAMIN, 1995).

Deste modo, a nova ordem neoliberal busca disseminar, pelos aparatos midiáticos e suas imagens-alegorias de desejos, sonhos exclusivamente individuais, desejos de mercado, utopias ideológicas, em que se sonha possuir uma casa transbordante de quinquenárias eletrônicas. Por isso, as inovações sócio-metabólicas buscam disseminar uma imaginação utópica do mercado pelas *marcas* que carregam desejos de consumo e que simulam, como elementos fictícios, “viradas no tempo”, tempos de “aurora” ou mesmo “juventude”, utilizando as expressões de Bloch.

6. 5 A compressão psicocorporal

Não apenas a mente mas também o corpo é elemento compositivo da subjetividade humana, que se torna campo de luta da “captura” da subjetividade do trabalho

pelo capital. Iremos apresentar algumas hipóteses sobre a relação corpo-mente e sua nova dinâmica sob a “acumulação flexível” e a lógica sócio-reprodutiva do capitalismo global. Nossa hipótese de trabalho é que, sob o novo regime de “acumulação flexível”, ocorre, pelo menos como *promessa frustrada* do capital, o que iremos denominar “compressão psicocorporal”, que caracteriza o novo modo de articulação corpo-mente, tanto no processo de trabalho quanto no processo sócio-reprodutivo. O novo modo de articulação corpo-mente se distingue daquele que predominava no sistema taylorista-fordista e que tendia, por exemplo, a “separar” *mente e corpo*. Como salientou Gramsci, sob o fordismo, “o cérebro está livre para outras ocupações”, enquanto o corpo é capturado pelas prescrições mecanizadas (GRAMSCI, 1984).

No contexto do fordismo-taylorismo ocorreu a decomposição da figura humana, ou do sujeito (e da subjetividade) do trabalho, tendo em vista que, no interior da linha de produção de mercadorias, o cérebro se separou do corpo submetido às prescrições taylorista-fordistas. Por exemplo, o imaginário modernista do século XX expressou, de certo modo, segundo Moraes, a implicação subjetiva problemática constitutiva da lógica taylorista-fordista através da idéia do “corpo impossível” (MORAES, 2002) Esta relação problemática entre *corpo e mente* seria um dos elementos de crise do fordismo-taylorismo na década de 1960 e 1970.

Por outro lado, sob a produção toyotista, mente e corpo são mobilizados pelo capital para se integrarem à produção do valor. A busca de uma nova implicação subjetiva na produção “pós-fordista” supõe uma nova relação corpo-mente, o que significa não apenas uma nova disposição psicocognitiva, mas uma nova postura corporal ou nexo psicofísico capaz de recompor a subjetividade do trabalho vivo nas condições da acumulação flexível. Entretanto, a promessa do toyotismo de recompor a figura humana no interior da produção de mercadorias racionalizada é meramente virtual. É mais uma promessa frustrada

do capital como sistema de controle sócio-metabólico, sendo meras spectralidades sociais, promessas irremediavelmente frustradas, sempre repostas como *pressupostos negados* do sistema produtor de mercadorias. A “compressão psicocorporal”, ou o reencontro do *corpo* com o *cérebro*, o gesto físico *flexível* (ou melhor, espontâneo) e a negação da cisão da subjetividade são *promessas frustradas* do toyotismo.. A “recomposição” mente-corpo que ocorre com o toyotismo é tão problemática quanto a decomposição mente-corpo que caracterizava o fordismo-taylorismo. Portanto, o que denominamos “compressão psicocorporal” é tão problemático quanto a suposta cisão corpo-mente, sendo expressão de uma contradição candente que dilacera a subjetividade do trabalho vivo (o que explica a disseminação das novas doenças da alma humana).

O dilaceramento da subjetividade do trabalho vivo decorre da frustração irremediável da promessa de politecnicidade pelo capital. Na verdade, as “potencialidades tecnológicas contraditórias” (Lojkine), colocadas pela Quarta Idade da Máquina, apesar de irremediavelmente frustradas pelas relações sociais de produção do capital, possuem *plena efetividade no plano da* representação imaginária dos sujeitos sociais. Elas seriam o “ainda-não-ser” que instigaria a dimensão pré-consciente do trabalho vivo. Em seu “Princípio Esperança”, Ernst Bloch fundaria uma “ontologia do ainda-não-ser”, capaz de determinar de modo novo o ser, que passa a ser um “modo da possibilidade para a frente”, estreitamente correlacionada, como diria Arno Münster, “com o conceito de antecipação como veículo formal da produção parcial das manifestações do utópico na realidade concreta *hic et nunc.*” (MUNSTER, 1997).

Portanto, o dilaceramento da subjetividade humana decorreria não apenas do inconsciente que, segundo Bloch, é como se fosse um anel que cerca a consciência, estando “fixado na escuridão e fechado em relação ao futuro”, mas também da frustração irremediável das “possibilidades tecnológicas contraditórias” que habitariam um campo de determinação

da classe de consciência do “ainda-não-consciente”. Para Bloch a consciência do “ainda-não-consciente” seria a camada ou instância até agora “não percebida” do inconsciente, que “representa o espaço propriamente dito da disponibilidade para o novo e para a produção do novo.” (BLOCH, 2005) Ao tratarmos das instâncias psíquicas da subjetividade humana, identificamos o “ainda-não-consciente”, que é capaz de romper esse fechamento, com a instância da pré-consciência. É nela que Ernst Bloch identificará os “sonhos para frente”, os conteúdos da consciência com material proto-utópico, constituído por imagens prenunciadoras do utópico.

A produção do capital nas condições da “acumulação flexível”, ao se constituir por meio da “captura” da subjetividade do trabalho, instaura um campo inédito de contradições sociais que colocam novas possibilidades de “negação da negação”. Mesmo com seu estatuto precário, a subjetividade como instância da atividade prático-sensível do sujeito humano é constituída, em si, tanto pela *personalidade mental* quanto pela *corporalidade viva*. Estas são dimensões inalienáveis do sujeito, cuja separação é meramente heurística. Nas condições do trabalho estranhado, a *desefetivação* intrínseca à lógica do trabalho capitalista, atinge as duas dimensões da subjetividade humana. As doenças do trabalho toyotizado são doenças psicossomáticas com impactos dilacerantes na instância psíquica e na corporalidade viva.

O fordismo-taylorismo constituiu tal “rigidez” na disposição mente-corpo da subjetividade do trabalho, que o toyotismo é obrigado a *flexibilizar* sob pena de não constituir o nexos psicofísico capaz de instaurar a nova forma de subsunção do trabalho vivo ao capital. A nova implicação subjetiva do *corpo* parece ser a última fronteira de subversão do capital. Por isso, o toyotismo constitui um tipo de “compressão psicocorporal”, similar à “compressão espaço-tempo” constatada por David Harvey no livro “Condição Pós-Moderna”. Na verdade, a compressão psicocorporal é um elemento da experiência da condição pós-

moderna, a experiência do corpo, instaurada pelo desenvolvimento de um novo regime de acumulação capitalista, a “acumulação flexível”. É claro que as múltiplas mudanças nas experiências do espaço e do tempo, tratadas por David Harvey no capítulo “A compressão do tempo-espaço e a condição pós-moderna”, não poderiam deixar de ter rebatimentos nas experiências do corpo, tendo em vista que o corpo é elemento ineliminável do sujeito e, portanto, da subjetividade. Como diria Foucault, desde o surgimento da modernidade do capital, o corpo tornou-se objeto de “práticas subjetivadoras” da “sociedade disciplinar”.

As transformações estruturais na dinâmica capitalista a partir de sua crise estrutural alteram as “práticas subjetivadoras” da sociedade do capital. É por elas que o sujeito pode pensar-se enquanto sujeito. É por meio das “práticas subjetivadoras”, ao constituir sua relação com o trabalho, que o ser humano se transforma em sujeito de si para si (o que Foucault denominaria de “técnicas de si”). Não existem apenas técnicas de produção, de comunicação ou de poder, existem também técnicas para voltar-se para si, as “tecnologias do eu” (FOUCAULT, 1994). Na nova etapa do desenvolvimento capitalista, devido a instauração do novo regime de “acumulação flexível”, com o desenvolvimento do toyotismo, alteram-se as “tecnologias do eu”. Destacamos, nesse caso, alterações da experiência do corpo, dimensão crucial do próprio *self*. Diz Foucault: “A relação entre a manipulação de objetos e a dominação aparece claramente em ‘O Capital’ de Karl Marx, em que cada técnica de produção exige uma modificação da conduta individual, exige não só aptidões, mas também atitudes.” (FOUCAULT, 1994)

Na etapa da “acumulação flexível”, surge uma nova atitude problemática do sujeito para consigo mesmo, por meio da relação dele com seu corpo. Com o toyotismo, altera-se o tráfico corpo-mente, com a nova organização capitalista da produção dissolvendo a antiga atitude disciplinar que o corpo tinha no modo de organização taylorista-fordista. Na verdade, o corpo não se emancipa da disciplina do capital, mas se constitui uma nova relação

psicocorporal, que busca preservar um componente essencial das sociedades do capital, sejam elas moderna ou pós-moderna: um corpo útil, produtivo e submisso. Por exemplo, a “compressão psicocorporal” pode ser constatada por meio das experiências de “ginásticas laborais” nas empresas, onde a postura corporal (e, portanto, subjetiva) do trabalhador tende a tornar-se indispensável para a obtenção da produtividade nas condições do toyotismo (o toyotismo que, como salientamos, é administração *by stress* e administração *by panoticum*). O novo regime de “acumulação flexível” impõe o novo tráfico corpo-mente como meio de “administrar” o estresse que atinge o trabalhador assalariado nas condições de intensificação do trabalho estranhado. O que se observa é meramente o simulacro de emancipação do corpo-sujeito da disciplina do capital.

O espírito do toyotismo se dissemina nas instâncias de reprodução social por meio dos valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado. Por isso, no capitalismo flexível se disseminam a corpolatria e as utopias do corpo. A “compressão psicocorporal” pode ser constatada pela proliferação do “culto ao corpo” ou de transgressões do imaginário do corpo como território indevassável (tatuagens e os *piercing* não deixam de ser sintomas do devassamento do corpo como experiência psicocorporal problemática, como é o caso do toyotismo). A estética do modernismo tendia a separar corpo e mente. É curioso que, no plano estético, o romance fantástico “Frankenstein”, de Mary Shelley (1815), parece nos sugerir que a reconstituição do corpo nas condições do capitalismo industrial do século XIX, da grande indústria de base técnica rígida, tenderia apenas a produzir monstros, tão inflexíveis quanto autômatos desconjuntados. Enfim, o corpo impossível da estética modernista pressupunha um tipo de tráfico psicocorporal particular, que o fordismo-taylorismo traduziu, em sua tipicidade, como a separação corpo e cérebro.

Por outro lado, a estética do pós-modernismo tende a fundir corpo e mente no “homem pós-orgânico”. O corpo é refundado por técnicas digitais e de virtualização

(SIBILIA, 2002). Deste modo, a “crise do fordismo” é também a crise de uma experiência do corpo útil, produtivo e submisso. É a crise de uma prática subjetivadora que precisava ser reconstituída segundo a lógica da acumulação flexível. Mas a reconstituição psicocorporal do toyotismo é de veras problemática. Se ela tende a fundir corpo e mente, ao flexibilizar o corpo rígido, tornando-o maleável para a nova subsunção do trabalho ao capital, ela *não* o emancipa, nem o poderia. De fato, o toyotismo, como salientamos, possui elementos de continuidade com o taylorismo e fordismo que impedem/subvertem a nova disposição/organização pressuposta no novo modo de subsunção que exige a base técnico-civilizacional que o toyotismo procura representar, sem consegui-lo, pois contém a perversão da utopia do trabalho.

A título de ilustração desta hipótese, em que vinculamos modo de produção, forma de organização do trabalho e dinâmica psicocorporal, podemos utilizar alguns filmes que sugerem que a dominação do capital e a resistência/conformação do trabalho vivo se desdobra na instância corporal. O *corpo*, como instância ineliminável da subjetividade do trabalho vivo, é, hoje mais do que nunca, um campo de batalha. É possível apreender, por exemplo, a rigidez corporal-psíquica no andar mecânico dos operários em “Metropolis”, de Fritz Lang (1926); e dos gestos monótonos e repetitivos de Carlitos em “Tempos Modernos” (1936). São filmes clássicos que expressam a disciplina fordista-taylorista que atinge a corporalidade viva (se bem que, ao ter o surto nervoso, Carlitos baila na linha de produção, sugerindo que quer subverter a disciplina psicocorporal imposta pela linha/posto de trabalho taylorista/fordista.). Por outro lado, em filmes como “Flash Dance”, de Adryan Lyne (1983) e, mais tarde, “Ou Tudo Ou Nada”, de Peter Cattaneo (1997), narrativas da época da crise do fordismo-taylorismo e do toyotismo sistêmico, as personalidades problemáticas, buscando adaptar-se e lidar com a aguda contradição que atinge a “subjetividade” toyotista, tendem a *flexibilizar* a disposição corpo-mente (o que só ocorre no plano sócio-reprodutivo). Nelas a

insurgência da nova relação corpo-mente, que permanece no plano contingente, se expressa pela *dança* (o mesmo *bailar* de Carlitos em *Tempos Modernos*, de 1933) que tende a subverter, pelo menos no plano sócio-reprodutivo – este é o ponto - a disciplina rígida mente-corpo que o capital instaura.

Mas, como salientamos, tal compressão psicocorporal nessas narrativas fílmicas, só se manifestam na instância sócio-reprodutiva. Isto é, em “Flash Dance” não se pode bailar na fábrica, mas apenas fora dela, em que a personagem principal busca realizar seus sonhos pela utopia ideológica do sucesso profissional. Em “Ou Tudo Ou Nada” não existe fábrica para os personagens centrais, ex-operários desempregados, vítimas das políticas neoliberais de Thatcher. O filme trata do drama do desemprego, com sua dinâmica inerte, que impõe, por si, um tipo de disciplina psicocorporal tão rígida quanto a disciplina fordista. O bailar (e inclusive o despir), a exposição do corpo, sugerindo um ethos dessublimativo, é uma forma de subverter a disciplina e realizar/sugerir o “sonho” prometido pelo suposto pós-fordismo, o sonho do “corpo emancipado”. Entretanto, nesse caso, os trabalhadores desempregados continuam imersos na mera unilateralidade, pois, tão-somente no plano sócio-reprodutivo, os corpos bailam. De fato, a *vida desefetivada* os impede de expressar o gesto psicocorporal pleno e emancipado.

Tanto em “Flash Dance”, quanto em “Ou Tudo Ou Nada” (ou “Billy Elliot”, de Stephen Daldry, de 2000), estamos diante do simulacro da dança como dessublimação reprimida. Enfim, os personagens continuam sem perspectivas de trabalho e de vida (a jovem operária em “Flash Dance” está imersa nas utopias ideológicas do casamento e do sucesso profissional). Entretanto, o que tais narrativas de crise do taylorismo-fordismo nos mostram são meras disposições contingentes que não conseguem ir além da lógica social do capital sob a modo organizacional do toyotismo.

Assim, os obstáculos decisivos para a realização da “compressão psicocorporal”, promessa irremediavelmente frustrada, capaz de reconstituir o sujeito produtivo, produtor emancipado, são perversões próprias do modo de organização capitalista do trabalho toyotista e do sócio-metabolismo da barbárie do capital. Podemos destacar (1) a intensificação do ritmo de trabalho e da racionalização do trabalho estranhado que ocorre com o toyotismo (o que explicita o elemento de continuidade entre taylorismo-fordismo e toyotismo). Na verdade, sob o toyotismo, a politecnia se interverte em polivalência que se expressa pela intensificação das rotinas de trabalho. No local de trabalho toyotizado, o sofrimento tende a se alargar, deslocando-se para a mente e imprimindo seu estigma no corpo (deste modo, a “compressão psicocorporal” se interverte em compressão/esmagamento do corpo pela mente/cérebro, negação da efetividade humano-genérica pela alienação/estranhamento em alto grau). Em vista disso, proliferam os surtos de estresse, LER (lesões por esforços repetitivos) e as novas doenças psicossomáticas. Além da intensificação do trabalho e do sofrimento psíquico, o toyotismo contém (2) elementos de *dessocialização*, decorrente do contexto histórico e de desenvolvimento que ele tende a expressar no tocante ao movimento do capital. Ele é parte da barbárie social que representa o modo de produção capitalista nessa etapa de desenvolvimento (o desemprego e a precarização do estatuto salarial são exemplos desta dessocialização). Como mais um elo contraditório, a dessocialização tende a comprometer a disposição/subsunção de novo tipo mente-corpo que o toyotismo tenta instaurar. Por isso, a flexibilidade tende a aparecer como dilaceração e auto-flagelação inconsciente do corpo (ela é constatada, por exemplo, pelo imaginário sócio-reprodutivo das novas gerações de força de trabalho, das representações do corpo transgredido, dos *piercings* e das tatuagens que cativam os jovens, expressão do corpo ocupado, tentativa de dar novas significações a uma corporalidade impossível).

6. 6 Toyotismo, estresse e “subjetividade em desefetivação”

O novo complexo de reestruturação produtiva do capital, que ocorre sob o espírito do toyotismo, a nova “ideologia orgânica” da produção capitalista, implica não apenas inovações tecnológico-organizacionais, mas inovações sócio-metabólicas que ocorrem pela disseminação de valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado e a constituição do precário mundo do trabalho. A reestruturação produtiva do capital atinge *não* apenas locais de trabalho, mas principalmente espaços de reprodução social. É por meio das novas práticas sócio-metabólicas que se constitui a subjetividade do trabalho vivo capaz de articular os novos consentimentos espúrios do trabalho. As novas práticas sócio-metabólicas da sociedade neoliberal tendem a constituir “subjetividades precárias” ou “subjetividade em desefetivação” atingidas pelo estresse.

Portanto, a *subjetividade em desefetivação*, no plano epidemiológico, expressar-se-ia pelo surto de *estresse* que atinge a civilização do capital. Por exemplo, para a OMS (Organização Mundial da Saúde), o estresse é uma das maiores ameaças à saúde humana no século XXI, com especialistas americanos estimando que cerca da metade das internações diárias nos Estados Unidos atualmente é causada por distúrbios decorrentes do *estresse*: são 225 milhões por ano! (SADRE-CHIRAZI-STARK E SANDMAYER, 2006). Por outro lado, nas livrarias crescem os títulos da literatura médica e de auto-ajuda que tratam do estresse (por exemplo, só na Livraria Cultura constam, em março de 2007, cerca de 53 títulos em língua portuguesa que tratam do estresse). Pode-se dizer que o estresse é a doença universal da sociedade toyotizada. É uma síndrome que atinge corpo e mente e que expressa o caráter totalitário e totalizante das novas implicações objetivas (e subjetivas) da produção do capital. O estresse é sintoma epidemiológico do sócio-metabolismo da barbárie e das novas condições da produção do valor. É decorrente do espírito do toyotismo que exige, no

contexto de um novo patamar de racionalização do trabalho, a “captura” da subjetividade do trabalho, capaz de operar os novos dispositivos técnico-organizacionais da produção de mercadorias. Nas empresas, exige-se um novo consentimento de operários e empregados que implica um “engajamento” integral aos valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado. Para fazer funcionar os novos dispositivos técnico-organizacionais da empresa toyotizada, o trabalho vivo é obrigado não apenas a “vestir a camisa” da empresa, mas “dar a alma” (corpo e mente) ao capital. Além disso, o sócio-metabolismo da barbárie, o precário mundo do trabalho, com o medo do desemprego constituem o ambiente psicossocial capaz de emular o engajamento estranhado do trabalho vivo.

O fisiologista canadense Hans Selye (1907-1982) foi o primeiro a definir o *estresse* para indicar a "síndrome produzida por vários fatores nocivos", em trabalho publicado na revista “Nature” em 1936, um período de intensa inovação tecnológica de cariz fordista-taylorista nos EUA (em 1936, Charles Chaplin lançaria o filme clássico “Tempos Modernos”, um dos libelos contra a civilização fordista-taylorista). Poucos anos antes, entre 1910 e 1920, o fisiologista norte-americano Walter Cannon havia introduzido o termo *stress* em fisiologia, transportando-o do jargão da engenharia. *Stress*, em inglês, significa *esforço*, *tensão* e era usado para indicar a capacidade de resistência de uma ponte. Essa imagem se adaptava bem ao significado de *stress* como resposta a mudanças: passagem de um ponto a outro, como por uma ponte mais ou menos resistente (assim, os ingleses já usavam a palavra no século XIV). Mas, como ensina Manlio Cortellazzo e Paolo Zolli, a origem da palavra *stress* começa muito antes, no latim. No jargão popular, *districtia* significava aperto, angústia ou aflição. Os franceses a transformaram em *distress* e os italianos receberam de volta o neologismo que tem suas raízes no verbo *strizzare* (CORTELLAZZO E ZOLLI, 1992) Atualmente *stress*, ou *estresse*, na língua portuguesa, continua a ter significados vagos e nem sempre claros. Na linguagem comum, *estresse* é sinônimo de cansaço, fadiga, ansiedade e

preocupação, significados que acabam por trocar a causa pelo efeito. Esse equívoco não é raro em medicina. O mesmo ocorreu, por exemplo, com o termo colesterol, entendido como algo nocivo e sintoma de doença, antes de ser reconhecido como um dos componentes indispensáveis das células e do metabolismo. O que ocorre é que o modo de vida e de trabalho na sociedade burguesa dá um novo significado ao *stress* humano, intervertendo-o em elemento de desefetivação da subjetividade, isto é, do corpo e mente do homem como ser genérico.

O estresse não nasce com o modo toyotista de organização da produção capitalista, sendo ele uma reação natural que auxilia o homem (e todos os vertebrados) a enfrentar situações de perigo. Como observa Kraft, “sem que tenhamos consciência, o cérebro percebe riscos potenciais e – por meio de um mecanismo ancestral, do ponto de vista filogenético – põe o corpo em estado de alerta numa fração de segundo.” (KRAFT, 2006). Diante de uma situação de perigo extremo, o organismo do homem primitivo disparava um processo de adaptação caracterizado pelo aumento da secreção de adrenalina e cortisol. Há cinco mil anos isso ocorre, da mesma maneira e independentemente da nossa vontade, de forma automática, como, por exemplo, o programa de defesa do sistema imunológico contra a gripe.

Entretanto, o que ocorre é que, no passado, a quantidade de *agentes estressores* era menor. A civilização urbano-industrial e os mecanismos capitalistas de racionalização do trabalho produziram novos focos estressores na vida humana. O termo *stress*, inclusive, surge na década de 1930, ápice de desenvolvimento do fordismo-taylorismo. Mas é a partir da crise estrutural do capital e do desenvolvimento do novo complexo de reestruturação produtiva, com o processo de precarização do trabalho e a constituição dos novos estatutos salariais de proletariedade e, portanto, com a constituição do sócio-metabolismo da barbárie, que a quantidade de *agentes estressores* se multiplicaram à

exaustão. O estresse é o sintoma crucial da *subjetividade em desefetivação*. Aliás, a “captura” da subjetividade pela lógica do capital, nexos essenciais do toyotismo, é um agente estressor de maior intensidade, em virtude da sua intensa mobilização da subjetividade humana (consciência/pré-consciência e inconsciente) pelas novas formas de pagamento e o trabalho em equipe.

Os agentes estressores não são apenas ameaças reais, mas inclusive ameaças imaginárias, que fazem, por exemplo, com que o organismo, diante de uma situação crítica do sócio-metabolismo da barbárie, reaja como se estivesse face a face com um tigre de verdade. Como salientamos, a instância do inconsciente independe da realidade externa, mas representa a realidade psíquica interna. Deste modo, tende a perceber ameaças imaginárias, como o desemprego, por exemplo, como ameaças reais que estressam a subjetividade humana. É o chamado “estresse psicológico provocado por antecipação”. Diferentemente de uma ameaça real à vida, a antecipação é uma espécie de estresse imaginário: “O simples pensar em uma situação que pode ocorrer ou não, como o medo de sofrer seqüestro relâmpago toda vez que se vai a um caixa eletrônico, já é suficiente para acionar os mecanismos biológicos relacionados ao estresse, que, estima-se, atinge entre 10% e 20% da população nos países desenvolvidos.” (Reportagem “Viver é muito perigoso”, Revista Pesquisa FAPESP, novembro de 2006)

O sócio-metabolismo da barbárie é um poderoso agente estressor. O espectro do desemprego aberto e do precário mundo do trabalho, além da insegurança social em suas múltiplas dimensões, colocam no dia-a-dia homens e mulheres diante de reações de seu organismo não muito diferentes das de seu ancestral diante de um lobo. A degradação da qualidade de vida das grandes metrópoles e os locais de trabalho sendo atingidos pela constante reengenharia toyotista, sobre a qual homens e mulheres não têm o menor poder de participação ou decisão, impõe a liberação constante pelo organismo de adrenalina e cortisol.

“Nos últimos dez ou 15 anos, principalmente nas grandes cidades, a vida tornou-se mais rápida e mais agitada. Hoje, sentir-se estressado praticamente integra o cotidiano profissional”, observa Schedlowski (KRAFT, 2006).

Deste modo, se o estresse, como reação natural do organismo diante situações de perigo ou de solicitações externas inesperadas, é um elemento ineliminável da atividade prática-sensível do animal homem, tendo em vista que, como observou Lukács, a atividade do trabalho possui sempre um componente de incognoscibilidade, o excesso de estresse que surge na civilização do capital e que se vincula a situações de estranhamento/alienação, de perda de controle da atividade social, e do agudo fetichismo que se dissemina na sociedade produtora de mercadorias nega a plena atividade humano-sensível, ou seja, torna-se aquilo que o jovem Marx indicou como *desefetivação*.⁴

⁴ Na Reportagem “Viver é muito perigoso”, de Ricardo Zorzetto, publicada pela Revista Pesquisa FAPESP, de novembro de 2006, observa-se que o estresse prolongado intensifica inflamação cerebral ligada à morte de neurônios. Diz a reportagem: “Nos últimos anos estudos conduzidos na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil mostraram que o estresse por períodos prolongados favorece o surgimento de diabetes, doenças cardiovasculares, ansiedade, depressão, impotência, infertilidade e até mesmo algumas formas de câncer. Agora uma pesquisa conduzida por equipes de duas universidades paulistas – a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) – revela outro possível efeito devastador do estresse. Essa reação natural do organismo que facilita a adaptação a situações novas ou ameaçadoras também potencializa processos inflamatórios que podem culminar na morte de células nervosas (neurônios) em duas regiões específicas do cérebro: o hipocampo, associado à formação da memória, e o córtex frontal, responsável pelo raciocínio complexo”.

Referências

- ADORNO, T. e HORKHEIMER, M. (1985) *Dialética do Esclarecimento*, Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- AGLIETTA, Michel (1979). *Regulación y crisis del capitalismo - La Experiencia de los Estados Unidos*, México. Siglo Veintiuno editores.
- ALVES, Giovanni (2000). O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo, Editora Boitempo.
- _____ (1999) Trabalho e mundialização do capital – A nova degradação do trabalho no capitalismo global. Londrina, Editora Práxis.
- _____ e MARTINEZ, Vinício (2002) (Org.) *Dialética do Ciberespaço*. Londrina, Editora Práxis.
- ANTUNES, Ricardo (1995). *Adeus Ao Trabalho? – Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*, Editora Cortez, São Paulo.
- _____ (1999). Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Editora Boitempo.
- _____ (Org.) (2006) *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*, São Paulo, Editora Boitempo.
- ANTONELLI, Cristiano (1988) “The emergence of the network firm” In Antonelli, C (Ed.), *New Information technology and industrial change: the Italian case*, Dordrecht, Kluwer Academic Publisher.
- ARANTES, Otília (1998) *Urbanismo em fim de linha: e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. São Paulo, Edusp.
- AOKI, Masahiko (1988). *Information, Incentives and Bargaining Structure in the Japanese Economy*, Cambridge University Press, Cambridge/New York
- BAKTIN, Mikhail (2001) *O freudismo*. São Paulo: Editora Perspectivas.
- BERMAN, Marshall (1987). *Tudo Que é Sólido Desmancha no Ar*, Editora Companhia das Letras, São Paulo.
- BELLUZZO, Luis Gonzaga de Mello (1987) *Valor e Capitalismo – Um ensaio sobre a economia política*. São Paulo, Editora Bial.
- BENJAMIN, Walter (1995) *A origem do drama barroco alemão*, Lisboa, Editora Relógio D’Água.
- BENTHAM, Jeremy (2000) *O Panóptico*. Belo Horizonte, Editora Autêntica.

- BIHR, Alain (1998) *Da Grande Noite à Alternativa (O Movimento Operário em Crise)*. São Paulo, Editora Boitempo.
- BAUDRILLARD, Jean (2007) *A sociedade de consumo*. Lisboa, Edições 70.
- BOURDIEU, Pierre & WACQUANT, Loic (2001). *A nova bíblia do Tio Sam*. In: CATTANI, Alfredo (org.) *Fórum Social Mundial - a construção de um mundo melhor*. Petrópolis: Vozes e outras..
- BOYER, Robert (1986). *La Flexibilité du travail en Europe*, Ed. La Découverte, Paris
- BLOCH, Ernst (2005) *O Princípio Esperança*, Volume 1, Rio de Janeiro, Editora Contraponto.
- BROUSSEAU E; RALLET, A. (1993) *Evolution organisationnelle et besoins en telecommunications. Etude pour la DPS et la DC/MCA*, Paris,, France Telecom..
- CHESNAIS, François (1996) *A mundialização do capital*. São Paulo, Editora Xamã.
- CHESNAIS, François (Org.) (1998) *A mundialização financeira – gênese, custos e riscos*. São Paulo, Editora Xamã.
- _____ (2005) *A finança mundializada – raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências*. São Paulo, Editora Boitempo.
- CORIAT, Benjamin (1994). *Pensar pelo Averso - O Modelo Japônes de Trabalho e Organização*, Editora Revan/UFRJ, Rio de Janeiro.
- _____ (1993). “Ohno e a Escola Japonesa de Gestão da Produção: Um Ponto de Vista de Conjunto” In HIRATA, Helena (org.). *Sobre o “Modelo” Japones - Automatização, Novas Formas de Organização e de Relações de Trabalho*, Edusp, São Paulo.
- DUNNING, J.H. (1988) *Explaining international production*. Londres, Unwin Hyman.
- DURKHEIM, Émile (2001) *As regras do método sociológico*. São Paulo, Editora Nacional.
- DUARTE, Newton (2004) *Crítica ao fetichismo da Individualidade*. Campinas, Autores Associados.
- DELUIZ, Neise (2001) “O Modelo das Competências Profissionais no Mundo do Trabalho e na Educação: Implicações para o Currículo”, *Boletim Técnico do Serviço Nacional do Comércio - SENAC*, Volume 3, No.27 (<http://www.senac.br/INFORMATIVO/BTS/273/boltec273b.htm>) Acesso em 15 de março de 2007.
- FAUSTO, Ruy (1987). *Marx-Lógica&Política - Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética*, tomo I, São Paulo. Editora brasiliense,
- _____ (1989). “A ‘Pós-Grande Indústria’ nos Grundrisse (e para além deles).”, *Lua Nova*, novembro/89, nº 19, São Paulo, CEDEC.

- FREUD, Sigmund (2006) "O Inconsciente" In Obras Psicológicas de Sigmundo Freud – Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente, São Paulo: Editora Imago.
- FOUCAULT, Michel (1994). *Dits et Écrits*, V. 4, Gallimard: Paris.
- FONTENELLE, Isleide Arruda (2002) O Nome da Marca – McDonald's, fetichismo e cultura descartável. São Paulo, Editora Boitempo.
- FORRESTER, Viviane (1997). *O Horror Econômico*, Editora da UNESP, São Paulo.
- FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (2006) "Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado?", FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (Org.) A formação do cidadão produtivo – A cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília, Inep.
- GARCIA-ROZA, Luis Alfredo (2004). *Freud e o inconsciente*. São Paulo: Jorge Zahar Editores.
- GLYN, Andrew (1995). "Os custos da estabilidade: os países capitalistas avançados nos anos 80", In SADER, Emir (org.). *O Mundo Depois da Queda*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- GIUCCI, Guillermo (2004) A vida cultural do automóvel – percursos da modernidade cinética. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
- GOUNET, Thomas (1999) Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel. São Paulo, Editora Boitempo.
- GORZ, André (2005) *O Imaterial*, São Paulo, Editora Annablume
- GRAMSCI, Antonio (1984) Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
- _____ (1984b) Conceção dialética da história. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
- HARVEY, David (1990). *Los limites del capitalismo y la teoria marxista*. México, Fondo de Cultura Económica.
- _____ (1992). *Condição pós-moderna – Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural* (1992). São Paulo. Edições Loyola.
- _____ (2004) O novo imperialismo. São Paulo, Edições Loyola.
- HAEFLIGER, Stéphane (2004) "O assalariado ideal segundo o gerenciamento pós-moderno", *Le Monde Diplomatique On-line*, maio de 2004 (<http://diplo.uol.com.br/2004-05.a909>) Acesso em 15 de janeiro de 2007.
- HOBBSAWN, Eric (2001) *A Era dos Extremos*. São Paulo: Editora Paz e Terra
- HOLZ, Hans Heinz; KOFER, Leo; ABENDROTH, Wolfgang (1969) Conversando com Lukács. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- IANNI, Octavio (1992). *A sociedade global*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

- IMAI, K.J. e BABA, Y. (1991) "Systemic innovation and cross-border networks, transcending markets and hierarchies to create a new techno-economic system", in OCDE – Technology and Productivity: The Challenge for Economic Policy, Paris, OCDE.
- JACOBY, Russel (1977) *Amnésia social, uma crítica à psicologia conformista, de Adler a Laing*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- JAMESON, Frederic (1988) *Pós-modernismo: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*, São Paulo: Editora Ática.
- JAPPE, Anselm (1999) *Guy Debord*. Rio de Janeiro, Editora Vozes.
- JAKOBSON, Roman (2001) *Lingüística e Comunicação*. São Paulo, Editora Cultrix.
- JOHNSON, Spencer (1998) *Quem Mexeu No Meu Queijo?*, São Paulo, Editora RCB.
- KOSIK, Karel (1976) *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- KONDER, Leandro (2005) *Walter Benjamin – o marxismo da melancolia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- KRAFT, Ulrich (2006) "Esgotamento total". Edição Especial Revista Viver Mente e Cérebro, No. 7, São Paulo, Duetto/Scientific American.
- LACAN, Jacques (1999) *Seminário - livro 05 – As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.
- LÉVY, Pierre (2000) *As tecnologias da inteligência – O futuro do pensamento na era da informação*. São Paulo, Editora 34.
- _____ (2000b) *Filosofia World – O mercado, o ciberespaço, a consciência*. Lisboa, Instituto Piaget.
- _____ (1998) *A Inteligência Coletiva: por uma Antropologia do Ciberespaço*. São Paulo, Editora Hucitec.
- LESSA, Jorge (1995). *Qualidade competitiva no Brasil*. São Paulo, Ed. Casa da Qualidade.
- LUKÁCS, Georg (1978) "As bases ontológicas da atividade e do pensamento do homem" In *Revista Temas de Ciências Humanas*. São Paulo, Editora Ciências Humanas.
- LUKÁCS, Georg (1981). *Ontologia Dell'essere Sociale*, Editori Riuniti, Roma.
- LUXEMBURG, Rosa (1983). *A Acumulação de Capital*. 3a edição, Rio de Janeiro, Zahar.
- LOJKINE, Jean (1995) *A revolução informacional*. São Paulo, Cortez Editora.
- MARX, Karl (1996). *O Capital – Crítica da Economia Política*, Livro 1, Rio de Janeiro, Editora Nova Cultural.
- _____ (1985) Capítulo VI Inédito de *O Capital – Resultados do processo de produção imediata*. São Paulo, Editora Moraes.

- _____ (1983) *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo, Editora Martins Fontes.
- _____ (2004) *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo, Editora Boitempo.
- _____ e ENGELS, Friedrich (1998). *Manifesto Comunista*, São Paulo. Editora Boitempo.
- MARCUSE, Herbert (1998) *Cultura e Sociedade*. Vol. 2, São Paulo, Paz e Terra
- MANDEL, Ernst (1982) *Capitalismo Tardio*. São Paulo, Editora Abril Cultural.
- CORTELAZZO, Manlio e ZOLLI, Paolo (1992), *L'etimológico minore - Dizionario etimologico della lingua italiana*, Bologna, Zanichelli, 1992.
- MATTOSO, Jorge (1995). *A Desordem do Trabalho*, Editora Scritta, Campinas.
- MOLLON, Phil (2005) *O Inconsciente – Conceitos de Psicanálise*, São Paulo, Viver (Mente e cérebro)
- MORAES, Eliana (2002) *O Corpo Impossível*. São Paulo, Iluminuras / Fapesp.
- MUNSTER, Arno (1997) *Utopia, Messianismo e Apocalipse nas Primeiras Obras de Ernst Bloch*, Editora UNESP: São Paulo.
- MENEGAT, Marildo (2003) *Depois do fim do mundo – A crise da modernidade e a barbárie*. Rio de Janeiro, FAPERJ/Relume Dumará.
- _____ (2006) *O olho da barbárie*. São Paulo, Editora Expressão Popular.
- MÉSZÁROS, István (2002). *Para além do capital – Rumo a uma teoria da transição*. Campinas/São Paulo. Editora da UNICAMP/Boitempo Editorial.
- _____ (2003) *O século XXI: socialismo ou barbárie*. São Paulo. Boitempo,
- MORAES NETO, Benedito (1989) *Marx, Taylor e Ford: as forças produtivas em discussão*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- NETTO, José Paulo (1981). *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas
- OHNO, Taiichi (1997) *O Sistema Toyota de Produção – Além da produção em Larga Escala*. São Paulo, Editora Bookman.
- PETRAS, James (1995). *Ensaio Contra a Ordem*, Editora Scritta, Campinas.
- PERROT, Michele (2000). “O Inspetor Bentham” In BENTHAM, Jeremy. Belo Horizonte, Editora Autêntica.
- POCHMANN, Marcio (2001) *O emprego na globalização – A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo. Editora Boitempo.

- POSTHUMA, A. C. (1994); "Restructing and changing market conditions in the Brazilian auto components industry" In: KATZ, J.(org). *The automotive industry in Latin America*. Berkley University of California Press.
- LAPLANCHE E PONTALIS (2000) Vocabulário de Psicanálise, São Paulo, Editora Martins Fontes.
- RAVELLI, Marco (1995) "Economia e Modello Sociale Nel Passagio tra Fordismo e toyotismo", In INGRAO, Pietro (org). e ROSSANDA, Rossana (org.), *Appuntamenti di fine secolo*, Manifestalibri: Roma.
- RODRIGUES, I.; PONTES, C.; RAMALHO, J.R; e SANTANA, M., (2006). "Velhos e Novos Operários da Indústria Automobilística: comparações entre o ABC Paulista e o Sul Fluminense", Caderno CRH, Vol. 19, no. 46, Salvador, UFBA.
- ROUDINESCO, Elizabeth e PLON, Michel (1998) Dicionário de Psicanálise, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- ROZENFELD, Henrique (1997) A reestruturação do setor automobilístico brasileiro nos anos 90. Anais da 21º ENANPAD.
- RUIZ, ERASMO (1998) Freud no divã do cárcere: Gramsci analisa a psicanálise. Campinas, Editora Autores Associados.
- SALERNO, Mario Sérgio (1995). "Flexibilidade e organização produtiva" In CASTRO, Nadya Araújo de (org). *A máquina e o equilibrista – Inovações na indústria automobilística brasileira*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- SAFATLE, Vladimir (2004) "Sobre um riso que não reconcilia: ironia e certos modos de funcionamento da ideologia", Revista *Margem Esquerda*, No. 5, 2004, São Paulo, Editora Boitempo.
- SANTOS, Angela Martins.; COSTA, Cláudio. (1996) Autopeças: um setor em transformação. Rio de Janeiro, BNDES, (BNDES Setorial, 3). (<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/resposta.asp?offset=20&setorTem a=Complexo+Automotivo>) Acesso em 12 de março de 2007.
- SALLES, L. ; CAULLIRAUX F. (1995) Manufatura integrada por computador: sistemas integrados de produção: estratégia, organização e Recursos Humanos. Rio de Janeiro, Campus, SENAI:COPPE/UFRJ.
- SADRE-CHIRAZI-STARK, Michale e SANDMAYER, Peter (2006) "A herança de Ótzi". Stress e Ansiedade, Edição Especial Revista Viver Mente e Cerebro, No. 7, São Paulo, Duetto/Scientific American.
- SENNET, Richard (1998) *A Corrosão do Caráter*. Rio de Janeiro, Editora Record.
- SOUTO-MAIOR, Jorge (2003) Do direito à desconexão do trabalho In Revista do Direito Trabalhista, No. 9, Vol. 10, Brasília.

- SCHAFF, Adam (1990) *A sociedade informática*. São Paulo, Editora UNESP/Editora Brasiliense.
- SEGRE, Lidia Micaela; ROLDAN, Fernando Marmolejo e DUMANS, Guilber (1999). “Inovações Tecnológicas no Setor Automobilístico: Impactos e Tendências”, *Revista D@blium – Administração em Revista*, Ano I, No. 3 – (<http://members.lycos.co.uk/Dablium/num03.htm>) Acesso em 13 de março de 2007.
- SILVEIRA, Paulo e DORAY, Bernard (Org.) (1989) *Elementos para um ateoria marxista da subjetividade*. São Paulo, Editora Vértice.
- TEIXEIRA, Francisco José Soares (1999) “O capital e suas formas de produção de mercadorias – Rumo ao fim da economia política”. Fortaleza, mimeo.
- TEIXEIRA, Ana (1998) *Trabalho, tecnologia e educação – algumas considerações*, *Revista Trabalho e Educação*, UFMG/NET, Belo Horizonte.
- VASAPOLLO, Luciano (2005) *O trabalho atípico e a precariedade*. São Paulo. Expressão Popular.
- VIANA, André Rego (2005) “O capital hegemom: crítica à economia apolítica”, Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, USP.
- WATANABE, Ben (1993) “Toyotismo – um novo padrão mundial de produção?”, *Revista dos Metalúrgicos*, São Paulo, CUT/CNM,.
- WOMACK, James P., JONES, Daniel T. & ROOS, Daniel (1992). *A Máquina Que Mudou o Mundo*, Editora Campus, São Paulo.
- DEL PONT, Alejandro Marco (2006). “As dimensões do Inferno”,
- ZARETSKY, Eli (2006) *Segredos da alma – Uma história sociocultural da psicanálise*. São Paulo, Editora Cultrix.
- ZIZEK, Slavoj (2003) “Fétichisme et subjetivation interpassive”, *Actuel Marx*, No. 34. Paris, Presses Universitaires de France (PUF).
- ZILBOVICIUS, Mauro (1999) *Modelos de produção, produção de modelos: contribuição à análise da gênese, lógica e difusão do modelo japonês*. São Paulo. FAPESP/Editora Annablume.
- _____ (1997) “Modelos de produção e produção de modelos” In Glauco ARBIX e Mauro ZILBOVICIUS (org.) *De JK a FHC – A Reinvenção dos Carros*, Editora Scritta, Campinas.